

MAIO ■ JUNHO ■ JULHO/2003 Nº69 R\$ 8,00

O Imperialismo
João Quartim de Moraes

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



O Brasil quer

CRESCIMENTO PRODUÇÃO EMPREGO

O Novo
Modelo
Renato Rabelo

Desenvolvimento
e Financiamento
Carlos Lessa

Crescimento
Econômico
Renildo Souza

ISSN 1415-7886
69



Manaus

A Nº 1 do Norte
128ª Melhor Cidade do Mundo

Fonte/Mercer Human Resource Consulting



A Metrópole Verde



Manaus é a melhor cidade do Norte do País, segundo pesquisa da **Revista Exame**. O título é um reconhecimento aos avanços nos indicadores sociais e econômicos nos últimos três anos. Manaus saiu, em 99, do 87º lugar no "ranking" das cem melhores cidades do País para a 35ª posição no ano passado. Resultado de grandes investimentos da Prefeitura em infra-estrutura e em projetos sociais que transformaram Manaus de uma cidade de porte médio para a principal Metrópole da Amazônia. É apenas o começo. O potencial turístico, de biodiversidade, e de serviços é imensurável e confirma a tendência da cidade em crescer ainda mais em todos os setores.

Hoje, Manaus não é reconhecida somente por seu pólo industrial que movimenta mais de US\$ 10 bilhões, cifra superior ao PIB do Paraguai, mas, principalmente, pelos diversos projetos sociais que amparam mais de 40% de sua população, garantindo mais dignidade e cidadania a seus 1,5 milhão de habitantes.

Uma cidade única, cada vez mais bonita, funcional e com um povo criativo, hospitaleiro, que sabe como poucos receber o turista. Venha conhecer Manaus, o lugar ideal para investimentos. Um lugar onde o progresso, a magia das tradições folclóricas e as belezas naturais caminham lado a lado, no mais absoluto respeito à natureza. Um lugar de braços abertos para receber a todos: brasileiros, europeus, americanos, japoneses...



Voltar a voltar a voltar a

CRESCER, PRODUZIR, TRABALHAR

Um número cada vez maior de vozes defende que chegou a hora de o governo Lula dar curso à implementação de um novo modelo de desenvolvimento.

Há uma convicção de que a governabilidade alcançada nestes quatro meses iniciais foi importante. Não se cumpriu o prognóstico sinistro da direita de que, sob Lula, o Brasil despencaria num abismo. Muito pelo contrário: mesmo tendo herdado um país à beira da insolvência, o novo governo conseguiu impedir que a catástrofe preparada pelo governo neoliberal de FHC se concretizasse, embora sob o prego da continuidade de fundamentos macroeconômicos conservadores.

Se há uma convergência de que, nestes primeiros meses, isso tenha sido inevitável, dado que a correlação de forças não permitia uma mudança abrupta, agora vai se formando uma outra convergência, envolvendo trabalhadores, empresários, intelectuais e lideranças políticas: o processo da mudança da política macroeconômica, mesmo que gradativo, deve começar.

Ante uma taxa de juros – das mais altas do mundo –, os especuladores nacionais e estrangeiros festejam seus fabulosos lucros e pressionam para que essa lógica neoliberal persista por tempo prolongado e indeterminado. Noutra pólo, o setor produtivo da economia, asfixiado por essa política, explicita que se ela perdurar tornar-se-á impossível incrementar a produção; alerta, também, que as exportações se encontram prejudicadas pela instabilidade do câmbio. No âmbito do trabalho, em consequência da semiestagnação econômica, o desemprego não pára de crescer e segue o aviltamento dos salários. Na vida do povo, outro impacto destrutivo derivado dessa situação é o recrudescimento da violência que ceifa milhares de vidas.

Esse cenário pressiona o governo a cumprir o mandato da mudança que recebeu nas urnas. Vai se formando a convicção de que se chegou a um extremo que impõe o início das medidas para impulsionar o desenvolvimento. O próprio presidente Lula reconheceu, em público, que o país precisa voltar a crescer. E o vice-presidente José Alencar quase diariamente critica duramente a política de juros do Banco Central que, segundo ele, impede essa retomada.

O governo, progressivamente, procura dar resposta a esse anseio de mudança. No âmbito da política externa, resiste-se ao projeto da Alca e busca-se fortalecer o Mercosul e construir a integração da América do Sul. Nesse sentido, o BNDES abre linhas de crédito para incrementar as relações comerciais do Brasil com seus vizinhos.

Em várias esferas do governo – como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o BNDES e grupos de trabalho vinculados diretamente ao Palácio do Planalto – avança a discussão para definir um projeto estratégico de desenvolvimento que propicie o aumento da produção, a oferta de emprego e a redistribuição de renda. Sem isso não há como cumprir os compromissos maiores que assumiu com a Nação. Nesta edição, *Princípios* prossegue seu esforço para contribuir com a elaboração desse projeto nacional de desenvolvimento.

João Amazonas permanece no fértil legado que deixou

Em 27 de maio completa-se o primeiro ano que vivemos sem João Amazonas, que foi o principal dirigente do Partido Comunista do Brasil e nome respeitado pelo povo e pelos políticos brasileiros, e pelo movimento revolucionário internacional. Amazonas foi o criador de *Princípios*, tendo sido seu diretor durante quase duas décadas. Ele permanece no legado que sua longa e frutífera vida produziu. A expressão maior desse legado é o Partido Comunista do Brasil, legenda que se expande e que eleva seu papel na vida política brasileira. *Princípios* também é fruto desse labor intelectual, decorrente de sua arraigada convicção de que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.”

Comissão Editorial



Carlos Lessa, presidente do BNDES.

Brasil

A construção do novo modelo

O Brasil necessita implementar um novo rumo de desenvolvimento econômico, com crescimento e emprego.

Renato Rabelo pág. 6

Carlos Lessa, um brasileiro otimista

Entrevista com o presidente do BNDES.

Por Ana Rocha e José Carlos Ruy pág. 11

Neodesenvolvimentismo e o governo Lula

O novo modelo econômico requer a superação da política neoliberal e a viabilização de seu financiamento.

Renildo Souza pág. 18

Carta ao Presidente Lula por brasileiros notáveis

Intelectuais de diversas áreas fazem um apelo ao Presidente em defesa da soberania do país.

pág. 29

Debate

“Império”: duas teses equivocadas

A polêmica provocada pelo livro de Michael Hardt e Antonio Negri.

Atilio A. Boron pág. 30

Especial

João Amazonas e o PC do Brasil: das primeiras lutas à reorganização na Mantiqueira

Depoimento inédito do dirigente comunista.

Comissão Editorial pág. 38

Teoria

Lênin e o partido de vanguarda

A visão dialética leninista sobre as questões de partido contribui para o debate atual.

Augusto C. Buonicore pág. 48



Matéria homenageia a memória de João Amazonas por ocasião de um ano de sua morte.

Teoria

O papel dos movimentos no "Assalto aos Céus"

*O desafio da construção de
um projeto de partido
que incorpore as massas.*

Jô Moraes

pág. 55

História do Brasil

Construção coletiva

*As conferências do PCdoB, a elaboração tática e
os objetivos estratégicos.*

José Carlos Ruy

pág. 60



População brasileira protesta contra a guerra no Iraque.

Internacional

A nova face do imperialismo

*Há sérios indícios de que a última expedição colonial contra o Iraque marcou um ponto
de inflexão na capacidade norte-americana de impor seus interesses pela força bruta.*

João Quartim de Moraes

pág. 65

Ciência

A morte programada da República das Letras

Como o projeto neoliberal destruiu o sistema de ciência e pesquisa na França.

Jacques Maillard

pág. 73

Resenhas

pág. 80

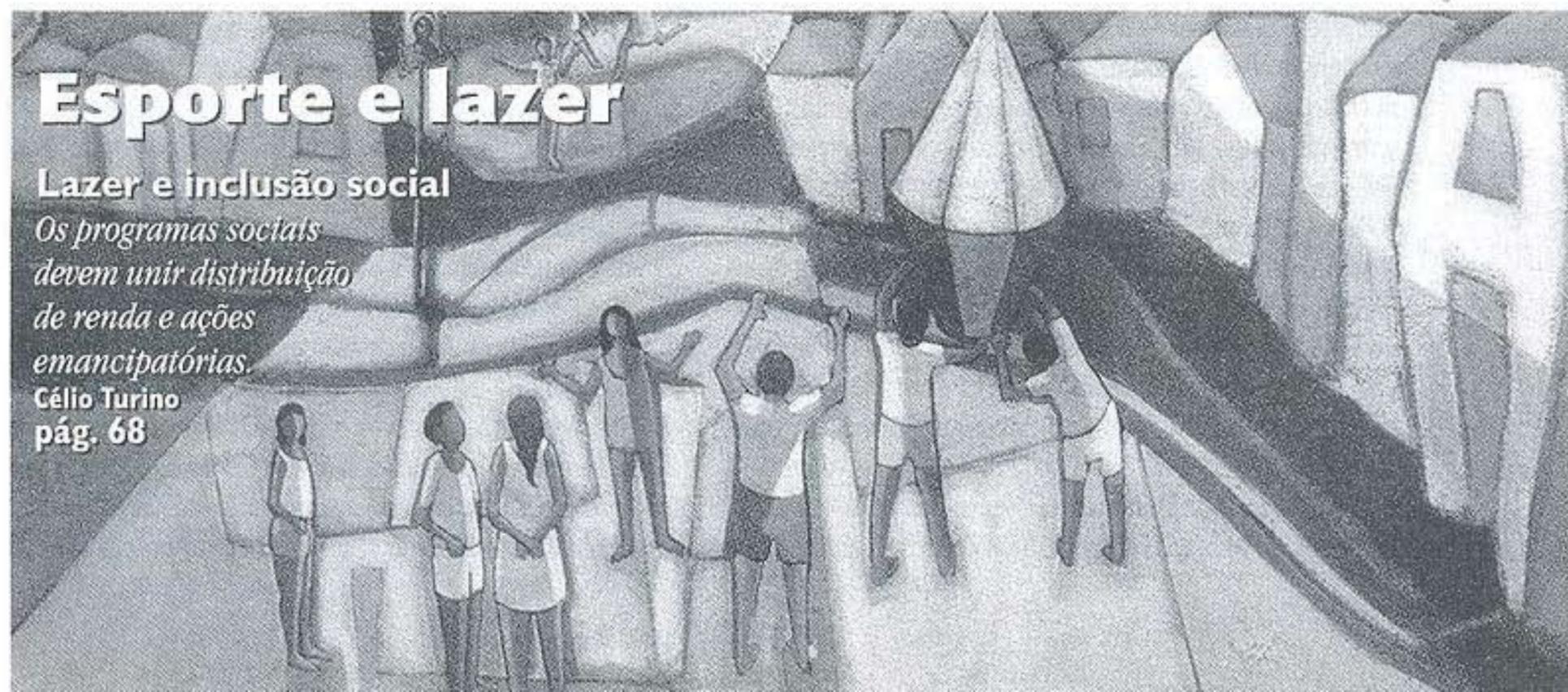
Capa: Flávio Nigro

Esporte e lazer

Lazer e inclusão social

*Os programas sociais
devem unir distribuição
de renda e ações
emancipatórias.*

Célio Turino
pág. 68



A construção do NOVO MODELO

Renato Rabelo

A busca do desenvolvimento com estabilidade, geração de empregos e valorização do trabalho

Passados quatro meses desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República uma verdadeira euforia, quanto à situação econômica do país, toma conta de certos setores vinculados ao “mercado financeiro” e provoca otimismo em determinadas áreas do governo. A base deste sentimento está nos dados relativos à queda do valor do dólar em relação ao Real, ao considerável superávit comercial obtido neste início de ano ou ainda à diminuição do chamado risco-Brasil. Enfim, o que se propala é que, além de ter sido desarmada a bomba herdada do período de Fernando Henrique Cardoso que apontava no sentido de uma crise iminente, estaria praticamente superada a fase de preocupação do “mercado” em relação ao novo governo. O último andar da construção da confiança do capital financeiro, que possibilitaria a volta dos investimentos e empréstimos externos ao Brasil, se daria com o encaminhamento e a aprovação das “reformas estruturais” pelo Congresso Nacional. Feito isto, os juros conseqüentemente cairiam e o crescimento econômico viria naturalmente, abrindo um novo ciclo virtuoso no desenvolvimento brasileiro; caminho este baseado nos manuais de instrução do FMI para os ditos países emergentes.

Se há alívio de uma parte, com o reequilíbrio da frágil situação financeira, de outra, as preocupações de amplas forças mudancistas, comprometidas e partícipes do governo Lula aumentam. De uma maneira geral elas reconhecem que a cautela e a prudência, consideradas as restrições vigentes, foram importantes para estancar um desastre que se aproximava quando da passagem do velho para o novo governo, criando as condições para a governabilidade inicial. Mas questionam a manutenção indefinida da

atual política econômica seguida pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, os quais passam até mesmo a fundamentar a necessidade da sua permanência e aprofundamento, através do documento *Política Econômica e Reformas Estruturais*, recentemente divulgado.

A discussão se mantém e promete se prolongar como algo próprio de um período de transição em que lutam e convivem entre si concepções, projetos e políticas diferentes ou mesmo opostas quanto aos rumos a seguir. O velho insiste em não morrer e o novo parece não desabrochar, mas ainda é cedo para concluir qual o rumo definitivo da orientação econômica do novo governo. Se há uma postura continuísta assumida pelo Ministério da Fazenda há também opiniões diferentes, de mudança no sentido da centralidade do desenvolvimento com geração de emprego e valorização do trabalho que vão se avolumando e tomando corpo num conjunto de propostas alternativas. Assim é que o BNDES procura reorientar-se para uma postura nacional-desenvolvimentista; o esforço pelo renascimento do Mercosul e sua ampliação de relações com o Pacto Andino dá os primeiros resultados, como passo importante na aplicação da política de integração continental; a parte brasileira procura se conduzir dentro dos interesses nacionais nas negociações da Alca, a equipe do Planejamento e influentes economistas do Partido dos Trabalhadores têm insistido na necessidade de instaurar um regime de crescimento sustentado com distribuição de renda e de um plano de prazo mais longo que o oriente. O mesmo acontece com partidos da chamada base aliada ou ainda com setores acadêmicos progressistas.

Argumentos e números há para demonstrar variadas teses, mas a questão central que por si só se coloca e move

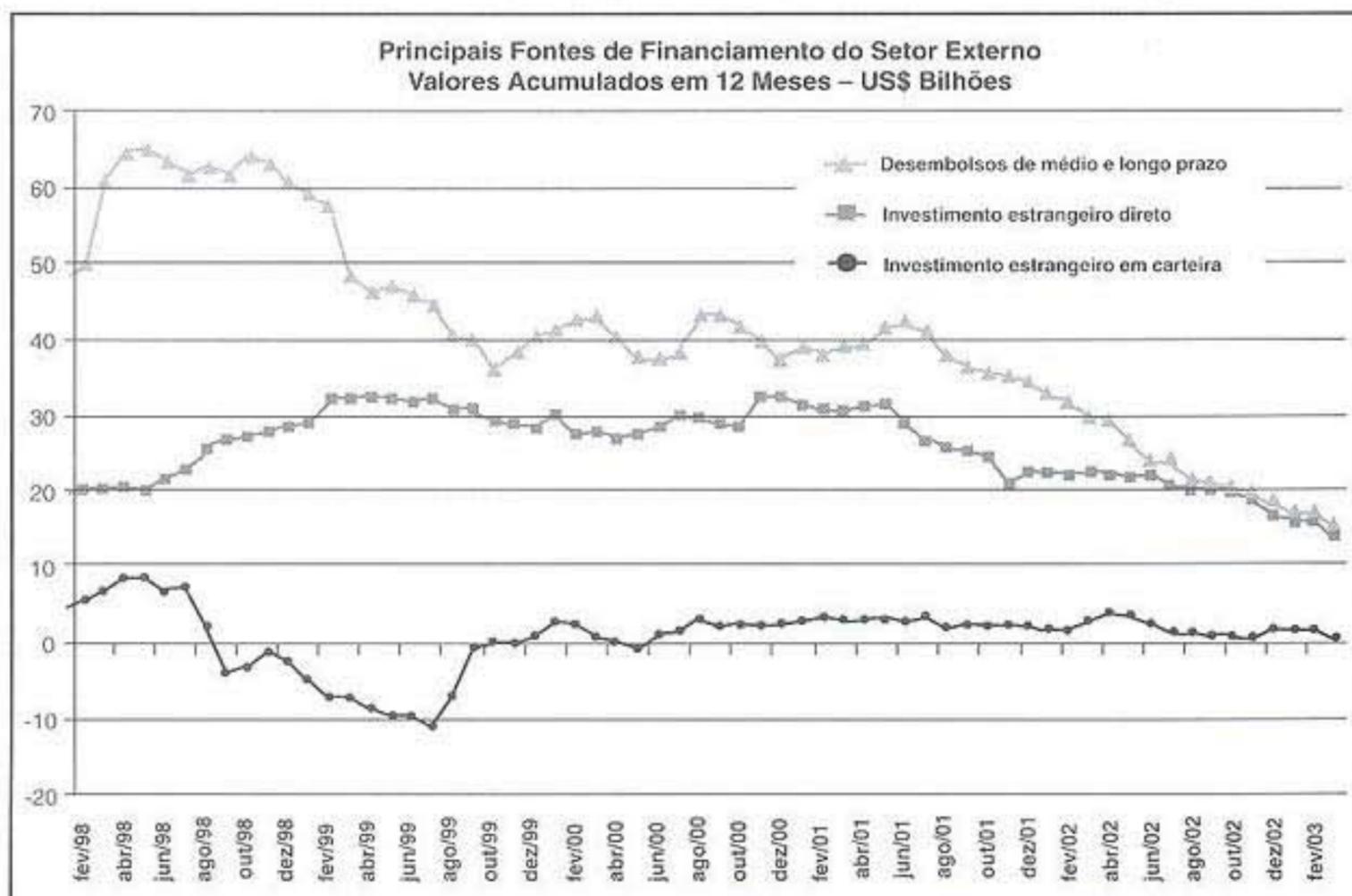
todo o debate refere-se à retomada do desenvolvimento com a melhoria do bem-estar do povo brasileiro, compromisso mais importante das forças que ganharam a eleição de outubro passado. Tomando-se este parâmetro como coluna-mestra duas perguntas interligadas se colocam em consequência: 1) há razões para o otimismo quanto à situação concreta da economia? 2) o diagnóstico e as propostas do documento do Ministério da Fazenda poderão tirar o país desta longa fase de semi-estagnação e propiciar a retomada do crescimento duradouro e aumento da renda dos trabalhadores?

As equipes da Fazenda e do BC tão logo tomaram posse defrontaram-se com uma diminuição significativa no fluxo de capital externo. A escassez da moeda norte-americana provocou uma elevação vertiginosa de seu preço que, à época se aproximou dos R\$ 4. Isto por sua vez levou ao crescimento da inflação por causa dos repasses dos preços dolarizados e também pela alta dos preços de bens e serviços administrados por contratos de empresas privatizadas. Diante desse quadro inegavelmente frágil resolveram aquelas equipes começar confirmando a política monetária de metas de inflação adotada a partir de 1999 a conselho do FMI, elevando sucessivamente as taxas de juros. O resultado é um juro real crescendo para 16,3% no final de abril quando a inflação já estava declinando e a taxa básica Selic se mantinha nos 26,5%. Como os juros nos países de capitalismo desenvolvido - que têm capital disponível e cujas economias estão patinando - são infinitamente mais baixos que os brasileiros⁽¹⁾, o capital para aqui veio em busca dos ganhos que essa diferença propicia. A pressão sobre o câmbio diminuiu e o dólar começou a baixar de preço, situando-se hoje abaixo dos R\$ 3. Evitou-se um presumível ataque especulativo em um primeiro momento e logrou-se certo controle no índice dos preços. Mas a persistência prolongada e o aprofundamento dessa antiga orientação acumulam problemas cambiais e de reversão de superávit comercial, já enfatizados por amplos setores, que podem ter desdobramentos danosos, semelhantes aos vividos no governo anterior. Por contar com a manutenção de juros muito elevados para provocar a queda do dólar, tal orientação comprime setores produtivos e sufoca exportadores, tornando-se insustentável num prazo maior.

A balança comercial que se

beneficiava enormemente de um câmbio mais desvalorizado, tendo apresentado um superávit de US\$ 3,8 bilhões no primeiro trimestre de 2003, que ajuda a diminuir o déficit nas transações correntes, começa a acusar a modificação e poderá enfrentar dificuldades. Mais que isso, esse capital que tem entrado é constituído basicamente por empréstimos pela via da emissão de bônus de empresas e bancos com prazo de vencimento curto, de caráter nitidamente volátil e especulativo. Quer dizer, à menor "mudança de humor" do mercado internacional poderá impelir à debandada dessas divisas, provocando nova crise cambial.

Os investimentos estrangeiros diretos (IED), voltados para a economia real e que poderiam ajudar na retomada do desenvolvimento, continuam diminuindo em relação a períodos passados. Basta ver que em março último o fluxo desses capitais ficaram em US\$ 284 milhões contra US\$ 2,36 bilhões em março de 2002, uma queda de 88%. Quanto à captação de recursos de médio e longo prazos (bônus, notes, commercial papers, crédito de fornecedores e empréstimos) no acumulado de 12 meses até março de 2003, houve uma redução de quase 50% em relação ao mesmo período do ano anterior (US\$ 15,5 bilhões contra US\$ 29,6 bilhões). Neste mesmo período a taxa de rolagem da dívida externa caiu de 91,6% para 52%. Ainda em março último, o fluxo de investimento estrangeiro em carteira (títulos domésticos de longo prazo e ações) foi negativo e as reservas internacionais líquidas (sem contar com os US\$ 4,1 bilhões do empréstimo do FMI) ficaram nos US\$ 17 bilhões que representam uma redução de 41% em relação a março de 2002.⁽²⁾ (Ver gráficos 1, 2 e 3.)



Fonte: Banco Central do Brasil - Série Especial do Balanço de Pagamento - Elaboração IEDI

Continua a atuar incontestavelmente o elemento-chave do impasse econômico brasileiro, fonte de instabilidade e vulnerabilidade, que é o volume do passivo externo, soma do estoque dos investimentos diretos estrangeiros feitos no país com a dívida externa líquida, pública e privada do Brasil que em março último havia atingido US\$ 213,42 bilhões. É a maior entre os países ditos emergentes. Este passivo que em termos líquidos acumula já os US\$ 400 bilhões, com tendência de crescimento, gera obrigações de remessa de lucros e dividendos, de pagamento de juros e amortizações que somadas atingem cerca de US\$ 50 bilhões anuais. O dado concreto é que nos três primeiros meses do ano já saíram do país na conta de serviços e rendas (pagamento juros, remessa de lucros e dividendos) e na conta das amortizações de médio e longo prazos nada menos que US\$ 9.742 bilhões. O país, em que pese a euforia, continua tão vulnerável quanto antes. É por isso que, apesar da aparente estabilidade, o governo é levado a fazer o saque de uma nova parcela do empréstimo do FMI, de quase US\$ 10 bilhões. Caso contrário as contas correm o risco de não fechar. Hoje se forma um consenso entre aqueles que pregam uma reorientação da política econômica de que a solução do problema da vulnerabilidade externa – causa principal do impasse da situação brasileira – não requer medidas drásticas ou extremas, porque a situação deixou de ser emergencial. Mas é preciso tomar medidas graduativas, dando os primeiros passos na alteração da política econômica vigente, buscando a saída da armadilha que leva a nova crise, ou ser mais uma vez o governo levado a renovar o acordo com o FMI, enlinhando-se ainda mais nas pesadas condicionalidades daquela instituição.

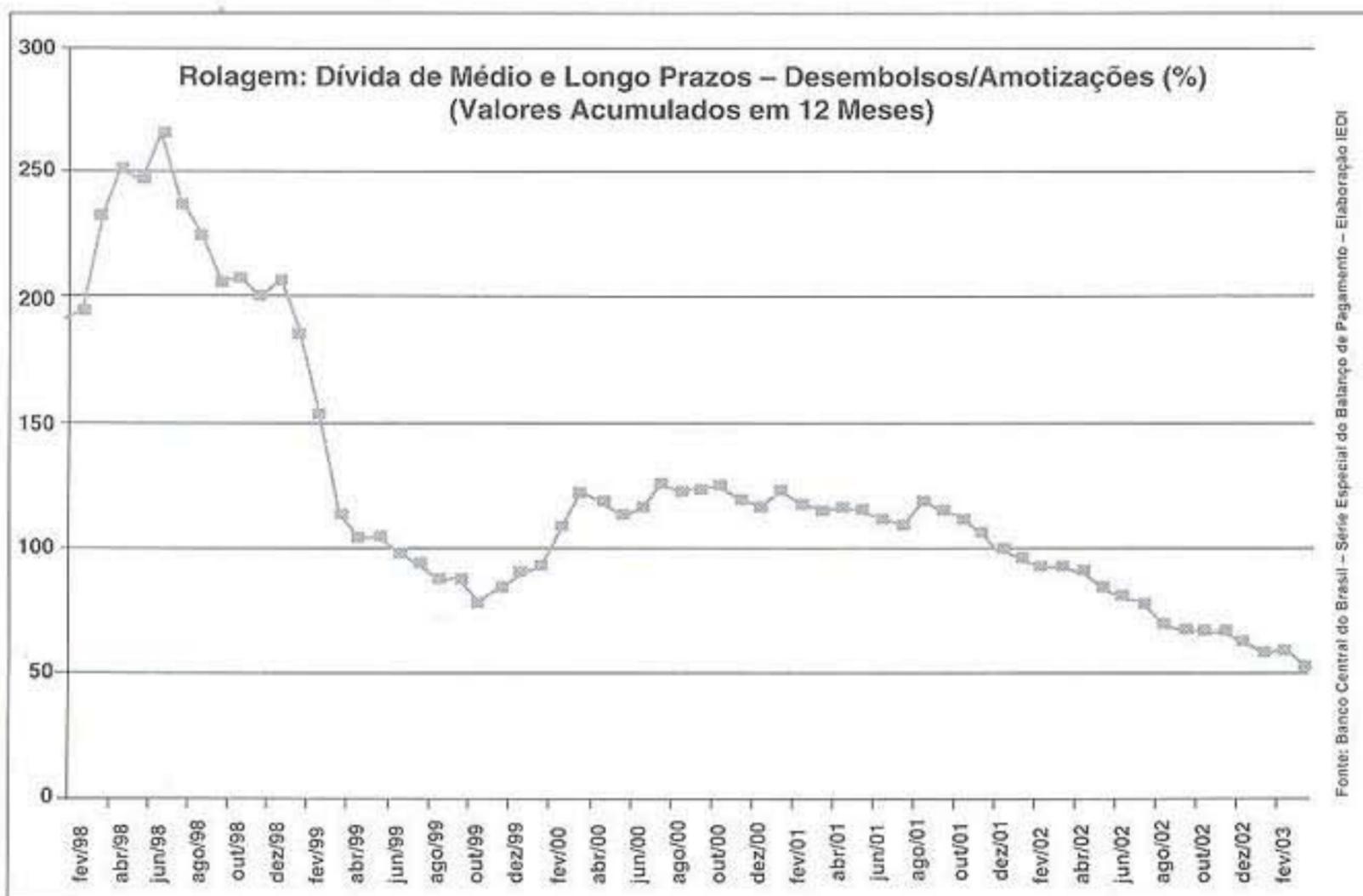
Esta relação desequilibrada, desigual e dependente com

relação ao capital financeiro externo é o que em última instância ocasiona as dificuldades internas brasileiras. Tem obrigado a que se mantenha uma taxa de juros nas alturas e é com essas taxas que o governo busca se financiar. Desta forma a dívida pública mobiliária federal interna em março último chegou aos R\$ 649,7 bilhões, montante do qual quase 38% vencem em até 12 meses. Com a flutuação do câmbio para baixo a parte da dívida interna indexada ao dólar diminuiu ligeiramente; entretanto cresceu a parcela dos títulos com rentabilidade atrelada à taxa Selic. Por outro lado, os investimentos produtivos brasileiros continuam inviabilizados com os juros praticados e pela ausência de uma nova política industrial.

As resultantes de todo esse quadro não são animadoras. O PIB brasileiro, prevê-se, deverá variar em 2003 cerca de insignificantes 1,5%, pelo terceiro ano consecutivo. Os recentes dados, demonstram uma queda de 3,4% na produção industrial no último mês de março, definindo uma “tendência de declínio” na indústria, segundo informações do IBGE, consequência da asfixia do mercado interno. A problemática social agrava-se. O mesmo Instituto acaba de divulgar o crescimento do desemprego agora numa taxa nacional de 12,2%. O Dieese avalia que o desemprego total na região metropolitana de São Paulo encosta-se aos 20% da População Economicamente Ativa. A renda continuou mais concentrada. Enquanto isso os bancos divulgam lucros recordes no primeiro trimestre de 2003. Nada menos que R\$ 714 milhões para o Itaú, 41,8% superior ao apurado no mesmo período do ano passado e R\$ 507,6 milhões para o Bradesco, 19,4% a mais que o obtido em igual inter-

valo do exercício anterior. Boa parte desses resultados se deve à ciranda dos negócios com títulos do governo, aos juros pagos para negociá-los.

Essa é a situação econômica e social real. Não municia qualquer otimismo, sendo muito mais importante que indicadores de confiança do tipo risco-Brasil. Tal realidade é que deve ser a base concreta da análise que interessa às forças sociais e políticas empenhadas na busca de um novo rumo. O surgimento do documento “Política Econômica e Re-



formas Estruturais” formaliza a política que vem sendo posta em prática pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central do Brasil, procurando projetá-la para um período longo. Seu conteúdo é de caráter ortodoxo, monetarista. Em toda sua argumentação reforça o papel central do capital financeiro - pela via de um ajuste fiscal ainda mais rígido. Segue essa linha o conteúdo das reformas defendidas, a proposta de autonomia do BC e a nova lei das falências. Dessa forma não se situa dentro da busca de uma alternativa (mesmo que gradual e progressiva) ao modelo até então vigente. Pelo contrário, procura ser ainda mais conseqüente na aplicação da política liberalizante.

O centro da preocupação não está na superação da vulnerabilidade externa e na busca da retomada do desenvolvimento como objetivo básico da política econômica ou das reformas estruturais. Parte da constatação do desequilíbrio das contas públicas; porém, credita este fato à inconstância histórica dos ajustes fiscais, ao crescimento da informalidade na economia e ao déficit da Previdência. Em nenhum momento aponta a restrição externa, o endividamento interno, os déficits daí advindos como causas centrais. A partir desse diagnóstico precário propõe um rígido ajuste fiscal com o objetivo de gerar um superávit primário alto, por um longo período a fim de dar sustentabilidade à dívida, mantendo a relação dívida/PIB em patamares que julga aceitáveis. A queda dos juros ou a retomada do desenvolvimento viriam como conseqüência natural disto.

As reformas da Previdência e tributária são então propostas em um contexto de ajuste fiscal e meta de superávit primário. Além disso, o documento da Fazenda detalha pela primeira vez um projeto de autonomia do BC e justifica a adoção imediata de uma nova lei de falências que dê garantias reais aos credores das empresas, ou seja, aos bancos. Acha que isso levará à queda dos *spreads* brasileiros, os maiores do mundo. Dá um grande peso a essas reformas como algo absolutamente necessário para que depois se possa pensar em desenvolvimento. Entretanto, abstraindo-se qualquer discussão sob o ângulo social, vozes as mais qualificadas questionam a previsão de que no curto e no médio prazos as reformas trariam qualquer alívio para as contas públicas. Aliás, só a discussão da reforma da previdência já tem causado um crescimento acelerado da procura por fundos de capitalização privados cujos representantes projetam um crescimento anual de 40% para os próximos cinco anos.

Por tudo isso o documento desagradou às forças mudancistas dentro e fora do governo, desde trabalhadores a setores de capitalistas produtivos. Aguçou a luta entre os caminhos a serem trilhados. O caminho do ajuste fiscal via superávit primário, da política de metas de inflação - vinculado às altas taxas de juros e ao endividamento -, ou o caminho cen-

trado na superação da vulnerabilidade externa tendo como foco o desenvolvimento, a expansão produtiva e o emprego.

O momento por que passa o Brasil é de grande riqueza para o florescimento de idéias e discussões de projetos. As forças que venceram a eleição, tradicionalmente de oposição, agora têm que adotar políticas concretas visando à solução dos problemas do país. Todos os dias há opções práticas a fazer, assim como trabalhar na construção de um rumo mais geral, estratégico, desafiando dificuldades objetivas, internas e externas, enfrentando poderosos interesses econômicos e políticos. O país não pode mais continuar estagnado, a situação de vida dos trabalhadores e do povo em geral exige que se inicie a reversão do processo de degradação. São inúmeras forças atuando em variados sentidos. Isto é o que desperta a iniciativa criadora, suscita o debate, promove a polêmica. Não se trata de continuar a velha política neoliberal e nem de repetir o modelo de desenvolvimentismo passado, que jogou importante papel, mas também se esgotou.

O Brasil mudou muito, agora é dirigido por novas forças que ocupam o centro do poder político do país. O PCdoB é parte constitutiva dessas forças, as quais têm que enfrentar uma situação nova, expressa na tarefa de governar um país da dimensão do Brasil, desafio mais difícil e complexo que vencer as eleições presidenciais. O novo projeto defendido - nacional-desenvolvimentista, tendo como eixo a inclusão social, a geração de empregos - se choca com o modelo de liberalização capitalista predominante, eminentemente patrimonialista e financeiro. Por isso, e diante da correlação de forças nos planos mundial e nacional, os novos problemas a serem enfrentados requerem soluções originais de aplicação viável na fase atual.

Em todo o debate que se trava, no sentido de progressivamente ir enfrentando a dependência e a vulnerabilidade externas, avulta a questão do papel e função do Estado brasileiro contemporâneo. Há uma convergência de opiniões de que é imprescindível a recuperação do Estado nacional na sua capacidade de planejar e investir tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento duradouro. Sem essa reabilitação, torna-se praticamente impossível trilhar uma nova fase de desenvolvimento. Isso não significa que o planejamento e seu controle tenham deixado de existir e nem que o Estado tenha deixado de cumprir um papel econômico e financeiro. Na atualidade o centro do planejamento está além fronteiras, acima dos interesses nacionais. As diretrizes e os planos são elaborados e controlados pelo FMI através das séries de condicionalidades dos acordos de empréstimos. Viagens de auditores se amiam para verificar como andaram nos últimos tempos as reformas, as privatizações, as modificações constitucionais e legislativas na ordem econômica e financeira do país. O BNDES foi colocado na função de finan-

ciar as privatizações com juros baixíssimos e sem garantias; as agências reguladoras "independentes", por sua vez, foram criadas para garantir a correção dos preços tendo como referência o dólar. Dessa forma o Estado assegurou que o patrimônio público passasse a ser privado a custo baixo e sem riscos. Em curto prazo, tendo em vista o objetivo de recuperar a imprescindível capacidade do Estado de planejar o desenvolvimento segundo os interesses nacionais é preciso afastar do horizonte a renovação do acordo com o FMI, que vence em dezembro deste ano.

A postura independente que o governo e particularmente o Itamarati tem adotado nos assuntos relativos às negociações internacionais poderão ser medidas constitutivas fundamentais na importante tarefa da retomada do desenvolvimento. É o que se tem feito nas negociações da Alca, no aprofundamento das relações comerciais com a China e com a Venezuela ou ainda no estímulo ao ressurgimento do Mercosul. Esse tipo de afirmação soberana, deveria se estender para as relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Desenvolvimento requer investimentos produtivos que gerem empregos e esses só acontecerão se houver definição e mobilização estruturada de financiamento. Como então recuperar a capacidade financiadora e mobilizadora do Estado para a produção e para a infraestrutura, como tornar esses setores atrativos? O elo central dessa problemática parece estar na taxa de juros, cuja função precípua é a remuneração do capital financeiro, e uma situação de equilíbrio da

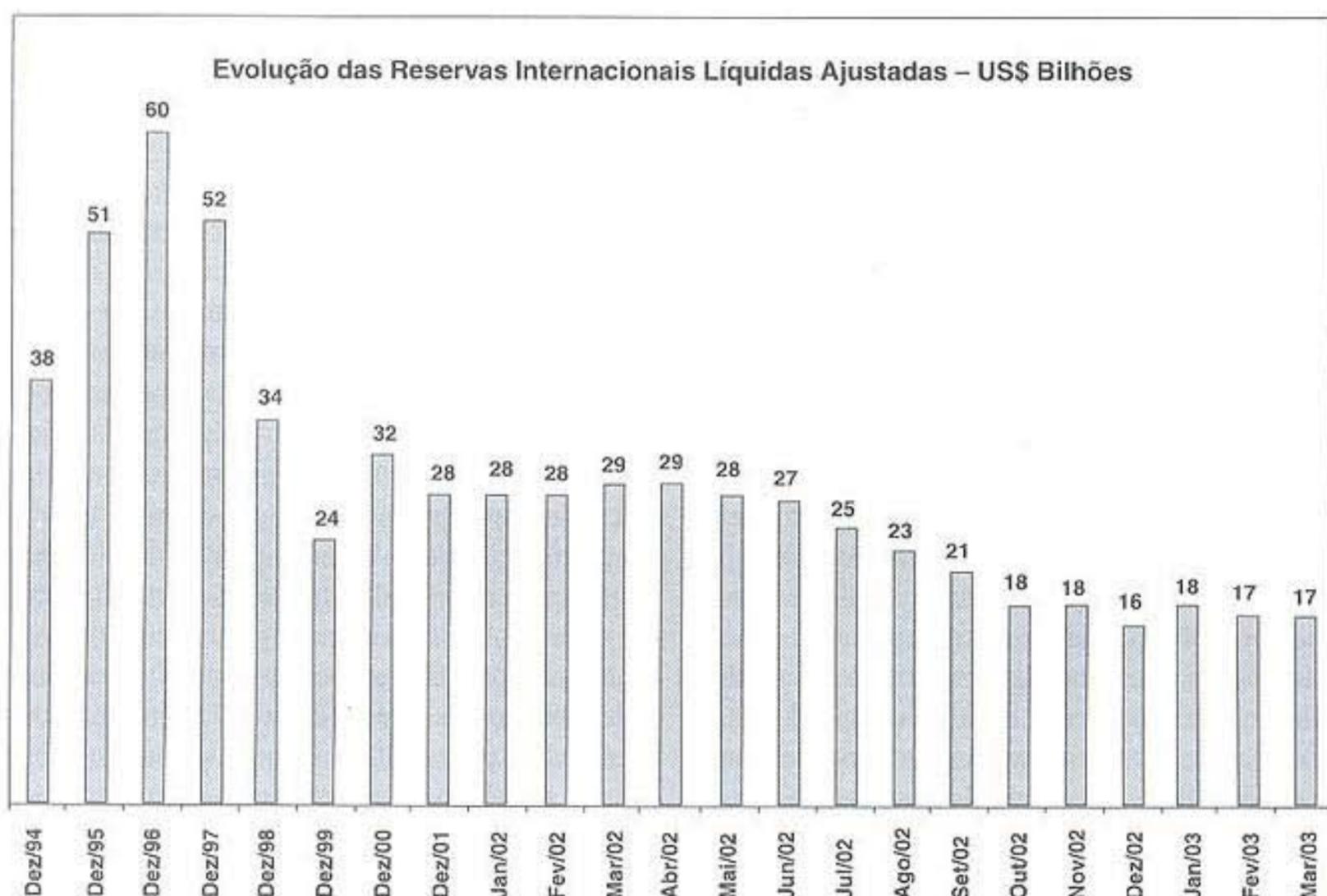
taxa de câmbio, paralisando sua forte oscilação. Qualquer economia que persista em um índice médio real de juros maior que o índice médio real de crescimento do PIB tende inevitavelmente à insolvência. As taxas reais de juros e do câmbio – dois preços fundamentais que regulam a economia – devem ter como foco o desenvolvimento constante e não a confiança do mercado financeiro. Uma atitude ativa para a redução das taxas de juros diminuiria de imediato a pressão da dívida sobre o Estado e estimularia os investimentos produtivos. Nesse sentido é que vem procurando agir a nova equipe do BNDES; esforço que precisaria ser fortalecido juntando a ele a atividade do Banco Central. Um banco central independente do poder público, ao contrário, comprometeria ainda mais a soberania e praticamente tornaria impossível a retomada do desenvolvimento. Em suma, a conjugação da reorientação da política macroeconômica, com a definição de um plano estratégico de desenvolvimento nacional, coloca-se na ordem do dia e passa a ser o desafio maior dessa nova fase governamental, impondo-se como o passo necessário para concretude do novo projeto. ☺

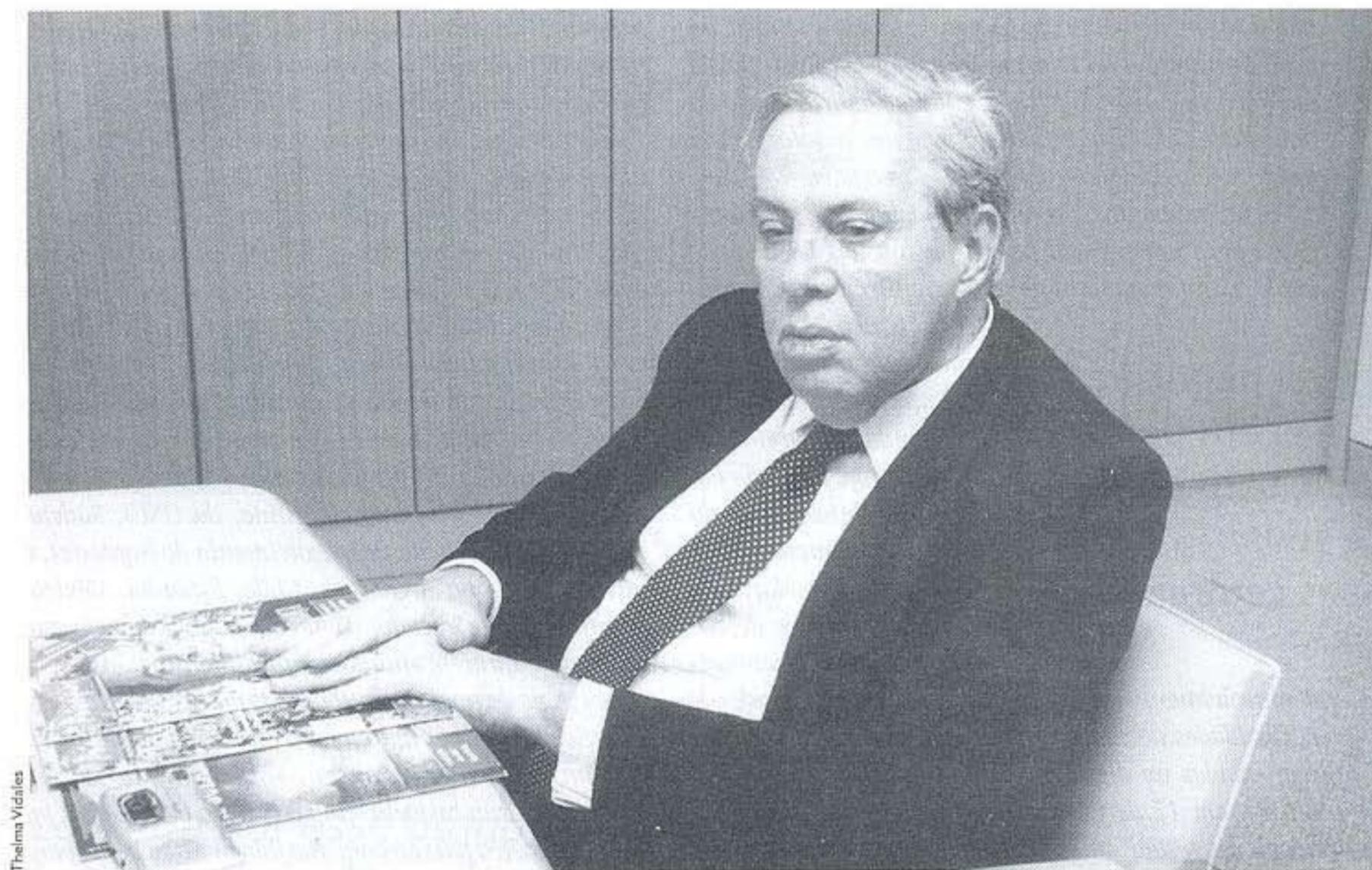
Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Notas

1. A taxa de juros básica nos EUA, 1,25% ao ano é a menor dos últimos 42 anos. A taxa real é negativa por causa da inflação. O mesmo ocorre na Europa e no Japão.

2. IEDI, O desempenho do setor externo - março de 2003.





Thelma Vidales

Carlos Lessa um brasileiro otimista

José Carlos Ruy e Ana Rocha

Ao terminar esta entrevista, o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o professor Carlos Lessa – na verdade, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa – confessou-se um otimista. E o repórter completa, mentalmente: um brasileiro otimista. Para ele, aquele foi um dia exaustivo. Foi o dia em que, depois de penosas negociações, a direção do banco chegou ao limite com a empresa norte-americana AES, que adquiriu o controle da Eletropaulo, no governo de Fernando Henrique Cardoso,

com empréstimos feitos pelo próprio BNDES e do qual tem parcelas vencidas que não paga nem negocia o pagamento. Naquele dia, o BNDES comunicou a decisão de leiloar as ações de uma das empresas do grupo AES, que garantem a dívida de 600 milhões de dólares. Foi uma decisão dura, e o desgaste provocado pelo esforço de chegar a um acordo com a empresa norte-americana era visível em sua face cansada.

Mas, ao longo da entrevista, o cansaço era substituído pelo entusiasmo sempre que Lessa, que está banqueiro

mas é eminentemente um professor, falava do Brasil, do povo brasileiro e do enorme potencial de nosso país e nosso povo. E quando frisava, enfático, a orientação do presidente Lula para fazer do banco um indutor de um novo projeto de desenvolvimento para o país.

Nesses momentos, prevalecia a jovialidade surpreendente para um homem que já passou dos 60 anos de idade. Eram momentos em que a reafirmação do caráter do banco – este é um

banco de desenvolvimento, enfatizava – atualizava os sonhos do jovem economista que, formado em 1959 pela Universidade do Brasil, influenciado por Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, defendia o projeto nacional-

desenvolvimentista para fazer o país crescer e atender às necessidades de sua economia e de seu povo. Certezas reafirmadas no discurso de posse como presidente do BNDES, em 17 de janeiro passado, quando criticou a opção da gestão anterior, que o transformou em um banco de investimento, e a entronização do neoliberalismo como um espúrio projeto que fez do banco o ins-

trumento da privatização e do desmonte do Estado nacional, colocando o país numa situação de risco e fragilidade, abrindo mão da “vontade de futuro”.

Ao contrário de tantos economistas formados em universidades no exterior (alguém já disse que, boje, Harvard ocupa o lugar que, no passado, era de Coimbra, na formação de profissionais ligados aos interesses externos), o currículo de Carlos Lessa exibe uma carreira construída nas principais universidades brasileiras - Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Universidade de Campinas, além da atividade de professor e economista na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina, da ONU), Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e universidades na Argentina, Chile, Espanha, México, Nicarágua, São Salvador, Venezuela – experiência que se traduz num profundo conhecimento não só do Brasil, mas de nossos vizinhos na América do Sul.

Carlos Lessa quer marcar sua passagem pela direção do banco como aquela que promoveu o reencontro do BNDES com sua história, com a função para a qual foi construído. E a paixão com que fala disso só perde para outra, aquela que manifesta ao falar de nosso país. É, com certeza, um brasileiro otimista.

O Brasil vai negociar a Alca, mas em pé de igualdade, sem abrir mão de seus interesses centrais.

Em dezembro do ano passado, enquanto o presidente Lula montava sua equipe dizia-se que a presidência do BNDES seria um cargo muito cobiçado porque poderia ter um papel de “hospital de empresas” em 2003, quando muitas estariam em situação difícil; e porque o banco foi um dos principais financiadores do comércio exterior em 2002. Este é o papel do BNDES no governo Lula?

Carlos Lessa – Não. Aquelas avaliações estavam em parte certas e em parte erradas. Quer dizer, é absolutamente certo que o BNDES é um banco para financiamento de exportação brasileira, cada vez mais. Nós fomos em 2002 responsáveis pelo financiamento de 42% das exportações. E este ano nós provavelmente vamos repetir isso. Talvez até um pouquinho mais. E as exportações que o BNDES financia são de produtos de alto valor agregado. Veja bem, obviamente uma das primeiras questões para nós é pensar por onde o banco vai se mover no apoio às exportações. Temos uma orientação muito clara do presidente da República, que é a busca da integração sul-americana. Temos trabalhado muito nessa direção. Estamos financiando exportações novas para diversos países da América do Sul. No momento, vamos financiar até um bilhão de

dólares de exportações brasileiras de serviços, equipamentos etc, para a Venezuela, onde a presença brasileira já é muito importante no campo da engenharia pesada.

Com a Bolívia, já temos um acordo para financiar até US\$ 600 milhões em projetos em infra-estrutura, e é muito importante o entendimento do Brasil com a Bolívia porque o gás boliviano precisa ser redefinido dentro da matriz energética brasileira para resolver alguns problemas herdados do passado. Há também a Argentina. O presidente da República anunciou na semana passada ao vice-chanceler argentino, até um bilhão de dólares para financiar, principalmente pelo BNDES, a reativação do comércio bilateral Brasil-Argentina, que caiu a níveis muito pequenos. Caiu muito. Lá há projetos de infra-estrutura também.

Há os países andinos; eles têm um *BNDES*, chama-se Corporación Andina de Fomento – CAF. O BNDES vai entrar como sócio do CAF; vamos elevar a participação brasileira de 2,5% para 20%, e ser o maior país sócio do CAF. E o CAF vai atuar conosco.

Eu diria então que, nesse movimento, o BNDES está se convertendo num banco fundamental para a integração sul-americana, que é o objetivo estratégico do governo brasileiro: tornar o continente mais harmonioso, mais integrado, mais coeso. Isso para não fazer referência a

outros apoios que o BNDES dá: financiamos operações com Cuba, com a República Dominicana, enfim...

Hoje mesmo recebi o pessoal de Angola, com quem muito provavelmente nós vamos também ter uma atuação como banco. Isso é uma novidade, que se deriva do papel do BNDES como banco exportador. Quer dizer, se somos um banco exportador, a diplomacia brasileira tem no BNDES um interlocutor para materializar algumas possibilidades importantes de cooperação.

O BNDES virou um banco estratégico.

Carlos Lessa – É. Sempre foi. Mas agora passa a ser, eu diria, um banco importante para o conjunto dos países sul-americanos. E é impressionante a quantidade de coisas que podemos vir a fazer.

Isso não conflita com uma certa mudança que parece ter havido na cúpula do Itamaraty em relação ao Mercosul?

Carlos Lessa – Não, não. O trabalho aqui é inteiramente favorável ao Mercosul. A atual direção, totalmente. Pelo contrário. Tanto o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, quanto o secretário-executivo, Samuel Pinheiro Guimarães, são inteiramente voltados à idéia da integração. Nós do BNDES estamos muito, muito próximos ao Ministério das Relações Exteriores nesse esforço.

E isso já entra na segunda questão: ou Alca ou Mercosul...

Carlos Lessa – Veja bem, a posição oficial do governo é de que o Brasil negociará a Alca, mas em pé de igualdade. Negociará sem abrir mão dos interesses centrais brasileiros. É evidente que quanto mais avançar a integração sul-americana maior será a coordenação das ações sul-americanas nessa negociação, e isso é muito importante para o desenvolvimento.

Não sei se você já se deu conta de um fato – provavelmente sim – mas vou te chamar atenção: o nosso continente é produto da península ibérica, mas suas interconexões são muito pequenas. Por exemplo, as ligações Pacífico-Atlântico estão muito imperfeitas, e precisam ser fortalecidas. Não existem. A nossa navegação é muito tênue, entre os países etc. Entretanto, os países sul-americanos representam no cenário mundial a mais espantosa reserva de recursos que podem ser combinados. Quer dizer, temos no continente fantásticas convergências. Por exemplo, competência em matéria de peixe: os peruanos são sensacionais nesse assunto. Competência em matéria de petróleo: os brasileiros e os venezuelanos. Competência em matéria de produção de alimentos: todos nós, mas alguns países são absolutamente espetaculares nisso. Se formos nos irmanando, somos um

continente com imenso potencial de futuro. Eu até acho – vendo em longo prazo – que este é o continente mais promissor. E acho que o governo Lula está firmemente empenhado nisso. E nós somos um instrumento dessa diretiva. Isso para nós dá muita alegria. Além do mais, é impressionante a velocidade com que isso avança. Estou aqui há quatro meses e estamos o tempo todo assim: o presidente da Colômbia visita o Brasil, o que é que ele queria? Financiamento para máquinas agrícolas. E estamos financiando máquinas agrícolas para a Colômbia. O presidente Chávez quer tudo: uma usina de açúcar, fábricas de alimentos, aviões, a PetroLatina, e nos oferece petróleo como garantia, que é a melhor possível. Enfim, é impressionante. Agora o presidente do Uruguai vai nos visitar e provavelmente vai surgir algum tipo de demanda. Aliás, ele já anunciou que vem...

Logo depois de sua posse, o senhor comentou que a reestruturação do banco, feita na gestão anterior, não seria adequada para os objetivos que o governo pretende.

Carlos Lessa – É. Em nossa avaliação, foi inteiramente inadequada. E a verdade é que no primeiro momento nós nos concentramos em reformar o BNDES, para restabelecer seu caráter de banco de desenvolvimento, tendo presentes as exigências atuais. Isso nos obrigou a fazer um esforço bem importante de reorganização.

Em que sentido?

Carlos Lessa – Basicamente foi acabar com a idéia de cliente/produto, típica de banco de investimento, que é o seguinte: o cliente entra e você vê se ele tem boas credenciais – isso se chama avaliação de risco. Se ele tiver uma alta nota no risco, tudo o que for bom para ele será bom para o banco. Logo, é bom para o país. Então, ele entra, vai e vê na prateleira todos os produtos que o banco tem: banco para dar empréstimo, para dar garantia, para assumir ações, para emitir debêntures, e a gente faz uma combinação. Esse é o tipo de visão de um banco de investimentos. Mas o BNDES é um banco de desenvolvimento. Então, cada pedido que entra é examinado, como está localizado na cadeia produtiva, qual é a implicação que ele tem na organização do setor, qual é seu impacto na geração de emprego, no meio ambiente, na região etc.

Na verdade, nossa visão não é de um banco de investimento. Por quê? Porque o Brasil quer se desenvolver. Por isso, os investimentos que financiamos têm que ter o alto mérito de fazer com que o país se desenvolva nas direções fixadas pelo processo político brasileiro. Então, por isso, é um banco de desenvolvimento. Houve uma reforma para convertê-lo num banco de investimento.

Mas mesmo com essa característica, quando se vê o papel que o BNDES teve nas privatizações, parece que ele não cumpriu nem mesmo essa resolução.

Carlos Lessa – Não. Eu acho que dos anos 90 para cá o BNDES foi desviado de sua função estratégica. Foi dada a ele a responsabilidade de presidir a privatização, que não criou nova capacidade produtiva, mas apenas comprou e vendeu artigos pré-existentes. E muitos dos contratos tiveram garantias muito frágeis. Mas foi esse processo que introduziu dentro do BNDES uma dimensão que não era sua: ele virou um banco de negócios. Desvirtuou. E nós, agora, estamos resgatando a alma do BNDES, o coração do BNDES. E posso dizer que a resposta tem sido muito bonita por parte do pessoal do banco.

Isso envolve a idéia do papel do banco num projeto nacional-desenvolvimentista, coisa que dá calafrios em certos setores conservadores, para quem isso é uma volta aos anos 50.

Carlos Lessa – É, já me chamaram de sauroestatizante. Há uma porção de provocações engraçadas: trata-se de inibição cognitiva. Na verdade, não voltamos aos anos 50, mas sim à idéia de desenvolvimento, que durante 50 anos dominou a vida brasileira. Mas sabemos que a maneira pela qual desenvolvemos no passado não é a maneira que o povo brasileiro quer hoje. Porque o povo brasileiro, hoje, quer desenvolvimento e inclusão social. Não quer esperar que o social venha a ser resolvido a posteriori do desenvolvimento. Então, é uma mudança, é um resgate de uma visão de desenvolvimento, mas com uma dimensão absolutamente nova. E acho que esse discurso pelo qual o BNDES estaria retornando ao passado é verdadeiro sob uma dimensão. Estamos retornando ao passado na bela dimensão de passado desenvolvimentista, mas ao mesmo tempo temos uma visão muito clara do presente, e estamos comprometidos com o futuro. Agora, definitivamente, a minha diretoria não vê o BNDES como um banco de negócios, nem como banco de investimento.

E nem como hospital de empresas...

Carlos Lessa – Não. Esse negócio de falar que é hospital de empresas é o seguinte: em meu discurso de posse eu disse que o BNDES pode ser eventualmente hospital de empresas, mas nunca de empresários. E esclareci do que se tratava. Foi criada uma celeuma em torno do assunto, mas o que eu disse foi uma coisa muito simples: o país tem empresas fundamentais para a sua vida. Se o empresário for mau gestor e colocar essa empresa sob risco, o país não pode perder a empresa. Até usei um exemplo muito óbvio: uma ferrovia que serve uma determinada região; se o empresário levá-la ao colapso, o país não pode deixar que

a ferrovia fique paralisada. Porque vão morrer todos os municípios que dependem dela. Empresas vão quebrar em série. Então, nesse caso a empresa é hospitalizada. Porém, não o empresário. O empresário perde o que colocou. O que eu disse foi: “não seremos um hospital de empresários; poderemos ser hospital de empresas estratégicas para o país.” O preço que paguei por ter dito “hospital” foi uma coisa espantosa. Apanhei, apanhei, apanhei. Teve até um importante periódico que fez um editorial dizendo “o hospital do doutor Lessa”. Fiquei animadíssimo quando vi o editorial porque achei que iria poder encontrar no inventário do meu pai, ou do meu avô, um hospital que tinha passado despercebido. Estava torcendo que fosse na zona sul do Rio de Janeiro porque seria um bom patrimônio. Não encontrei nenhum...

Mas, a respeito da retomada do papel de banco de desenvolvimento, eu gostaria de comentar uma coisa. Em relação ao Fome Zero, esse não é um projeto para distribuir comida...

Carlos Lessa – Essa é outra das questões em que eventualmente eu tenha sido mal-interpretado. O que eu disse foi o seguinte: as políticas públicas, as políticas sociais, se propõem explicitamente à inclusão social. Sendo que o projeto *Fome Zero* é simbólico porque pretende que, em três ou quatro anos, não haja no Brasil nenhum brasileiro passando fome. Pessoalmente acho esse objetivo absolutamente perfeito porque é a expressão mais profunda da solidariedade. Uma sociedade que dá comida, garante a comida a todos os seus integrantes, é uma sociedade muito robusta. E o Brasil tem tudo para fazer isso. Porém, em relação a esse programa, o BNDES, tem que estudar a capacidade produtiva de alimentos do Brasil. Ou seja, temos condições para rapidamente abastecer... Por quê? Porque, veja só, mesmo as pessoas com fome comem alguma coisa. O que falta a elas é proteína. E proteína é um produto alimentício geralmente de origem animal, como ovos, frango, leite, carne ou peixe. E que exige sistemas frigoríficos, caminhões frigoríficos, etc. São implicações muito importantes para a estrutura produtiva. Se colocarmos 50 milhões de brasileiros – como acredito que devemos colocar – comendo proteínas, isso vai ter um impacto muito importante não só na produção de proteína, mas no transporte, no beneficiamento de proteínas.

Aí o Fome Zero assume um papel de motor no desenvolvimento.

Carlos Lessa – Exatamente. O *Fome Zero* dá a partida nesse processo. Converso muito com o ministro José Graziano, que conheço muito, foi aluno meu. Ele sabe perfeitamente que o *Fome Zero* tem esse lado de coletar

donativos, estimular esses gestos de solidariedade, que são importantes. Mas a questão vai passar por um programa de alimentação, de complementação alimentar, digamos assim, de proteínas, para 50 milhões de pessoas. E isso não é trivial. E eu disse isso. Pronto, paguei um preço... Quer dizer, na verdade fico até muito espantado com essas coisas. São coisas meio óbvias. Isto é, se nós vamos eliminar a fome, as pessoas têm que comer proteínas. Pode até ser vegetal, pode ser soja. Mas soja tem que ser texturizada, tem que retirar dela os inibidores de digestão, etc.

Mas esta visão, que insere esse programa na cadeia produtiva, implica num certo modelo de desenvolvimento que os críticos aparentemente não aceitam. Eles preferem um programa de compensações, que não mexa nas estruturas estabelecidas.

Carlos Lessa – Veja bem, não tenho a menor dúvida de que todos aqueles que são neoliberais têm toda razão de estar muito preocupados com Carlos Lessa. Porque Carlos Lessa não é um neoliberal. A construção do futuro é feita pela vontade de uma sociedade; não emana automaticamente do jogo de mercados. Respeito o mercado. Ele é importante, mas não é capaz de construir o futuro. O futuro, para mim, é construído pela vontade de uma Nação e de uma sociedade política que escolhe ter um determinado futuro. A eleição do presidente Lula marcou claramente a escolha de um determinado futuro. Na hora em que aceitei ser presidente deste banco, sinto-me subordinado ao meu ministro, e por extensão ao presidente da República, para executar o que é a proposta do governo. Isso para mim é muito claro. Então, não me incomodo de ser criticado por pensar assim. Eu penso assim.

Afinal esse governo foi eleito para isso.

Carlos Lessa – Exatamente. É claro. E tenho certeza de que o presidente Lula pensa a mesma coisa. Já escutei da boca dele em muitos lugares, claramente, essa doutrina.

O senhor tem enfrentado a questão da dívida da AES, a empresa norte-americana que controla a Eletropaulo e não tem pago as parcelas do empréstimo que obteve do BNDES para adquirir o controle daquela estatal, e está vindo de uma entrevista coletiva onde anunciou providências a respeito.

Carlos Lessa – Isso é uma dor de cabeça. É uma dor de cabeça pelo seguinte: é impressionante como a imprensa tem se preocupado com esse caso. Acho que é uma preocupação proporcional ao tamanho da dívida, mas é desproporcional ao modo pelo qual o banco está encaminhando a questão. Porque quando chegamos aqui, encontramos uma

decisão da diretoria anterior que subordinava, dava um prazo adicional para a AES pagar e exigia dela uma série de contrapartidas, garantias. Quando começamos a cobrar as garantias, nada apareceu. Nenhum sinal de liquidação da operação. Já anunciamos a disposição de negociar e seguimos em frente com nossa responsabilidade. Qual é nossa responsabilidade? Este é um banco. E banco recupera o que foi emprestado. Por quê? Porque é com isso que empresta a novos projetos. O projeto de privatização das estatais de eletricidade, em 1998, foi um projeto do governo Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula tem um projeto de

Uma sociedade que garante a comida a todos os seus integrantes é uma sociedade robusta. O Brasil tem tudo para fazer isso.

ampliar a energia elétrica, ampliar portos, criar novas indústrias, modificar empregos, alimentar a população, dar saúde à população. Não são os projetos do governo FHC, são novos. Bom, o grupo da AES comprou a Eletropaulo. Então, precisa pagar o banco. E comecei a cobrar, como banqueiro tenho que cobrar. Eu sou um cobrador, necessariamente.

(O professor Carlos Lessa interrompe brevemente a conversa para conceder uma entrevista telefônica a uma emissora de rádio gaúcha, onde o repórter manifesta preocupação com a notícia de que o BNDES financiará até um bilhão de dólares de exportações argentinas para o Brasil. Durante a conversa telefônica, Carlos Lessa enfatiza o sentido dessa medida, de fortalecer a integração e o comércio bilateral Brasil-Argentina, e dá garantias de que isso não prejudicará o vinho gaúcho. Os brasileiros continuarão a tomar vinhos do Rio Grande que, aliás, são de excelente qualidade, diz.)

Enquanto o senhor atendia ao colega gaúcho, nos falávamos aqui da retomada da indústria naval, com apoio do BNDES.

Carlos Lessa – O BNDES é o banco que administra o Fundo Nacional da Marinha Mercante. Quando cheguei aqui, encontrei represada uma grande quantidade de projetos de embarcações, que esperavam aprovação do banco para serem construídas. E nesses quatro meses fizemos um grande esforço e liberamos doze embarcações. Isso refinancia a construção naval tanto em Santa Catarina como aqui, no Rio de Janeiro. Essas embarcações são muito importantes para reativar a construção naval e tem no ar uma coisa ainda mais importante: provavelmente estaremos contratando os quatro petroleiros da Petrobras e atuando com o ministro de Minas

e Energia e a Petrobras; vamos co-financiar as plataformas marítimas P51 e P52, elevando o quociente de nacionalização em sua construção. Há ainda o programa da Braspetro para a década, de construção de 22 petroleiros, pelo menos. Não tenho a menor dúvida de que a indústria de construção naval no Brasil renasceu. E os funcionários do BNDES ficam muito satisfeitos com isso porque, por baixo, são 10 mil metalúrgicos, mas tem uma cadeia produtiva muito extensa que articula a indústria mecânica por todos os lados.

Volto à questão do papel do banco. Como é possível aplicar, nesse ambiente ainda muito contaminado pelas idéias neoliberais, uma política desenvolvimentista?

Carlos Lessa – É. Vamos abrindo caminhos. Acho que dentro da construção naval se você reunir os trabalhadores e os empresários do setor eles vão te dizer que estão muito satisfeitos com o que aconteceu. Nós esperamos que, mais à frente, a mesma reação venha de uma série de outros setores do país. Esse é o nosso desejo. Agora, não falei da nossa preocupação principal. De nossa preocupação, do banco, com a infraestrutura. A situação brasileira é preocupante em matéria de portos, estradas de rodagem, ferrovia, energia, e até mesmo nas comunicações. Precisamos fazer um grande esforço para fazer avançar os setores de infraestrutura. O BNDES está começando agora a financiar algumas novas hidrelétricas, mas é muito pouco em relação ao que o Brasil precisa. No que diz respeito aos portos, aprovamos a construção de um terminal de contêineres por Paranaguá, mas os portos brasileiros precisam de muito mais melhoria. Em relação às ferrovias, elas estão em nossas preocupações. Há um vasto elenco de projetos fundamentais para o Brasil: articular melhor a produção, ganhar eficiência nas exportações, incorporar o povo brasileiro. Nessa incorporação do povo brasileiro eu diria que tem duas coisas fundamentais. Uma é a eletrificação rural. Vinte por cento dos brasileiros ainda não têm energia elétrica. Isso é terrível porque o homem que não tem energia elétrica está no século 18 e a passagem para a modernidade é a ligação com a energia.

maior parte das pessoas. E, como quase 50% da população brasileira vivem nas grandes cidades, eu diria que esse é o problema mais complicado. Outro problema muito importante é o saneamento, o Sistema Nacional de Saneamento, que tem implicação com a política de águas. Tem implicações importantíssimas na qualidade de vida da população, na saúde da população, enfim... E hoje é, para muitas cidades brasileiras, um problema extremamente preocupante.

Outra questão, de natureza mais conceitual, é a questão da moeda. Sempre que se fala nos projetos do governo para setores, ouve-se a pergunta: "De onde vem o dinheiro?"

Carlos Lessa – Essa é sempre a pergunta. Quer dizer, na verdade, do ponto de vista macroeconômico, é uma coisa do tipo "o ovo e a galinha, o que é que vem antes?" Veja bem, é extremamente importante que o governo sinalize com absoluta clareza por onde vamos avançar. Eu disse que nosso primeiro esforço está sendo feito na área de exportação porque, na medida em que ampliamos a exportação, estamos ampliando emprego, reduzindo o estrangulamento externo, reduzindo a vulnerabilidade do país e aumentando a força de negociação do Brasil. Então, esta é uma prioridade muito clara. Não queremos que apenas as grandes empresas exportem, mas também as pequenas e médias. Isso exige arranjos produtivos complexos etc., mas vamos fazê-los basicamente com a capacidade produtiva que já existe no Brasil. Tem setores em que o Brasil tem uma vocação para exportar, e eles podem se expandir com relativa facilidade. Por exemplo, papel e celulose. Outro exemplo, atividades ligadas à cadeia do petróleo. O Brasil tem o domínio tecnológico. Estou com grandes esperanças. Podemos vir a exportar navios, embarcações para campos de petróleo, de prospecção do petróleo. O Brasil está tendo relações crescentes com Angola. No Caribe surgem grandes campos, com pesquisas em águas profundas. Podemos exportar tecnologia, os navios, os materiais. Outra indústria em que o Brasil pode crescer com uma rapidez enorme e com

muito poucos recursos, é a de confecções, a indústria que gera emprego mais barato do mundo. Com 3 mil dólares você cria um emprego. É uma maravilha porque você pode montar indústria de confecção pelo Brasil todo. Você sabe

que nós importamos mais confecção do que exportamos? Temos uma expressão insignificante no mercado mundial de confecções. E essa é uma questão que nos interessa muito. Temos discutido isso com a Associação Brasileira de Indústria Têxtil e vamos apostar pesado nas confec-

A construção do futuro é feita pela vontade da sociedade e não pelo jogo do mercado.

A outra, é o transporte coletivo urbano, que é muito precário nas grandes cidades. É um horror porque o tempo de deslocamento residência-trabalho-residência é superior a duas horas e meia, três horas. Isso, combinado com a jornada de trabalho de oito horas arreventa a vida da

ções. Até porque o mercado mundial de tecidos está desaparecendo. Está sendo substituído por roupa pronta. E tem aí uma decisão que o governo Lula tomou, que é belíssima: todas as crianças da escola pública no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, vão vestir o mesmo uniforme. O modelo já foi desenvolvido. São 38 milhões de uniformes por ano. Só essa decisão já dá um impulso imenso à indústria de confecção.

Então, respondendo à sua pergunta, para tocar para frente a indústria de construção naval não preciso de nenhum recurso novo. O Fundo da Marinha Mercante já tinha recurso. Para tocar o programa de confecções, o BNDES fez isso com muita facilidade. Para poder apoiar a integração sul-americana, nós temos recursos. As coisas que estou conversando com você são coisas que sabemos que temos como avaliar.

Mas volto à minha pergunta, a questão da concepção de moeda...

Carlos Lessa – Ah, isso é mais para macroeconomia. Eu sou presidente do banco. Mas, veja bem: no caso da Argentina, nós estamos restabelecendo convênio de créditos recíprocos. É uma relação pela qual os Bancos Centrais assumem o risco das operações de comércio exterior. Isso tem o mérito de desinibir exportadores e importadores. Simplifica o comércio. A liquidação das contas é feita entre os dois países através de uma compensação. É um embrião, uma coisa que o governo Lula já sinalizou, e o governo argentino também. No dia 15, uma delegação nossa vai para a Argentina, negociar. Isso precisa ser submetido ao Banco Central do Brasil, ao Banco Central da Argentina. Mas, se dermos esse passo à frente, acho que o convênio de créditos recíprocos vai prevalecer em toda a América do Sul.

Com a Venezuela, também é possível?

Carlos Lessa – Com a Venezuela também. Só que a Venezuela vai fazer o seguinte: ela está dando a garantia dos créditos em petróleo, mas se vier um convênio de créditos recíprocos, nem precisa da garantia de petróleo, é só compensação. Então, a gente levanta muito a energia da América do Sul. É preciso completar alguns investimentos de infraestrutura pequenos, que ligam o Brasil, o Atlântico, ao Pacífico. Sabemos que, no caso, só falta uma ponte, que precisa ser feita. Uma ponte cara, de 40 milhões de dólares. Mas, para ligar o Brasil ao Pacífico, 40 milhões de dólares nós temos. O CAF tem. Juntos faremos esse financiamento. Você me pergunta se eu quero ter mais recursos. Claro que quero. Mas os recursos que o BNDES tem hoje, bem aplicados, numa visão estratégica, vão empurrar muito...

Quando se fala em moeda, na concepção domi-

nante, é preciso ter reservas; mas também há uma outra concepção, de que a riqueza que dá lastro àquela moeda vai sendo construída no próprio processo de produção.

Carlos Lessa – Ah, sim, é claro. Quanto a isso não há dúvida. Seria muita ousadia dizer que isso vai acontecer já, agora. Mas são primeiros passos, carregados de potencialidade. Estou muito otimista quanto ao que seja possível fazer no continente.

Uma pergunta final, de caráter mais histórico. Getúlio Vargas assumiu, em 1930, depois de um longo período liberal, com grande fragilidade externa, crise mundial, etc. Uma situação parecida com a de hoje. E ele negociou, muito, até recolocar o país em outro rumo. Tenho a impressão de que o Lula assumiu numa situação semelhante. O senhor acha que dá para comparar as duas situações?

Carlos Lessa – Não sei. Dá para comparar no sentido histórico. Quando Getúlio assumiu nos anos 30 havia uma crise mundial, mas também havia uma longa discussão política no Brasil sobre a idéia da industrialização. E Getúlio formula, no Estado Novo, a idéia nacional-desenvolvimentista, que atravessa 50 anos da vida do país, e vai de 1930 a 1980. Diria que, hoje, é necessário formular um projeto nacional-desenvolvimentista, que recupere algumas dimensões do anterior. Mas vai muito além, porque hoje o Brasil não é mais o cafezal dos anos 30. Hoje é uma sociedade industrial urbana, e o nosso problema principal é a exclusão social. Quando o Lula coloca a questão do desenvolvimento com inclusão, ele está construindo um projeto diferente, mais avançado, porém numa conjuntura histórica que reproduz a necessidade desse novo grande projeto. Agora, as condições são muito diferentes. Muito. O mundo é muito diferente. Quando Getúlio assumiu havia uma crise de hegemonia no mundo. Agora não tem essa crise. É um mundo unipolar. Está mais complicado do ponto de vista geopolítico. Quer dizer, tem notáveis diferenças, mas tem uma similitude histórica: o país tem que formular um novo projeto. Acho que de certa maneira a eleição do Lula já é a idéia desse novo projeto. Agora, o novo projeto é como você falou, vai se construindo no caminhar. Não sou pessimista, não. Aliás, sempre fui otimista. Eu tento ser. Nós estamos vivendo, aqui no banco, uma experiência realmente estimulante. O banco é o financiador da nova capacidade produtiva brasileira. 🍷

José Carlos Ruy e Ana Rocha são jornalistas e membros do Comitê Central do PCdoB. Colaboraram **Weverton Brito e Romário Galvão Maia**.

O DESENVOLVIMENTO E A JUSTIÇA e o governo

Renildo Souza

A transição para um novo modelo econômico não pode ser confundida com preservação da política econômica neoliberal nem mecanismo de retardamento da mudança. Fator político decisivo é a afirmação e consolidação da nova coalizão de forças no poder, afirmando a hegemonia das correntes progressistas, a partir da implementação de um projeto nacional, social e democrático

O novo governo, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, é visto pela maioria da população como um fator decisivo e uma oportunidade para a inauguração de um novo ciclo de efetivo desenvolvimento econômico, com democracia e justiça social. A atual tarefa desenvolvimentista e social exige a superação dos dogmas neoliberais acerca das relações entre Estado e mercado e entre soberania nacional e globalização imperialista. A herança da década de 1990 é perversa: imenso endividamento interno e externo, estagnação econômica, desemprego avassalador, miséria, fome, inflação, escalada da criminalidade. A dominação dos Estados

Unidos, as políticas liberalizantes impostas pelas instituições multilaterais, o poder da oligarquia financeira internacional e o longo declínio das taxas de crescimento no mundo são fatores adversos a um modelo econômico alternativo em nosso país.

O diagnóstico da atual situação deve apontar claramente para a vulnerabilidade e dependência externas e dificuldades estruturais financeiras e tecnológicas da economia brasileira. A direção das mudanças exige o fim da submissão à ortodoxia do FMI, abandono do modelo neoliberal e adoção de novas políticas para regulação estatal da economia, com vistas ao objetivo desenvolvimentista.

ENTISMO

Assim, colocam-se em debate o papel do Estado e a condução do novo rumo da economia brasileira.

Nessas circunstâncias, especialmente no começo do governo, no processo de transição para um novo modelo, para não perder o rumo, para não retardar a mudança, para não se deixar arrastar pela dinâmica de medidas equivocadas e de difícil reversão, é absolutamente essencial distinguir as verdadeiras reformas – progressistas – das contra-reformas neoliberais impostas, sobretudo, pelos interesses financeiros e internacionais. Na verdade, para permitir o crescimento sustentado em ritmo suficiente são necessárias as seguintes reformas: i) do comércio exterior; ii) das transações com o capital externo, da conta de capital e do mercado de câmbio; iii) do endividamento interno e externo; iv) tributária; v) da política industrial; vi) da política de ciência e tecnologia; vii) das políticas agrária e agrícola; e viii) do setor financeiro (Banco Central, bancos e mercado de capitais).

Reconstruir o Estado e resgatar o planejamento

“O Brasil deve reencontrar-se com a idéia de desenvolvimento” (*Teses*, 1997). A reconstrução do Estado e a adoção da agenda neodesenvolvimentista balizam a direção das mudanças no Brasil.

Os problemas suscitados pela experiência neoliberal e herdados pelo governo Lula são uma indicação, para a direção, da intervenção econômica governamental neste novo período, que ora se inicia. A título de exemplo, pode-se recordar que o desemprego, o recrudescimento das desigualdades regionais e a fragilização dos setores de bens de capital e de tecnologia de ponta eram aspectos preocupantes, no processo econômico em curso, até para os mais ardorosos defensores da política do governo Fernando Henrique (*Barros e Goldenstein*, 1996).

No início do novo governo, ainda não houve manifestações claras relativamente ao debate sobre o projeto nacional e à elaboração de um planejamento econômico. A reconstrução da nação, após o fracasso neoliberal, exige a afirmação de um projeto nacional, com: i) metas; ii) estratégia de desenvolvimento; e iii) planejamento. O planejamento deve ser estratégico, de longo prazo, flexível e ajustável às mudanças ante as diversas possíveis situações futuras. As decisões devem considerar a realidade econômica e social do país, concretamente, verifi-

cando as necessidades da população, prioridades claras, as condições da economia, as desigualdades regionais, os recursos disponíveis e os prazos. Os resultados devem ser avaliados, principalmente, pelas mudanças favoráveis à vida digna, à satisfação das necessidades básicas e ao direito às oportu-

nidades para os trabalhadores e as pessoas pobres, além de outros aspectos como a redução das desigualdades regionais.

O novo modelo econômico, com forte intervenção estatal, deveria priorizar o mercado interno, com consumo de massas, com produção diversificada, integrada e com adensamento das cadeias produtivas, sem descurar da construção de uma economia internacionalmente competitiva, inserida soberanamente na economia mundial.

A questão central na implementação do modelo alternativo ao neoliberalismo é a reconstrução do Estado em bases democráticas. Impõe-se a necessidade de que o Estado se fortaleça, passe a planejar, atue seletivamente, implemente políticas industrial, agrícola e comercial, concentre esforços em educação e pesquisa tecnológica, apóie setores estratégicos (por exemplo, o segmento de bens de capital) na competitividade da economia, recupere sua capacidade de investimento em infra-estrutura (energia, estradas, transportes), leve a efeito as mudanças para o desenvolvimento, como as reformas da inserção internacional, tributária, do sistema financeiro, agrária.

Considerando o papel do Estado na economia, verifica-se no plano da comparação internacional, que o Estado neodesenvolvimentista possui algumas referências nas estratégias econômicas da Coreia do Sul, China e Índia.

A mudança democrática e progressista só terá chance de vencer a resistência oposta pelas elites e forças conserva-

doras, se houver vigorosa pressão dos “de baixo”. O novo desenvolvimento deveria contar com a participação das massas nos processos das principais decisões políticas e econômicas, refutando a suposta neutralidade e tecnificação da gestão pública, buscando-se desenvolver um processo em direção a um formato institucional de democracia ampliada. Os movimentos sociais e a mobilização dos trabalhadores, preservando sua autonomia, são indispensáveis para implementar mudanças econômicas progressistas.

Os movimentos sociais e a mobilização dos trabalhadores são indispensáveis para implementar mudanças econômicas.

As câmaras setoriais, com participação tripartite e presença nos diversos setores econômicos, poderiam favorecer a negociação em áreas específicas. Do ponto de vista do processo de negociação, podem ser encontrados alguns elementos interessantes na experiência de planejamento na França, resultando em decisões para as políticas públicas e indicações para as empresas, apesar das imensas diferenças de contexto entre um país periférico e uma economia central.

“Toda a política econômica no período de 2003 a 2006 deve ser concebida para viabilizar um crescimento médio de pelo menos 5%” (Mais e Melhores Empregos, 2002). Ao Estado caberia tomar medidas para estimular o crescimento econômico. O objetivo de crescimento de 5% a 6%, ao ano, é factível diante da grande potencialidade do mercado interno brasileiro, das dimensões e características do parque produtivo nacional e das possibilidades de comércio exterior que podem ser construídas. Esse ritmo de crescimento, sustentado por longo período, é uma necessidade imperiosa e inadiável diante da estagnação econômica das duas últimas décadas, do gigantesco desemprego, da larga exclusão social e das persistentes desigualdades regionais. Essa expansão da economia deveria ser compreendida como um fator indispensável ao enfrentamento simultâneo das graves chagas sociais tão características da sociedade brasileira. Não há modelo de inclusão social coexistindo com recessão e desemprego. Nesse sentido, não se pode perder de vista uma informação essencial para todas as ações do novo governo: há um desempregado para cada quatro ocupados nas regiões metropolitanas, conforme as pesquisas do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos).

Reformar a inserção brasileira na globalização

“Rejeitamos a idéia de que a era dos Estados nacionais esteja superada e que devemos conformar-nos cada vez mais a renunciar cotas de nossa soberania” (Teses, 1997). A reforma da inserção (comércio e conta de capital) do Brasil na economia mundial é também necessária para a deflagração do novo ciclo de desenvolvimento. Depois dos desastres das aberturas comercial e financeira, não se pode duvidar da absoluta prioridade de reforma dos marcos regulatórios e dos mecanismos operacionais do nosso comércio exterior e das transações financeiras com capitais externos. Pode-se qualificar essa revisão profunda como a reforma-chave para permitir ao país escapar da armadilha da vulnerabilidade externa, reduzir a taxa de juros e ter chance de retomar o crescimento econômico.

O tipo de inserção internacional sempre foi um aspecto

central nas condições de funcionamento da economia brasileira. A década passada representou um caráter subordinado e passivo na inserção do Brasil na economia mundial. “A abertura indiscriminada da economia nos anos 1990 cortou 2 milhões de empregos” (*Mais e Melhores Empregos*, 2002). As aberturas comercial e financeira, a concentração de exagerado otimismo no papel do capital estrangeiro, a política macroeconômica de real sobrevalorizado (nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique) e de taxas de juros elevadas, a aceleração do endividamento externo e interno, os reiterados déficits nas transações correntes no balanço de pagamentos criaram as condições de grave vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Nos oito anos de governo Fernando Henrique, de modo inédito na história econômica brasileira, o país foi abalado por cinco episódios de crise nas contas externas, a saber: primeiro trimestre de 1995, repercutindo a crise no México; último trimestre de 1997, sob o abalo da crise no Sudeste asiático; de agosto de 1998 até o primeiro trimestre de 1999, após a crise na Rússia, com a desvalorização do real em janeiro de 1999; em meados de 2001; e na maior parte de 2002. Esses abalos ocorrem apesar do país ter pagado US\$ 231 bilhões de juros, amortizações e remessas de lucros e dividendos, entre 1994 e 1999.

O Brasil passou a depender de muitas importações. Na década da abertura abrupta, unilateral e sem planejamento, o coeficiente de penetração das importações na oferta doméstica cresceu aceleradamente. Entre os anos de 1990 e 2000, esse coeficiente no setor metal-mecânico era de 6,6% e passou para 24,4% e no setor de material de transporte era de 4,9% e atingiu 23,3%. Caberia vedar as importações de bens de luxo. Deveria-se proteger, de modo seletivo e temporário, a produção nacional de bens de consumo de massa, em um processo de substituição de importações. Em situações de vulnerabilidade externa; ameaça de destruição de setores produtivos; e de forte desemprego, são legítimas as medidas de proteção econômica, sem se resvalar para a autarquia do país, isolando-o.

Há uma armadilha herdada, que, ainda, cumpre ser desativada, a despeito do serviço já operado pela desvalorização cambial recente: não pode haver crescimento econômico porque há importante risco de insustentável taxa de expansão das importações, então se mantêm elevadas as taxas de juros a fim de bloquear o crescimento da economia. Para escapar da pressão explosiva de importações, em decorrência da eventual retomada do crescimento econômico, seriam necessários significativos investimentos para a expansão da capacidade produtiva brasileira,

ampliando, de modo sustentado, a oferta doméstica de bens, para substituir razoavelmente as importações.

O governo Collor permitiu as aplicações de capitais externos em títulos e na Bovespa. Taxas de juros domésticas extremamente elevadas atraíram capitais de curto prazo, já liberados das restrições precedentes à sua movimentação. Esses capitais especulativos foram admitidos na operação de derivativos na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Os controles sobre as remessas de divisas foram revogados. A liberalização da conta de capital expôs o Brasil à volatilidade dos fluxos internacionais de capitais. O regime cambial livre favoreceu a especulação e os ataques ao valor externo da moeda nacional, configurando-se bruscas variações no dólar, repercutindo nos preços domésticos e desaguando, por fim, na reiteração da política do Banco Central de elevação da taxa de juros. A desnacionalização de empresas no Brasil nos anos 1990 significou rápido e explosivo crescimento das remessas de lucros e dividendos, agravando o tradicional déficit na balança de serviços, já sobrecarregado pelo peso dos juros.

A reforma dos marcos regulatórios e das modalidades operacionais das transações financeiras com capital externo, da conta de capital e do mercado de câmbio deve dar um tratamento adequado aos problemas acima expostos. A centralização das operações cambiais no Banco Central é uma medida de prudência, em defesa de níveis de segurança das reservas internacionais, permitindo-se a identificação dos operadores com moeda estrangeira e o controle sobre essas operações, inclusive nas contas CC 5. Novas políticas devem reverter a abertura para os fluxos dos capitais especulativos de curto prazo. Seria necessário limitar o acesso dos capitais externos à Bovespa. As emissões de títulos e as colocações de ADR deveriam ser restringidas. O regime cambial precisaria ser modificado, voltando-se ao câmbio administrado, vigente até 1990, com sua fixação e gestão pelo Banco Central, considerando as inflações interna e externa e o desempenho do comércio exterior.

Então, a partir de agora, os esforços do novo governo – ao formular as reformas referentes aos diversos aspectos que constituem o conteúdo da inserção internacional – devem ser orientados pelos critérios da soberania nacional e da retomada do desenvolvimento no Brasil. A entrada dos capitais externos de portfólio deve ser extremamente reduzida, enquanto o investimento externo direto deveria ser objeto de regulação por critérios seletivos, destinando-o a determinados setores econômicos, exigindo a satisfação de requisitos de desempenho das empresas.

Nas relações econômicas internacionais, o Brasil deve-

O Brasil precisaria recuperar sua participação no comércio em âmbito mundial.

ria preservar a diversificação, buscando realizar transações com países e regiões, indistintamente. O aprofundamento dos laços, inclusive com acordos bilaterais, tanto com a China quanto com a Índia, serve aos interesses comerciais e fortalece certa resistência internacional às imposições econômicas dos Estados centrais. A China e a Índia fazem esforços de integração à economia internacional, porém preservam, tendo à frente a ação estatal, a construção de projetos nacionais. A China, em apenas dois anos, passou da 15ª para a 4ª posição, em 2002, dentre os principais países da relação de comércio com o Brasil.

O fortalecimento do Mercosul vincula-se à necessidade de retomada de crescimento nos seus países-membros, sobretudo Brasil e Argentina, do aprofundamento das relações interindustriais baseada na complementaridade das economias nacionais, de uma proporção extremamente significativa de comércio no interior do próprio bloco, na sua expansão para o conjunto da América do Sul, na preparação do processo da unificação monetária. O Brasil pode exercer uma liderança cooperativa nesse processo de integração no âmbito do Mercosul, com destino à ampliação para a América do Sul, na perspectiva do Amercosul.

O Brasil precisaria recuperar sua participação no comércio mundial. O esforço exportador poderia ser um eixo complementar da estratégia de desenvolvimento, favorecendo maior participação brasileira no comércio internacional, inserção competitiva na economia mundial, estímulo à modernização tecnológica das empresas estabelecidas no país, direcionamento de filiais estrangeiras para vendas externas, redução da vulnerabilidade externa. Discutindo a situação brasileira, ainda em novembro de 2001, Aglietta chega a concluir que: “Hoje, a única maneira de reencontrar o dinamismo econômico é ter uma moeda que se desvalorize para poder ser competitiva. Mesmo que a demanda mundial seja baixa, quando se tem uma moeda competitiva, pode-se investir no comércio exterior” (Aglietta, 2001).

Depois de longos anos, a exportação brasileira tem um começo de recuperação, desde 2002, como reflexo direto da depreciação do real. Mas o importante saldo comercial de mais de US\$ 12 bilhões, em 2002, decorreu majoritariamente do forte recuo das importações. A retomada do crescimento implicará em crescimento das importações. Dadas as condições produtivas nacionais, a corrente de comércio

brasileira precisaria atingir um patamar superior, e com as exportações crescendo mais que as importações.

Há que se conter a pressão para especializar o Brasil como um exportador de commodities, salvo raras exceções como as exportações da Embraer. O nível das exportações poderia ser decisivamente influenciado por uma política tecnológica e de comércio exterior que contribuísse para a mudança da composição estrutural dos bens exportáveis, incorporando produtos diferenciados, com avançado conteúdo tecnológico e elevado valor adicionado. Na agenda neodesenvolvimentista deveria constar a tarefa de “transformar a estrutura produtiva, introduzindo nela os setores mais dinâmicos do ponto de vista de aumentos sistêmicos de produtividade e de fluxos de comércio e investimento internacionais – notadamente os setores intensivos em tecnologia [eletrônico, biotecnologia, novos materiais etc.] e produtores de bens de capital” (Erber E Casiolato, 1997, p. 42).

A reforma tributária, com as propostas de desoneração, poderá auxiliar no aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Entretanto, na atual conjuntura recessiva mundial, as exportações têm seu potencial de dinamismo razoavelmente limitado e, além disso, o Brasil não dispõe de empresas de capital nacional, com porte global, competindo internacionalmente em setores tecnologicamente avançados, onde a demanda cresce a taxas elevadas.

Por um novo modelo econômico

A criação do mercado de consumo de massas seria uma alavanca para um novo ciclo de crescimento no Brasil. Neste sentido, além da redução dos juros, é grave o problema da retração conjuntural do consumo em decorrência da violenta queda da participação dos salários na renda nacional durante o Plano Real. Nessas circunstâncias, o governo deve adotar medidas para contribuir para o alargamento massivo do consumo. Por exemplo, essa questão articula-se com a reforma tributária, ora em discussão, em que se deve lutar para que o foco

redução de impostos sobre bens de consumo de massa (alimentos, vestuário, material de construção), redirecionamento da carga tributária mais para a renda e patrimônio e menos para o consumo, programas de renda mínima. Do lado das despesas, há que se priorizar os gastos sociais e salta aos olhos que o elevadíssimo comprometimento dos recursos orçamentários com obrigações financeiras, como se herdou do governo Fernando Henrique, tem que ser interrompido.

Constata-se que o atual sistema tributário é marcado pelos tributos indiretos, cumulativos e regressivos⁽¹⁾. As instituições financeiras têm sido excluídas de uma tributação mais significativa. Não foi regulamentado o imposto sobre grandes fortunas, pouquíssimo tributa-se em heranças e doações, é uma insignificância a arrecadação do Imposto Territorial Rural. O governo federal aumentou o número e as alíquotas das contribuições, que não participam da composição dos fundos constitucionais para os estados e municípios. Diante dessa realidade, alinham-se os diversos interesses. Nesse sentido, a reforma tributária nunca será consensual, haverá ganhadores e perdedores, a partir da disputa entre setores econômicos e sociais e entes federados. Levantar-se-á a tradicional grita do capital contra os impostos.

A desoneração da tributação precisaria se voltar para a produção, exportações e também o consumo. Não se pode aumentar a tributação das empresas, mas também não se pode reduzir a carga tributária global, dadas as necessidades de reorganização e nova atuação do Estado. O propósito deve ser a redistribuição dessa carga tributária, fazendo com que os ricos, os detentores de grandes fortunas e patrimônios e os beneficiários de grandes lucros passem a pagar mais. Além da reforma, destaca-se a necessidade da elevadíssima sonegação e fraude de tributos.

A trajetória da indústria nas duas últimas décadas é o motivo da mais grave preocupação. No balanço do setor industrial, destacam-se: a quase estagnação no longo

prazo e a instabilidade resultante dos ciclos de curta duração, constatada Júlio Gomes de Almeida (2002). Confirmando o primeiro comportamento, observa-se que a taxa média de variação do PIB da indústria nos últimos 20 anos foi

de apenas 1,7%. Essa taxa no período do Plano Real, até 2001, foi de paralisantes 1,5%, sob a forte concorrência externa e os elevados juros. O estratégico setor de bens de capital encolhe de 1995 a 1999. O setor de bens duráveis de consumo cresceu muito no início do Plano Real, mas

A desoneração da tributação precisaria se voltar para a produção, exportações e também o consumo.

da reforma seja os benefícios para a grande massa trabalhadora, com vistas à expansão da demanda. Isso se vincula à justiça fiscal, tanto do lado dos tributos, como do lado das despesas.

Assim, impõem-se: tributação progressiva, isenção ou

defronta-se com grande queda desde 1997. É esclarecedor em muitos sentidos o crescimento negativo (dado o crescimento da população) do setor de bens não duráveis de consumo, após fugaz expansão com o início do Plano Real, evidenciando-se o encolhimento da massa salarial e a magnitude elevada do desemprego.

Para imprimir uma tendência nova e consistente na produção industrial são necessárias medidas enérgicas e profundas, de médio e longo prazo, para a substituição de importações, promoção das exportações, desenvolvimento tecnológico. Impõem-se: o fim da cumulatividade tributária; e a redução da taxa de juros e crédito em longo prazo para o investimento. São esforços indispensáveis a fim de se liberar a expansão do setor mais decisivo na determinação da dinâmica do conjunto da economia. A necessidade é de que a indústria brasileira consiga uma mudança estrutural, em um processo de longo prazo, adquirindo competitividade, enfrentando a concorrência externa, adquirindo inserção internacional, com produtos de maior valor agregado, com elevado conteúdo tecnológico.

Os setores estratégicos para o investimento produtivo, a inovação tecnológica, e a retomada do desenvolvimento reclamam importante grau de participação direta do Estado na forma de empresas estatais produtoras de bens e serviços, como tem ficado demonstrado, por exemplo, nas áreas de transportes, energia elétrica, petróleo e petroquímica. Nas circunstâncias de um país como o Brasil, a presença de empresas estatais não é coisa do passado. As lições da privatização na década de 1990, como se vê hoje no caso do setor elétrico, de um lado, e os efeitos da globalização neoliberal e imperialista, de outro, oferecem um dado de realidade no sentido da exigência de manutenção da ação do Estado, sobretudo na infra-estrutura econômica brasileira. Além disso, o Estado deveria pressionar as empresas privatizadas para que adotem compromissos claros de investimentos. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, são necessários investimentos da ordem de R\$ 39 bilhões por ano em infra-estrutura, durante os quatro anos do governo Lula, nos setores de energia elétrica, petróleo e gás, ferrovias, sistema portuário e saneamento básico.

O setor de energia elétrica e as estradas e transportes, por exemplo, são gargalos para a volta do desenvolvimento econômico. A retomada do crescimento econômico do país não pode ser inviabilizada em razão da ameaça de colapso energético. O governo Fernando Henrique privatizou, desorganizou e estagnou a oferta de energia elétrica. O descalabro construído no setor elétrico evidencia nestes três fatos: 1) o período de racionamento de energia; 2) o contraste dado pelo

comportamento da Eletricité de France, estatal estrangeira, colocada à frente da Light, que pratica aumentos das tarifas indexadas ao dólar, no Brasil, colaborando para a inflação, enquanto implementa uma redução média de 14,5%, em quatro anos, na França, favorecendo a competitividade sistêmica francesa; e 3) a inadimplência da AES em relação aos empréstimos do BNDES. Portanto, a superação das restrições de energia e a revisão do modelo energético devem ser uma prioridade do novo governo.

Os anos 1990, sobretudo o período Fernando Henrique, presenciaram um vigoroso processo de desnacionalização. Uma das formas mais evidentes dessa nova penetração do capital estrangeiro na economia brasileira é dada pela aquisição de bancos e empresas dos mais variados setores, desde, por exemplo, energia, telecomunicações, autopeças até a indústria alimentícia. Por isso mesmo, a empresa nacional, sobretudo a pequena e média, deve ser objeto de um tratamento mais favorável do Estado em comparação com a empresa estrangeira, em relação, por exemplo, às compras governamentais. A mudança constitucional já ocorrida, em 1995, e as pressões internacionais, inclusive a proposição da Alca, contrapõe-se a essa distinção benéfica à empresa com controle de capital e gestão em mãos de residentes no Brasil.

A inovação tecnológica tem sido tradicionalmente financiada e desenvolvida pelo Estado no Brasil, mesmo que em insignificante proporção. Historicamente, destacavam-se os laboratórios públicos de pesquisa tecnológica, a exemplo do Centro de Pesquisas Elétricas (CEPEL-Eletróbrás), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD-Telebrás) e o Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES).

Hoje, com as grandes mudanças regressivas na economia brasileira, agrava-se a dependência da importação de tecnologia pelas empresas. Uma quantidade maior de equipamentos, componentes e insumos para telecomunicações, setor elétrico, etc. são adquiridos externamente, em detrimento de fornecedores nacionais. Na voragem das privatizações, aquisições externas, perderam-se ou reduziram-se os esforços de capacitação tecnológica nacional em empresas como Telebrás e Metal Leve. Desmantelaram-se centros de pesquisas e desenvolvimento, programas de financiamento de pesquisas foram desestruturados. Assim, há todo um esforço por ser feito para reabilitar a política de inovação no Brasil.

A política industrial de cunho tecnológico, com o novo papel do Estado, articula-se logicamente com aspectos de

proteção econômica, com a questão da competitividade e com a promoção das exportações. A institucionalidade e a operacionalidade nos marcos da interação sistemática entre políticas setoriais – industrial, agrícola, tecnológica e comercial – precisariam se refletir no fortalecimento das cadeias produtivas nas áreas da indústria, dos agronegócios, da mineração e dos serviços, repercutindo positivamente no crescimento doméstico, na substituição das importações e nas exportações.

A agricultura defrontou-se com perda de renda, retraimento de sua competitividade internacional dada a sobrevalorização cambial, quebradeira em razão das altas taxas de juros, desemprego e novo êxodo rural. Entretanto, no período mais recente, o incremento da produtividade do trabalho, a incorporação de técnicas modernas e a desvalorização cambial têm favorecido a agricultura voltada para a exportação, como atestam a supersafra do ano passado e o desempenho das vendas externas.

A reforma agrária massiva deveria ser um instrumento indispensável no novo modelo de desenvolvimento. A democratização do acesso à terra deve ser acompanhada de políticas de fortalecimento dos pequenos produtores, de viabilização da agricultura familiar e de condições de comercialização das safras, conforme um Plano Nacional de Reforma Agrária, como uma etapa imediata na mobilização social e transformação progressista no país.

A estagnação econômica, as restrições orçamentárias de Estados e municípios e o aprofundamento dos desequilíbrios regionais têm abalado o pacto federativo. O federalismo reclama políticas tanto de fortalecimento dos entes federados frágeis quanto de desconcentração econômica. O desequilíbrio é brutal: São Paulo concentra 35% da renda nacional, enquanto vinte estados detêm 22% da renda. A reorganização do Estado e o desenvolvimento econômico e social devem se articular com a retomada e renovação das políticas, planejamento e aparatos institucionais para enfrentar o desafio estratégico da integração nacional.

A retomada do crescimento, retirando a indústria da estagnação, preservando o êxito da grande e moderna agricultura, inaugurando um novo tratamento da agricultura familiar, priorizando setores como construção civil e turismo poderiam contribuir significativamente na geração de empregos. Além disso, há necessidade de expansão e melhoria dos serviços públicos em educação, saúde, proteção ambiental etc., também repercutindo favoravelmente na criação de empregos. O combate ao desemprego exigiria outras medidas, obviamen-

te, como a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, e a redução das horas-extras.

A reforma trabalhista, conforme a expectativa dos mercados financeiros e a lógica neoliberal, é o aumento da flexibilização das relações de trabalho para suprimir direitos e conquistas trabalhistas, em um contexto de explosivo desemprego, expansão do trabalho informal e queda da massa salarial, a fim de reduzir ainda mais os custos das empresas com a mão-de-obra em um país já esmagado por insuportável concentração de renda. A grande, verdadeira e imediata reforma trabalhista no Brasil é a expansão da formalização do trabalho, a fim de se assegurar, pelo menos, os direitos legais aos milhões de trabalhadores que hoje são privados da mínima regulação do mercado de trabalho, com repercussão positiva no custeio da previdência e na ampliação dos fundos de poupança compulsória, como FGTS e PIS-Pasep.

A reforma previdenciária merece maior esclarecimento sobre a verdadeira realidade nessa área, porque hoje o tratamento deste tema encontra-se bastante viciado, sob as óticas dos mercados financeiros e da mídia, ignorando-se completamente as opiniões dos maiores interessados que são os trabalhadores e aposentados. Na previdência, há que se considerar: (i) os impactos da estagnação econômica, do desemprego e da queda do salário médio; (ii) os custos do sistema ao longo do tempo; (iii) as diversas fontes; (iv) a sonegação e a fraude; (v) a natureza das diferenças entre os atuais regimes de previdência; e (vi) os aspectos da equidade, da proteção social e da responsabilidade do Estado. A “desvinculação das receitas de contribuições sociais (Cofins e CSLL), conforme emenda constitucional 27, (...) vem drenando recursos da seguridade social para o caixa do Tesouro. Além disso, em virtude do mecanismo de contabilização das contas do INSS, [justos] benefícios de caráter mais assistencial que previdenciário – normalmente concedidos à margem da obrigatoriedade contributiva –, são considerados como benefícios do sistema contributivo” (Programa de Governo, 2002). A gritante flexibilização trabalhista vigente faz com que 56% da população ocupada, conforme dados da PNAD/IBGE-1999, não contribuam para o sistema previdenciário.

O desafio do financiamento do desenvolvimento

A taxa de poupança total registrada nos momentos de maior ritmo de crescimento econômico no Brasil foi de apenas 23% do PIB. Trata-se de um persistente problema. Agora, na perspectiva da retomada do desenvolvimento, volta à pauta a complexa questão do acesso a recursos em larga escala e, em longo prazo, para o inves-

timento industrial, a infra-estrutura econômica e demais atividades vinculadas ao mercado interno. As lições da história e o passivo externo dos anos 1990 recomendam que o financiamento da retomada do crescimento deve contar principalmente com a poupança doméstica, apesar das limitações.

O registro histórico mostra que os bancos estrangeiros tinham forte presença no Brasil nos primeiros anos do século XX. Concentrados no comércio exterior e no mercado de câmbio, esses bancos tinham vínculos insignificantes com as atividades do mercado interno. Com a crise financeira internacional de 1929 e o processo de industrialização, cria-se, a partir dos anos 30, um sistema bancário nacional, e o governo passa a controlar o mercado cambial.

Em 1952, o Estado cria o BNDE, responsável pelo Fundo de Reaparelhamento Econômico, com recursos oriundos do adicional de 15% sobre o imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas e 25% das reservas técnicas das companhias de seguro. Os setores de energia e transporte têm a totalidade dos recursos do BNDE em 1952, 82% desses recursos em 1956 e 62% em 1961, quando a siderurgia fica com 22%. O BNDE, a partir de 1968, conta com recursos orçamentários e parte da arrecadação do IOE.

Carlos Lessa, presidente do BNDES, tem dito que o BNDES voltará a ser um banco de desenvolvimento⁽²⁾, depois da negativa experiência de banco de negócios dos oito anos do governo Fernando Henrique. O BNDES tinha se desviado para financiar privatizações e empresas multinacionais.

As instituições financeiras públicas – BNDES, BB, CEE, Bancos regionais – deveriam ter uma política seletiva de abertura e ampliação do crédito, em condições favoráveis, para a pequena e média empresa, para a agricultura familiar, para as regiões atrasadas economicamente.

Esse crédito, a partir das instituições públicas, busca a criação de emprego e geração de renda, e deveria, a depender da natureza de cada empreendimento, favorecer aspectos específicos como as condições de vida (habitação, saneamento, saúde, educação), inovação tecnológica, exportações etc. Ainda assim, é de custo elevado, numa comparação internacional, o financiamento do BNDES – com TJLP, spread e ainda as taxas dos bancos intermediários. Portanto, as linhas de crédito deveriam ter seu custo rebaixado e ter sua oferta direcionada para as empresas nacionais, para a substituição de importações e para as exportações.

A década de 1970 assiste ao processo de concentração bancária e no final dos anos 1980 consolidam-se os conglomerados bancários. Trata-se da expansão do sistema

bancário em bases nacionais (público e privado). No período de governo do presidente Fernando Henrique – com a quebra de grandes bancos privados nacionais, privatização e aquisição –, fomentou-se, unilateralmente, sem reciprocidade internacional, o crescimento da presença de bancos estrangeiros no Brasil. Prometia-se maior competição e, por isso, melhoria do acesso ao crédito.

Na verdade, mantém-se o oligopólio bancário, com spreads extravagantes, com recorde de lucros⁽³⁾, beneficiado com a política vigente de altas taxas de juros, especializado no ganhos seguros advindos dos títulos da dívida interna e dos rendimentos dos créditos de curto prazo, contatados com taxas de juros de até 150% ao ano. Para os setores produtivos, persiste a histórica ausência do crédito de longo prazo, necessário aos investimentos, e tornou-se proibitivo até mesmo o crédito para capital de giro. O crédito ao setor privado não chega a 30% do PIB. A reforma bancária justifica-se por esse lastimável e crônico estado de coisas.

“Nosso governo terá uma atitude ativa no sentido de buscar a redução das taxas de juros” (Programa de Governo, 2002). Uma medida central e decisiva é a redução do spread hoje praticado pelos bancos. Com a reforma buscase um sistema financeiro voltado para os requerimentos do desenvolvimento do Brasil. Os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Banco do Nordeste-BNB, Banco da Amazônia-BASA), com um papel diferenciado, deveriam assumir a oferta de crédito a taxas de juros menores, favorecendo projetos estratégicos, porém de pouca rentabilidade, e contribuindo para induzir o sistema bancário a operar linhas de crédito mais favoráveis para o setor produtivo. A coordenação da política de crédito volta-se para a convergência dos fundos dos bancos públicos, viabilizando-se, seletivamente, recursos para os investimentos governamentais e as políticas específicas, a exemplo do apoio às exportações.

A própria volta do crescimento, com a redução do desemprego, ampliaria os fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-Pasep e FAT). Esses fundos capitalizam o BNDES e têm sido a única fonte do financiamento de longo prazo no Brasil.

A “poupança externa”, como por exemplo se apresenta agora em 2003 na faixa de até 2% do PIB, tem aspecto complementar. O investimento direto externo seletivo é

A “poupança externa”, agora na faixa de até 2% do PIB, tem aspecto complementar.

importante ao satisfazer os requisitos de ampliação da capacidade produtiva do país, direcionar-se sobretudo às vendas externas, favorecer a modernização tecnológica.

Difunde-se insistentemente a idéia de que não há prévia acumulação de poupança doméstica para o financiamento do crescimento. Entretanto, o próprio processo de incremento da produção significa expansão da renda, a qual, em uma parte, passa a constituir poupança, como explicava Keynes.

A dinâmica econômica – dada por taxas expressivas de crescimento do produto, cumulativamente – viabiliza a capitalização interna das empresas, no que diz respeito aos lucros retidos. Essa nova dinâmica poderia ser associada ao surgimento de condições para uma reforma redirecionando o crédito bancário, para o investimento industrial no longo prazo, e fortalecimento do mercado de capitais, permitindo-se a expansão da emissão de ações.

Entretanto, não se pode perder de vista que “um dos motivos por que o funding interno não atende a todas as necessidades do financiamento em longo prazo é que mais

Historicamente, o mercado de capitais sempre foi incipiente no Brasil. Depois das privatizações, o volume de negócios da Bovespa despencou, oscilando entre três ou seis, sete centenas de milhões de reais, ao dia, em desacordo com o tamanho da economia brasileira. Recuou o número de empresas de capital aberto. Há emissões de ações limitadas. O retorno do crescimento econômico e uma perspectiva de certo fortalecimento de grupos econômicos nacionais, constituiriam uma possibilidade de um novo significado ao mercado acionário na formação da poupança no Brasil.

Um dos grandes interesses na reforma da previdência no Brasil deve-se à possibilidade de se passar a contar nos mercados financeiros com grande volume de recursos novos, através dos fundos de pensão. Isso seria viabilizado pela previdência complementar e privada para os valores de aposentadoria acima do teto dos regimes básicos. Alega-se que essa privatização da previdência seria um mecanismo decisivo no financiamento da economia. Porém, cabe esclarecer que há grandes riscos com a expansão descontrolada dos fundos de pensão, tanto para os próprios trabalhadores que poupam com vistas à futura aposentadoria, quanto para a dinâmica macroeconômica no país⁽⁴⁾. Richard Farnetti denuncia o papel negativo da supremacia dos fundos de pensão (e também dos fundos de investimentos coletivos), identificando sua atuação com as causas de crises cambiais e financeiras, desmonte de estratégias produtivas de empresas (dominadas pela governança corporativa dos fundos). Ele afirma que a camada ultraminoritária de gestores dos fundos de pensão monopoliza as decisões, além de principal beneficiária dos lucros, concluindo que é “impossível considerar os verdadeiros proprietários” destes fundos (Farnetti, 1998, p. 205).

Chile, Argentina, Uruguai e Peru adotaram formas de previdência pelo regime de capitalização de contas individuais de poupança dos trabalhadores. Essa privatização da previdência, com os fundos de pensão, não contribuíram para evitar a emergência de processos de grave crise econômica e social, como os últimos anos têm revelado a respeito de quase todos esses países latino-americanos.

Reforma do endividamento

Uma reforma fundamental para a retomada do crescimento, a partir do governo Lula, é a renegociação das dívidas externa e interna. É a reforma do endividamento, porque os encargos financeiros estão tornando-se impagáveis, asfixiando o Estado e a economia. A dívida pública interna e externa bruta, no final do ano passado, chegou a R\$ 1,25 trilhão, passando o PIB. Tornou-se insustentável o absurdo nível de transferência de recursos orçamentários para os rentistas.

Na economia não existem modelo e estratégia neutros em relação aos interesses nacionais e sociais.

da metade da população brasileira não tem sobra de renda líquida para aplicar no mercado financeiro. A maior especificidade (e perversidade) do capitalismo brasileiro é que ele tem a pior concentração de renda entre os países industrializados” (Costa e Deos, 2002, p. 37).

A hipótese do crescimento econômico implicaria aumento da arrecadação de receita, favorecendo, na implementação do plano de desenvolvimento, a mobilização de recursos pela União e Estados para financiamento por repasses fiscais e para concretização de empreendimentos e atividades. Com o crescimento econômico, haveria a redução do desemprego fazendo crescer os fundos sociais utilizáveis no financiamento da economia, enquanto a expansão do mercado consumidor favoreceria a ampliação dos lucros, viabilizando o autofinanciamento das empresas.

Assim, dada a importância macroeconômica e social da distribuição de renda, há que se considerar que o sistema tributário, a administração fiscal e as consequências dos encargos financeiros da política de endividamento interno público devem ser avaliados segundo os objetivos concernentes à retomada do crescimento econômico, baseado no mercado interno de massas.

A retrospectiva histórica evidencia que a opção pelo “excessivo” apelo aos recursos externos resulta invariavelmente em vulnerabilidade externa, como atestam as suspensões do pagamento da dívida em 1989, 1914, 1931. No final dos anos 1950, no governo Juscelino, há a ruptura com o Fundo Monetário Internacional. No final dos anos 1970 desenvolve-se a estatização da dívida externa. Os anos 1980 são o período da crise da dívida externa, com a moratória em 1987. Entre 1994 e 2001, o passivo externo cresceu 102,1% e a dívida externa bruta, 42,5%. Nesse período, a dívida externa cresceu, a despeito de o país ter efetivado o pagamento de vultosas cifras. As insuportáveis altas taxas de juros internas, inviabilizando o crédito doméstico, funcionavam como estímulo para o acelerado endividamento privado no exterior.

Hoje, há importantes empresas brasileiras muito endividadas, com dificuldades de refinanciamento, desde o agravamento da vulnerabilidade externa, a partir de 1998. Esses problemas agravaram-se com a desvalorização do real, desde janeiro de 1999, apesar das operações de hedge.

A reforma da dívida pública externa brasileira deveria observar a preservação dos créditos comerciais e das operações legítimas; a auditoria dos contratos e operações, identificando-se as dívidas ilegítimas; e o controle prévio e sistemático do Congresso Nacional sobre endividamento, limite orçamentário para pagamento das obrigações externas, classificação entre dívidas destinadas à negociação e obrigações passíveis de suspensão do pagamento⁽⁵⁾.

A dívida mobiliária federal passou de R\$ 61,7 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$ 639,4 bilhões em meados de 2002, apesar de o governo Fernando Henrique ter contado com os recursos das privatizações e ter deixado de fazer investimentos. Juros são capitalizados, acumulando-se os encargos da dívida. Novos papéis são emitidos, refinanciando a maior parte dos encargos de títulos precedentes. O Banco Central, sem responsabilidade fiscal, patrocinou hedge, em proporções abusivas, sangrando recursos públicos, mediante a correção cambial dos títulos da dívida pública em 2002, como já tinha feito largamente no segundo semestre de 1998, em 1999 e em 2001. É assim que o governo torna-se presa fácil dos especuladores, que aposta contra o real, a fim de obter lucros imensos, como mostram os prejuízos de R\$ 11 bilhões do Banco Central apenas no primeiro semestre de 2002.

No período da tímida tentativa governamental de mudança nas condições dessa dívida, com remodelagem do mercado primário e estímulo ao mercado secundário,

em 2000 e 2001, verifica-se que o mais longo título prefixado era de apenas 18 meses. Os elevados e certos rendimentos dos papéis públicos não motivam os grandes operadores dos mercados para que prefiram alongar e prefixar os títulos.

O Tesouro e o Banco Central deveriam iniciar a implementação, ainda em 2003, a depender das condições macroeconômicas, de um programa de conversão de títulos, negociando o alongamento e a mudança do perfil da dívida pública federal interna, com prevalência significativa de papéis prefixados. Preparando gradualmente as condições para o momento de implantação desse programa, o governo, diante das necessidades de refinanciamento da dívida, em algumas colocações de títulos novos, buscaria uma combinação envolvendo títulos com prazos maiores e taxas de juros menores relativamente, redução dos títulos atrelados ao dólar, aquisição de parcela dos títulos pelos bancos públicos e de certa proporção de emissão de moeda para pagamento no vencimento de parcela das obrigações (Oliveira, 2002). Essa reforma da dívida pública, dada sua precedência e impacto na dinâmica econômica geral, não pode ficar esperando longamente pela prévia situação de redução da vulnerabilidade externa, a retomada do crescimento econômico e a minimização das dimensões dos encargos financeiros diante das possibilidades orçamentárias.

Pautar o debate do neodesenvolvimentismo

Na economia não existem modelo e estratégia neutros em relação aos interesses nacionais e sociais. O neoliberalismo impôs suas reformas, argumentou sobre a seqüência dessas alterações, mas o resultado, no final da década de 1990, foi a regressão econômica, como ensina a Argentina, e o desemprego massivo, como evidencia o Brasil. Mais do mesmo tem sido a proposta das instituições financeiras internacionais, impondo a chamada segunda geração de reformas, que, no caso do Brasil, seriam as reformas tributária, previdenciária, trabalhista etc, além da independência do Banco Central e continuidade das privatizações, por exemplo, dos últimos restantes bancos estaduais.

No âmbito da gestão da conjuntura macroeconômica, ao que parece, há setores do novo governo sensíveis às respostas convencionais, como demonstram a persistência da política de absurdas taxas de juros – eficaz na geração de desemprego –, e os cortes orçamentários e ampliação da meta de superávit primário para insuportáveis 4,25% do PIB, a fim de se destinar recursos para credores financeiros. Adota-se uma política pró-cíclica, extremamente ortodoxa, retraindo os elementares meca-

nismos de gastos públicos que seriam necessários para estimular a demanda agregada, contribuindo, conjuntamente, para a recuperação do nível de atividade da economia.

O governo – com os ministérios e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – deveria ouvir a sociedade civil, e formular uma proposta de projeto nacional, em que constassem os princípios das reformas e as diretrizes do plano de desenvolvimento. Caberia polarizar a atenção da sociedade, pautando o debate em torno de um planejamento do desenvolvimento econômico e social, em vez de se galvanizar a opinião pública com a insistência em contra-reformas.

O Conselho, apesar da exagerada presença empresarial, deveria ser mais um espaço para explicitação dos interesses e aprofundamento dos debates sobre as propostas do desenvolvimento econômico. Há que se perceber que no Conselho não há possibilidade de certa equiparação entre as partes e solução dos problemas cruciais, em razão do mero diálogo entre um representante do grande capital e um líder sindical. Esperar identidade de opiniões na sociedade brasileira, tão profundamente desigual, em torno de reformas e mudança do modelo econômico, é mais o cúmulo da ingenuidade do que sagacidade política. A condução das mudanças deve requerer concertação política, o que difere de pacto entre classes sociais.

Os banqueiros, os grandes investidores financeiros nacionais e estrangeiros e os beneficiários da política econômica anterior não querem, em hipótese alguma, perder posições nos seus esplêndidos ganhos. A mídia opera como se fosse um grande partido para a conservação do status quo. As reformas e a mudança de modelo econômico produzirão vencedores e perdedores, relativamente. A transição para um novo modelo econômico não pode ser confundida com preservação da política econômica neoliberal nem mecanismo de retardamento da mudança. Um fator político decisivo para a mudança do modelo econômico é a afirmação e consolidação da nova coalizão de forças no poder, afirmando a hegemonia das correntes progressistas, a partir da implementação de um alternativo projeto nacional, social e democrático. ☺

Renildo Souza é economista e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

1. A carga tributária em 2002 foi distribuída da seguinte maneira: bens/serviços: 48,32%; salários: 27,42%; capital e outras rendas: 16,48%; patrimônio: 3,41%; comércio exterior: 1,67%; demais: 2,70% (Estudo, 2003).

2. O BNDES vulnerabilizou-se bastante com empréstimos vultosos, sem garantias sólidas, sobretudo no processo de privatização. Hoje, o BNDES enfrenta algumas dificuldades, a exemplo da insuficiência de, pelo menos, R\$ 6 bilhões, para garantir o seu orçamento de R\$ 34 bilhões, em 2003 (BNDES, 2003).

3. Em 2002, a rentabilidade média do setor bancário foi de 24,5%, com melhor resultado em cinco anos já marcados pelas grandes remunerações dos bancos. O aumento de 89,5% fez com que os lucros saíssem de R\$ 9,27 bilhões, em 2001, para R\$ 17,58 bilhões, em 2002. "A maior parte do resultado veio da elevação dos juros e da desvalorização cambial, que remuneraram os papéis indexados à Selic (as Letras Financeiras do Tesouro, pós-fixadas) ou aqueles corrigidos pela variação do dólar (os contratos de swap de câmbio, ou as Notas do Banco Central – série Especial)", diz Erivelto Rodrigues, presidente da consultoria Austin Asis (Rentabilidade, 2003).

4. Os Estados Unidos e a Inglaterra são os mercados em que houve um crescimento explosivo dos fundos de pensão, a partir dos anos 1960 e 1970. Isso contribuiu para uma transformação estrutural em favor de finanças desreguladas, de mercado, com operações especulativas e submetidas ao curto prazoismo, favorecendo a vulnerabilidade sistêmica a partir da globalização financeira.

5. A especulação e a volatilidade nos mercados financeiros internacionais promovem e sustentam um estado de vulnerabilidade sistêmica global, o que tem significado uma espada de Dâmocles especialmente sobre os chamados mercados emergentes, ou seja, países industrializados, porém periféricos, como o Brasil. Nessas condições, surgem apelos por uma nova arquitetura financeira internacional. Com propostas alternativas, apresentam-se organizações como ATTAC (Associação para a Tributação sobre Transações Financeiras e de Apoio ao Cidadão) e o CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo).

Referências

- AGLIETTA, Michel. "Moeda e política monetária: o alimento do poder". *Rumos*, nov. 2001, p. 4-8.
- ALMEIDA, Júlio Gomes de. "O cenário para o novo governo". *Jornal do Corecon-RJ*, 2002.
- BARROS, José Roberto Mendonça e GOLDENSTEIN, Lídia. "O processo de reestruturação da indústria". *Gazeta Mercantil*, 12 ago. 1996.
- "BNDES busca recursos para compor orçamento". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 mar. 2003, p. A-5.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2003. *Carta de intenção referente à segunda revisão do acordo assinado entre o Brasil e o FMI*. Brasília, 28 fev. 2003.
- COSTA, Fernando Nogueira da e DEOS, Simone Silva. "Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira". *Análise Econômica*. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Ano 20. n.º 38, set. 2002, p. 37.
- ERBER, Fábio e CASSIOLATO, José Eduardo. "Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE". *Revista de Economia Política*, vol. 17, n. 2, (66), abr.-jun. 1997.
- "ESTUDO questiona divisão da tributação". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 mar. 2003, p. A-7.
- FARNETTI, Richard. "O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas". In: CHESNAIS, François. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 205.
- MAIS E MELHORES EMPREGOS. *Candidatura Lula*, 2002.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. "A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas". *Economia*, Niterói (RJ), v. 2, n.2, p. 347-389, jul./dez. 2001.
- OLIVEIRA, Nelson Victor Le Cocq d'. "Novos rumos para um crescimento sustentável". *Jornal do Corecon*, RJ, 2002.
- PROGRAMA DE GOVERNO. *Candidatura Lula – 2002*.
- "RENTABILIDADE atinge 24,5%, a maior em 5 anos". *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 mar. 03, p. B-1.
- TESES para a elaboração do programa democrático e popular. *Candidatura Lula*. Out. 1997.

Carta ao Presidente Lula por brasileiros notáveis

Caro Presidente,

Esta carta lhe é endereçada por pessoas que o prezam, admiram sua trajetória política e desejam prestar-lhe toda ajuda, a fim de que o senhor possa corresponder às enormes esperanças que sua vitória despertou no povo brasileiro. Cientes da situação econômico-financeira do país temos uma clara percepção das dificuldades internas e externas que têm levado o governo a editar medidas de restrição de gastos e elevação de juros.

Sabemos, além disso, que a globalização provocou modificações substantivas na economia mundial e que será muito difícil desenvolver o país sem participar de algum modo da comunidade financeira internacional.

Contudo, esses constrangimentos não podem significar renúncia à nossa soberania. Duas medidas são particularmente preocupantes em relação a este aspecto: a negociação da Alca e a pretendida autonomia do Banco Central. A primeira, como alguns de nós já argumentaram em extensos e repetidos arrazoados, exporá nossos produtores industriais, agrícolas e de serviços a uma concorrência absolutamente desigual, cuja primeira consequência será uma desnacionalização ainda maior do nosso parque produtivo. E por sua abrangência que extrapola acordos comerciais, mas envolve a agricultura, investimentos, compras estatais, moeda, serviços, deixa clara a intenção do governo estadunidense em recolonizar o continente de acordo com seus interesses apenas.

A segunda implica a entrega do controle da nossa moeda aos capitais externos e, portanto, a renúncia ao projeto nacional. Não se pode ocultar que, estando os setores mais dinâmicos da nossa economia em mãos de empresas estrangeiras, a autonomia do Banco Central significa transferir para elas a fixação do valor da nossa moeda. Por estas razões, tomamos a decisão de enviar-lhe esta carta.

Em nosso entender, tanto a Alca quanto a autonomia do Banco Central são questões inegociáveis, posto que implicam na intocabilidade da própria soberania da Nação. Decisão de tamanha magnitude deve ser tomada pelo detentor dessa soberania: o povo brasileiro.

Assim, cada brasileiro e cada brasileira deveriam ser chamados a se pronunciar sobre ambas questões em um plebiscito convocado para esse expresso fim. O plebiscito ensejaria um grande debate nacional sobre os dois temas, dando assim fundamento a uma decisão verdadeiramente democrática sobre os mesmos.

Estamos convencidos de que uma atitude firme do Brasil mudará a postura das forças que nos estão pressionando e abrirá caminho para que possamos construir autonomamente os caminhos que mais convêm ao nosso desenvolvimento. Porém, se assim não for, e o governo vier a ser colocado na contingência de romper com as forças que o estão pressionando, creia sr. Presidente, que as represálias não serão insuportáveis. Nossa economia já é suficientemente forte para resistir a elas e nosso povo suficientemente politizado para dar-lhe o apoio necessário nesse enfrentamento.

Brasil, maio de 2003.

Assinam esta carta:

Alfredo Bosi, membro da Academia Brasileira de Letras; Ana Maria Freire, educadora (viúva de Paulo Freire); Ana Maria Castro, educadora (filha de Josué de Castro); Ariovaldo Umbelino de Oliveira, geógrafo (USP); Augusto Boal, teatrólogo; Benedito Mariano, investigador; Bernardete de Oliveira, antropóloga (UNESP); Carlos Nelson Coutinho, filósofo; Chico Buarque, músico e escritor; Dom Demétrio Valentini, bispo; Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal; Dom Pedro Casaldàliga, bispo; Dom Tomas Balduino, bispo; Emir Sader, sociólogo; Fabio Konder Comparato, jurista; Fernando Morais, jornalista e escritor; Francisco de Oliveira, economista; Haroldo Campos, poeta e tradutor; Joanna Fomm, atriz; Leonardo Boff, teólogo e escritor; Luis Fernando Verissimo, escritor; Margarida Genovais; ativista dos direitos humanos; Maria Adelia de Souza, geógrafa; Manuel Correia de Andrade, geógrafo; Marilena Chauí, filósofa; Nilo Batista, jurista; Ervino Schmidt, pastor da Igreja Luterana; Plínio Arruda Sampaio, diretor do jornal "Correio da Cidadania"; Oscar Niemeyer, arquiteto; Ricardo Antunes, cientista político; Sergio Haddad, presidente da Associação Brasileira de ONGs; Sergio Ferolla, brigadeiro da Aeronáutica; Tatau Godinho, feminista; Valton Miranda, psiquiatra.

"IMPÉRIO"

duas teses equivocadas

Atilio A. Boron

As polêmicas teses desenvolvidas por Michael Hardt e Antonio Negri em seu livro "Império" provocaram um amplo debate internacional

Nesse sentido, discutir sobre império e imperialismo é sumamente importante; daí que o principal mérito da obra de Hardt e Negri (daqui para frente H&N) não seja a retidão das principais teses expostas em seu livro – especialmente aquela que assegura que vivemos numa época de “império sem imperialismo” –, mas sim sua capacidade de ter originado uma vigorosa discussão sobre o assunto. Tendo em vista já termos criticado amplamente essas teses em outro espaço, remetemos o leitor – se interessado em adentrar aos detalhes de nossos questionamentos –, a examinar nossas críticas (Boron, 2002). Incidentalmente, convém deixar estabelecido que o debate promovido por H&N também reflete uma surpreendente vitalidade teórica no campo do pensamento crítico; vitalidade essa que – no calor de tão defendido discurso sobre a “crise do marxismo” –, muitos já haviam dado por perdida. O fato de as proposições de nossos autores terem sido questionadas por uma grande quantidade de trabalhos que, a partir de variantes do marxismo, refutaram suas principais asseverações, não deixa de constituir um sinal alentador que merece ser destacado em uma situação como a que estamos vivendo.

Nesta oportunidade, nos limitaremos a examinar as duas teses principais do argumento de nossos autores: a primeira, relativa ao Estado, desenvolvida em *Império* e, a segunda, referente ao tema democracia, esboçada em um trabalho posterior.

Uma concepção de Estado radicalmente equivocada e a soberania no capitalismo contemporâneo

Um dos problemas mais graves que a teorização de

H&N enfrenta relaciona-se aos sérios erros da teoria de Estado subjacente no desenvolvimento da mesma. Oferece uma claríssima expressão de tais erros o seguinte trecho da obra em questão:

“Hoje (...) as grandes companhias transnacionais superaram efetivamente a jurisdição e a autoridade dos Estados-nação. Parece, pois, que essa dialética que durou séculos chega a seu fim: o Estado foi derrotado e, hoje, as grandes empresas governam a Terra! (p. 283, do original manuscrito).”

A proclamada “derrota” do Estado supõe o deslocamento de suas funções estatais e das tarefas políticas próprias a ele a partir de outros níveis e domínios da vida social. Revertendo o histórico processo pelo qual o Estado-nação “expropriou” as funções políticas e administrativas – até então retidas pela aristocracia e os magnatas locais –, nessa nova fase da história do capital essas tarefas e funções haviam migrado de outras esferas e domínios da vida social, principalmente dos “mecanismos de mando do nível global das grandes empresas transnacionais” (p. 284). Isso implica aceitar uma presunção irremediavelmente errônea: que as chamadas empresas transnacionais não têm referência alguma em uma base nacional. Esta suposição é completamente equivocada por ignorar o fato de que, por exemplo, 96% das 200 mega-corporações que prevalecem nos mercados mundiais e cujos ingressos totais chegam a US\$ 7.1 bilhões por ano – equivalentes à riqueza combinada de 180% da população mundial – e têm sua matriz em oito países, estão legalmente inscritas nos cadastros de sociedades anônimas desses mesmos oito países; encontram-se protegidas por leis e juizes de “seus Estados”; e seus diretórios têm sua sede nos mesmos países do capitalismo metropoli-

tano. Para desfazer as dúvidas que poderiam restar, é preciso levar em conta que menos de 2% dos membros de seus diretórios são estrangeiros, enquanto que mais de 185% de todos os progressos tecnológicos das firmas se originam dentro de seus “limites nacionais”. Em suma, essas corporações têm um alcance global; contudo, sua propriedade, por mais que se encontre distribuída, tem uma clara base nacional e suas ambições fluem de todo o mundo até o país em que se encontra sua matriz (Boron, 1999: 233; Boron, 2000: 117-123). Em relação a esse assunto, convém lembrar os ensinamentos deixados por um informe elaborado pela revista *Fortune* a partir de uma pesquisa aplicada às cem maiores empresas transnacionais de todo o mundo: a totalidade das firmas pesquisadas, sem exceção, reconheceu ter se beneficiado das intervenções feitas em seu favor pelos governos de “seus países”, enquanto que 20% delas admitiram não apenas isso, mas ainda que haviam evitado a bancarrota graças aos subsídios e os empréstimos que lhes haviam sido concedidos oportunamente por “seus governos” (Chomsky, 1998; Kapstein, 1991/2). Em suma, apesar da afirmação dos autores de *Império*, os Estados-nação continuam atuando decisivamente na economia mundial; as economias nacionais continuam vivas; e as empresas transnacionais continuam operando a partir de uma base nacional. Em sua presumida autodestruição, o Estado capitalista nacional haveria de ser fragmentado e distribuído em uma vasta coleção de novas agências, grupos e organizações dentre os quais sobressaem “os bancos, organismos internacionais de planificação e outros (...) que progressivamente tenderiam a buscar legitimidade em um nível transnacional de poder.” (p. 285) Uma vez mais, supõe-se aqui que os mencionados bancos e organismos de planificação sejam entidades que “navegam em águas internacionais” e que carecem de ligação com os Estados nacionais, mesmo com os que configuram o vértice do sistema imperialista mundial. Tudo isso é tanto mais inaceitável quando H&N afirmam que os fragmentos dispersos da velha soberania estatal foram recuperados e reconvertidos não por qualquer tipo de instituição, mas por “toda uma série de corpos jurídico-econômicos, tais como o GATT, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o FMI” (p. 308). Que quer dizer exatamente “corpos jurídico-econômicos”? Isso não é um eufemismo para evitar chamar pelo nome mais apropriado de “cães de guarda” do imperialismo? A que interesses respondem esses “corpos jurídico-econômicos”?

Em relação às possibilidades que se abrem diante dessa suposta transformação estatal, a sentença de nossos autores é radical e inapelável, e se encontra alinhada com as proposições ortodoxas dos teóricos neoliberais: “A decadência do Estado-nação não é meramente o resultado

de uma posição ideológica que poderia se reverter através de um ato de vontade política: é um processo estrutural e irreversível.” (p. 308). Tendo em vista que a globalização da produção e a circulação de mercadorias ocasionaram a progressiva perda de eficácia e efetividade das estruturas políticas e jurídicas nacionais – impotentes para controlar atores, processos e mecanismos que excedem em grande medida suas possibilidades e que desenvolvem seus jogos em um tabuleiro estrangeiro, fora das fronteiras nacionais –, não teria sentido algum tratar de ressuscitar o Estado-nação. Em um artigo publicado no OSAL, nossos autores matizam sobremaneira sua posição: reconhecem que apesar da globalização os Estados nacionais continuarão cumprindo “funções úteis à regulação econômica, política, e ao estabelecimento de normas culturais”. Todavia, concluem paradoxalmente: “Os Estados nacionais perderam sua função em matéria de autoridade soberana” (H&N, 2002: 159). Com efeito, não se compreende como tais instituições continuam cumprindo essas úteis funções de regulação, acima assinaladas, se, ao mesmo tempo, a sua soberania desaparece pouco a pouco. Hoje em dia, precisamente o império personifica a nova forma de soberania que, segundo nossos autores, sucedeu à soberania estatal.

Como consequência, para as futuras lutas emancipadoras, nada poderia ser mais negativo do que cair vítima da nostalgia dos velhos tempos dourados. Contudo, mesmo se fosse possível ressuscitar o Estado-nação, qual Lázaro dentre os mortos, existe uma razão ainda mais importante para desistir dessa empresa: essa instituição “atura uma série de estruturas e ideologias repressoras e qualquer estratégia que se sustente nela deveria ser desbaratada por essa mesma razão.” (p. 308). Suponhamos por um momento que dessemos por válido esse argumento, omitindo o inquietante “ar de família” que o mesmo guarda em sua relação ao anarquismo liberal de Robert Nozick. Nesse caso, não apenas deveríamos nos resignar a contemplar a inevitável decadência do Estado-nação, como também a da ordem democrática resultante de séculos de lutas populares que inevitavelmente repousa sobre a estrutura estatal. Pareceria que as conquistas democráticas das multidões do passado – as quais se modelaram no repertório de instituições, organizações, regulamentos, leis e formas estatais específicas que limitaram o despotismo do capital e pelas quais nossos autores sentem particular aversão – não contam, talvez porque sejam produto de um sujeito chamado “povo” e que o reverso dessa negação seja a exaltação retórica da população do futuro, a que ainda não se fez presente na história. Em todo caso, ao satanizar o Estado-nação como mero âmbito da repressão e ao desconhecer que é sobre essa estrutura básica que se assenta a vida democrática, acreditam que com mudança será possível “democratizar” os mercados ou uma

sociedade civil estruturalmente dividida em classes? Qual a saída, então? (Boron, 2000: 73-132)

Feitas essas considerações, passemos à análise que H&N fazem sobre a questão da soberania. Nossos autores aparentemente não se deram conta de que o imperialismo possui duplo padrão de evolução ou – como dizia a embaixadora dos Estados Unidos diante das Nações Unidas durante o primeiro governo de Ronald Reagan, Jeanne Kirkpatrick –, um duplo standard, com o qual Washington julga os governos e suas ações. Um desses padrões utiliza para avaliar a soberania dos Estados Unidos e seus aliados; e, o outro, bem diferente, para julgar a soberania de países neutros ou inimigos. A soberania nacional dos primeiros deve ser preservada e fortalecida, e a dos segundos, enfraquecida, podendo ser violada sem nenhum escrúpulo ou falsos dramas de consciência. Prisioneiros de suas fantásticas especulações, H&N não podem perceber essa inquietante dualidade e acreditam então na existência de uma “lógica global” acima dos interesses nacionais da superpotência e do indiscutido “centro” do império, os Estados Unidos. Para autores tão interessados em assuntos constitucionais e jurídicos como esses, o deplorável desempenho de Washington em matéria de reconhecimentos a tratados e acordos internacionais proporciona um oportuno banho de sobriedade. Como se sabe, os Estados Unidos repudiam

Os Estados dos capitalismos metropolitanos se fortaleceram nos últimos vinte anos.

qualquer instrumento jurídico internacional que signifique um mínimo menosprezo à sua soberania. E mais, tal como assinalou Noam Chomsky, na realidade os Estados Unidos “não ratificaram nenhuma convenção porque mesmo nos poucos casos em que o fizeram, o governo norte-americano as preparou para introduzir uma cláusula de reserva que diz o seguinte: ‘não aplicável aos Estados Unidos sem o consentimento dos Estados Unidos.’” (Chomsky, 2001: 63)

Esse parágrafo anterior sugere claramente que os nossos autores não chegaram a apreciar em toda sua magnitude a contínua relevância do Estado-nação e da soberania nacional – o que debilita irremediavelmente o núcleo de toda sua argumentação sobre o sistema imperialista em sua fase atual. Com relação ao ocorrido com o Estado capitalista, nos parece que os erros anteriormente citados se tornam ainda mais graves. Primeiramente, há um problema inicial de importância nada marginal relativo à apreçoada decadência final e irreversível do Estado: toda informação quantitativa disponí-

vel sobre o gasto público e o tamanho dos aparatos estatais se move em uma direção exatamente contrária à que imaginam H&N. Se algo aconteceu aos capitalismos metropolitanos nos últimos vinte anos, foi precisamente o notável aumento do tamanho do Estado, medido como a proporção de gasto público em relação ao PIB. Os dados fornecidos por todo tipo de fonte, de governos nacionais ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial ao FMI e a OECD, falam com uma só voz: todos os Estados dos capitalismos metropolitanos se fortaleceram nos últimos vinte anos, apesar de muitos de seus governos terem sido verdadeiros campeões em retórica antiestadista que se lançou com fúria desde o início da década de 80. O que aconteceu a partir do advento da crise do capitalismo keynesiano, em meados dos anos 70, foi um descenso relativo na taxa de crescimento do gasto público; contudo, este continuou crescendo sem interrupção mesmo que em ritmo mais lento. É por isso que no informe especial sobre o tema, elaborado pela revista conservadora britânica *The Economist*, intitulado “Big government in Still in Charge”, o seu redator não pôde ocultar seu desencanto diante da tenaz resistência de os Estados em se ajustarem e se reduzirem, como reza a cartilha neoliberal (H&N não parecem ter tido a possibilidade de examinar esse trabalho porque o último parágrafo do capítulo 15 de seu livro leva um título que por si só retrata os alcances do seu equívoco, em um tema crucial, para todo seu argumento teórico: “Big government is over!”). Em todo caso, depois de uma cuidadosa análise dos dados recentes sobre o gasto público em catorze países industrializados da OECD, o articulista conclui que apesar das reformas neoliberais iniciadas a partir das proclamadas novas metas de austeridade fiscal e da redução do gasto público, entre 1980 e 1996 o gasto público nos países selecionados aumentou de 43,4% do PIB para 47,1%, enquanto que em alguns países, como a Suécia – e, em menor medida, em outros – esse número supera com excesso os 50% (*The Economist*, 1997: 8), ao afirmar: “Nos últimos quarenta anos, o crescimento do gasto público nas economias avançadas tem sido persistente, universal e contraprodutivo”. E acrescenta que o objetivo tão fortemente proclamado de chegar a um “governo pequeno”, aparentemente foi mais um recurso de retórica eleitoral do que um verdadeiro objetivo da política econômica. Nem mesmo os defensores mais raivosos da famosa “reforma do Estado” e da redução do gasto público, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, conseguiram algum progresso significativo nesse terreno (*The Economist*, 1997: 48).

Contudo, enquanto os Estados progridem no coração dos capitalismos desenvolvidos, a história no mundo da periferia é completamente diferente. Na reorganização mundial do sistema imperialista, que teve lugar sob a égide ideológica do neoliberalismo, os Estados foram radicalmente debilitados e

as economias periféricas submetidas cada vez mais abertamente, e quase sem a mediação estatal, aos influxos das grandes empresas transnacionais e às políticas dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. Esse processo não teve nada de natural e é consequência das iniciativas políticas conscientemente adotadas no centro do império: o governo norte-americano, em seu papel dirigente, acompanhado de suas agências e lugar-tenente (FMI, Banco Mundial, OMC, etc) e respaldado pela militante cumplicidade dos governos do G7. Foi essa coalizão que forçou (em muitos casos através de brutais pressões de vários tipos) as endividadas nações do conjunto do Terceiro Mundo a aplicarem as políticas conhecidas como “Consenso de Washington” e a reconverterem suas economias em consonância com os interesses da coalizão dominante e, muito especialmente do primus inter pares (“o primeiro entre seus pares”), os Estados Unidos. Essas políticas favoreceram à praticamente ilimitada penetração dos interesses empresariais norte-americanos e europeus nos mercados domésticos das nações do Sul. Para isso, foi preciso dismantlar o setor público desses países; produzir uma verdadeira desestruturação do Estado; e, com o objetivo de gerar excedentes para o pagamento da dívida, reduzir ao mínimo o pressuposto público, sacrificando para isso gastos vitais e inadiáveis em matéria de saúde, moradia, educação e outros do mesmo tipo que deterioraram de modo impressionante a qualidade de vida de grandes massas da população. As empresas públicas foram, primeiramente, desbancadas e depois vendidas por valores irrisórios a grandes corporações dos países centrais – abrindo espaço ao máximo desenvolvimento da “iniciativa privada” (embora, em muitos casos, os adquirentes fossem empresas públicas de países industrializados!)

Nada disso teria sido possível, naturalmente, sem a incansável propaganda ideológica do neoliberalismo que, a partir de suas grandes usinas em Washington e nas principais capitais européias, satanizou o governo e a empresa pública e endeusou os mercados. Outra política imposta à periferia foi a abertura unilateral da economia, possibilitando a invasão de bens importados produzidos em outros países ao mesmo tempo em que os índices de desocupação aumentavam extraordinariamente.

Cabe assinalar que enquanto a periferia era forçada a abrir-se comercialmente, o protecionismo do norte se sofisticava cada vez mais. A desregulação dos mercados, sobretudo a do financeiro, foi também outro objetivo da “revolução capitalista” ocorrida a partir dos anos oitenta do século passado. Em seu conjunto, essas políticas tiveram como resultado um fenomenal debilitamento dos Estados na periferia, cumprindo o sonho capitalista de mercados que funcionam sem ter que se preocupar com as regulações estatais – e de fato os conglomerados empresariais mais fortes

se encarregaram de “regulá-lo”. Obviamente, em proveito próprio. Como dissemos anteriormente, essas políticas não foram nada fortuitas nem produto de má sorte – o dismantelamento do Estado aumenta significativamente a gravitação do imperialismo e das firmas nacionais e estrangeiras em sua capacidade de controlar não apenas a vida econômica, mas também a vida política dos países da periferia. Nada disso, por certo, encontraremos na obra de H&N. Ao contrário, encontramos reiteradas declarações no sentido de que as relações imperialistas se acabaram, apesar da visibilidade adquirida por elas nas últimas décadas ser tão destacada que até os setores menos radicalizados de nossas sociedades não hesitam em reconhecê-las.

Para concluir, nossos autores parecem não poder distinguir entre formas estatais e funções e tarefas dos Estados. Não há a menor dúvida de que a forma do Estado capitalista mudou no último quarto de século. Tendo em vista que o Estado não é uma entidade metafísica, mas sim uma criatura histórica – continuamente formada e reformada pelas lutas de classes e as intermitentes irrupções das classes e camadas populares –, suas formas dificilmente poderiam ser concebidas como essências imanentes que flutuam acima do processo histórico. Conseqüentemente, as formas do Estado democrático nos países capitalistas avançados foram mudadas. Em que sentido? Houve uma verdadeira involução democrática, da qual há alguns indicadores: uma progressiva perda de poder nas mãos de congressos e parlamentos; crescente incontabilidade dos governos, junto a uma acrescida concentração de poder em favor dos executivos; proliferação de áreas secretas de tomada de decisões (as abortadas negociações do MIA, a acelerada aprovação do Nafta, as atuais negociações a portas fechadas para criar a Área de Livre Comércio das Américas, etc.); declinantes níveis de resposta governamental diante dos reclamos e demandas da sociedade civil; drástica redução da competência partidária devido à mimetização dos partidos políticos majoritários, seguindo o modelo do bipartidarismo norte-americano; tirania dos mercados – de fato, dos oligopólios que os controlam – que elegem dia a dia, e capturam a permanente atenção dos governos, enquanto que o público vota a cada dois ou três anos; em função do item anterior, as lógicas tendências à apatia política e à retração individualista; crescente predomínio de grandes oligopólios nos meios de comunicação de massa e a indústria cultural; e, por último, crescente transferência de direitos decisórios da soberania popular para algumas das agências administrativas e políticas do império, processo este que se verifica tanto nas “províncias exteriores” do mesmo quanto no próprio centro. No caso latino-americano, isso significa que a soberania popular foi privada de quase todos os seus atributos e que nenhuma decisão estratégica em matéria econômica ou

social se adota no país sem uma prévia consulta a – e a sua aprovação – alguma relevante agência de Washington. Como se entenderá, uma situação como esta não pode contradizer nos fatos a própria essência da ordem democrática: a soberania popular, reduzida a uma inverossímil letra morta.

Boaventura de Sousa Santos examinou as mudanças experimentadas pelos Estados sob a globalização neoliberal e suas análises confirmam que “não há crise total do Estado e muito menos uma crise terminal do Estado, tal como sugerem as teses mais extremas dos teóricos da globalização” (Sousa Santos, 1999: 64). As funções hobbesianas, repressivas, do Estado, gozam de total vigor tanto na periferia quanto no centro do sistema. No apartheid social do capitalismo contemporâneo, o Estado continua desempenhando um papel crucial: é o Leviatã hobbesiano dos guetos e bairros marginais, enquanto garante as benesses do contrato social lockeano para ricos, famosos e poderosos. Como consequência, esse Estado, supostamente em vias de extinção, segundo a ofuscada visão de H&N, continua seu caminho como um Estado cindido, quase esquizofrênico: para os pobres e excluídos um Estado fascista, para os ricos, um democrático. Contudo, a vitalidade do Estado-nação não se mede apenas nesses termos. Também é constatada quando se examina o papel cumprido em vários outros terrenos, tais como: unificação supranacional, liberalização da economia, abertura comercial, desregulação do sistema financeiro e elaboração de um marco jurídico-institucional propício à adequada proteção das empresas privatizadas e ao novo modelo econômico inspirado no “Consenso de Washington”. “O que está em crise é a função de promover intercâmbios não-mercantis entre os cidadãos”, conclui Sousa Santos (1999: 64).

Sintetizando, os mercados globais fortalecem a competência entre as gigantescas corporações que dominam a economia mundial. Tendo em vista que essas firmas são transnacionais pelo alcance e grau de suas operações – embora sempre possuam uma base nacional –, para ter êxito nessa luta sem quartel, requerem apoio de “seus governos” com o fim de manter seus rivais comerciais na linha. Conscientes dessa realidade, os Estados nacionais oferecem a “suas empresas” um menu de possibilidades entre as quais se incluem as seguintes: a concessão de subsídios diretos; gigantescas operações de resgate de firmas e bancos custeados em muitos casos com impostos aplicados a trabalhadores e consumidores; imposição de políticas de austeridade fiscal e ajuste estrutural encaminhada para garantir maiores taxas de ambições das empresas; desvalorizar ou apreciar a moeda local com o objetivo de favorecer algumas frações do capital em detrimento de outros setores e grupos sociais; políticas de desregulação dos mercados; “reformas trabalhistas” orientadas para acentuar a submissão dos trabalhadores, debilitando sua capacidade de negociação salarial e de seus sindicatos;

garantir a imobilidade internacional dos trabalhadores ao mesmo tempo em que seja facilitada a ilimitada mobilidade do capital; “lei e ordem” garantidas em sociedades que experimentam regressivos processos sociais de reconcentração de riqueza e ingressos, e massivos processos de empobrecimento; a criação de um marco legal adequado para ratificar com todo ímpeto da lei a favorável correlação de forças que gozam as empresas na fase atual; estabelecimento de uma legislação que “legalize”, nos países da periferia, a sucção imperialista de mais-valia e que permita que as superambições das firmas transnacionais possam ser livremente remetidas a suas matrizes. Estas são algumas das tarefas que realizam os Estados nacionais e que a chamada “lógica global do império”, tão exaltada nas análises de H&N, não pode garantir se não for através dessa imprescindível mediação do Estado-nação (Meiksins Wood, 2000: 116-117). Somente sob a suposição de que a classe capitalista se constitua de profundos imbecis poderia se entender por que as suas mais proeminentes e influentes integrantes estejam trabalhando ativamente para destruir um instrumento tão útil e formidável como o Estado-nação (nos apressamos a esclarecer, para retirar possíveis dúvidas, que o Estado capitalista não é tão somente uma ferramenta da burguesia, mas sim muitas coisas mais – não interferindo para que também seja um instrumento imprescindível no processo de acumulação de capital).

Desventuras da democracia absoluta

Um segundo tema que gostaríamos de abordar nestas páginas é a teorização sobre democracia, publicada por H&N em OSAL. Em relação a ela – para antecipar sinteticamente nossa opinião –, digamos que a mesma contém numerosos erros que a tornam inaceitável do ponto de vista de um projeto socialista de emancipação humana. Nesse artigo, os autores introduzem a noção de “democracia da multidão”, uma concepção que apenas se insinua no *Império*. Assim sendo, que significa exatamente isso? Seguindo os passos de Baruch Spinoza, os autores asseguram que se trata de uma “democracia absoluta” e, por isso mesmo, “ilimitada e incomensurável”. Sendo compreensível a desconfiança que gera uma proposta tão grandiosa como essa, H&N procuram acalmar momentaneamente a inquietude do leitor ao afirmarem que uma realização democrática desse porte é impensável, e irrealizável, no marco das arcaicas instituições do império. Esta constatação os leva a concluir que “o único caminho para realizar a democracia da multidão é a revolução” (H&N, 2002: 163). Seria, pois, uma “democracia revolucionária”: só que, diferentemente das outras que a precedem e que tiveram uma fugaz e turbulenta existência, esse tipo de democracia nada tem a ver com a nação ou com o Estado nacional. É precisamente o contrário o que a define: sua vocação de encarnar “o luta

contra a nação". Por razões parecidas, a "democracia revolucionária" não guarda nenhuma correspondência com o conceito já obsoleto, segundo H&N, de "povo", ligado, como se sabe, à própria idéia de Estado-nação e à noção da "identidade-unidade" que lhe é substancial. O povo seria, por definição, limitado, e os seus limites são precisamente a condição de possibilidade de sua representação política. A população, em compensação, é ilimitada e infinita e, por isso mesmo, irrepresentável. "A população – dizem H&N – desafia a representação porque é uma multiplicidade ilimitada e incomensurável" (H&N, 2002: 162). Nos tempos do império, argumentam nossos autores, as fronteiras são flexíveis e móveis e a soberania imperial é ilimitada. Poderia se dizer, em consequência disso, que o caráter ilimitado da multidão não seria senão o reverso dialético da constituição do império – embora, como se sabe, nossos autores recuariam horrorizados diante da simples menção da palavra "dialético". No império, o povo – ou melhor, os povos – se desfigura por completo e em seu lugar aparece a figura dominadora da multidão: móvel, multiforme, avassaladora. Em virtude desse raciocínio, H&N concluem que os conteúdos essenciais da nova democracia da população não podem se referir às velhas instituições da democracia representativa e nem mesmo às da democracia direta, como a que heroicamente exerceram os *communards* de Paris. Tais conteúdos remetem, em compensação, ao conceito de "contrapoder".

O "contrapoder" implica em três componentes: resistência, insurreição e poder constituinte. Depois de analisar as mutações sofridas por esses elementos na transição de modernidade a pós-modernidade, H&N asseguram que nas diversas experiências insurgentes ocorridas na época da sociedade moderna – um amplo e bastante indefinido arco histórico do início do capitalismo até o advento da sociedade "pós-moderna", nas décadas finais do século XX – a noção de "contrapoder" se reduz a apenas um de seus componentes: a insurreição. Contudo, segundo nossos autores, a "insurreição nacional era na realidade ilusória". É preciso buscar a causa dessa frustração no enleio internacional, que nessa época histórica fazia com que a insurreição nacional comunista fosse condenada a desembocar numa guerra internacional crônica, o que "oferece uma armadilha à insurreição vitoriosa, transformando-a em regime militar permanente". Contudo, se o papel sumamente relevante do sistema internacional é indiscutível – como o atesta a obsessiva preocupação que manifestaram por esse assunto os grandes revolucionários do século XX, de Lênin e Trotsky a Fidel e Che Guevara, passando por Gramsci, Mao Tsetung e Ho Chi Min –, não é menos certo que, tal como ocorre reiteradamente no Império, H&N incorrem em graves erros de apreciação histórica quando falam em caráter "ilusório" das tentativas revo-

lucionárias que balizaram o século XX. Que significa "ilusório"? O fato de uma insurreição popular pôr em movimento os mecanismos internacionais de submissão e controle em um leque de políticas, que vai desde o isolamento diplomático até o aniquilamento dos insurretos, demonstra precisamente o contrário do que alegam H&N: em uma situação dessa não há nada de "ilusório" mas sim de muito real; e as forças imperialistas reagem diante do que consideram uma inadmissível ameaça a seus interesses com sua conhecida ferocidade. Nesse caso, qualquer que seja a experiência insurrecional analisada ao longo dos séculos XIX e XX, torna-se evidente que a guerra internacional é muito menos atribuível à intransigência dos revolucionários do que à fúria repressora que aniquila a insubordinação das massas.

De outra parte, afirmar que as revoluções triunfantes cercadas pelos exércitos e as instituições imperialistas – com um repertório de iniciativas que inclui sabotagens, atentados, bloqueios comerciais, boicotes, guerras "de baixa intensidade", invasões militares, bombardeios "humanitários", genocídios, etc – se convertem em "regimes militares permanentes" implica num monumental erro de interpretação do significado histórico de tais experiências. Esse equívoco, diga-se de passagem, é típico da ciência política norte-americana que procede dessa mesma forma quando, por exemplo, coloca numa mesma categoria – os famosos "sistemas de partido único" – regimes políticos tão diferentes, como o da Itália de Mussolini; da Alemanha nazi; da Rússia de Stálin; e da China de Mao. Nossos autores subestimam os fatores históricos que ao longo do último século obrigaram às jovens revoluções se armarem até os dentes para se defenderem das brutais agressões do imperialismo, a anos-luz das sutilezas do império imaginado por H&N. Se a revolução cubana sobrevive nesta época de suposto "império sem imperialismo", se explica tanto pela imensa legitimidade popular do governo revolucionário quanto pela provada eficácia das forças armadas, que dissuadiram Washington de tentar novamente uma aventura militar na Ilha. De outro lado, a interpretação de H&N revela igualmente o grave equívoco em que incorrem ao caracterizarem as emergentes formações estatais da revolução. Uma coisa é lamentar-se pela degeneração burocrática da revolução russa e, outra, bem diferente, é afirmar que lá se constituiu um "regime militar". Da mesma forma em relação ao fato de Cuba ter sido obrigada a inverter grande quantidade de recursos materiais e humanos para defender-se da agressão imperialista – isso não a transforma num "regime militar". Só uma visão irremediavelmente

O "contrapoder" implica em três componentes: resistência, insurreição e poder constituinte.

insensível diante do significado histórico dos processos revolucionários pode caracterizar desse modo essas formações sociais resultantes das grandes revoluções do século XX. Por último, e dando-nos conta de todas as suas limitações e deformações: pode-se dizer efetivamente que as revoluções, russa, chinesa, vietnamita e cubana foram apenas uma ilusão? Uma coisa é criticar os erros e desvios desses processos e, outra, bem diferente, é dizer que se tratou de simples miragens. Terá sido uma simulação baudrillardiana a paliçada sofrida pelo colonialismo francês em Dien Bien Phu? E a vergonhosa derrota dos Estados Unidos diante do Vietnã? Terá sido tão somente uma visão alucinada de sessentistas macilentos ou ocorreu de verdade? Essa fuga desesperada pelo teto da embaixada norte-americana de Saigon, onde espões, agentes secretos, assessores militares e torturadores policiais destacados no Vietnã do Sul, matavam-se entre si para subir no último helicóptero que os conduziria sem escalas do inferno vietnamita ao American dream (“sonho americano”) terá sido verdadeira ou mera ilusão? Os 43 anos de fustigamento norte-americano a Cuba, são produto do aborrecimento provocado pelo caráter ilusório da revolução cubana em Washington? E, para nos aproximarmos de nossa realidade atual, o aberto envolvimento do governo norte-americano no frustrado golpe de Estado da Venezuela terá sido propiciado pelo caráter ilusório das políticas do “chavismo”?

De todo modo, nossos autores nos advertem de que se trata de perguntar se, na realidade, já não são anacrônicas porque, segundo eles, na pós-modernidade as condições que tornam possível a insurreição moderna, com todo seu ilusionismo, desaparecem “de tal forma que inclusive até parece impossível se pensar em termos de insurreição.” (H&N, 2002: 164). Contudo, o pessimismo que se destaca dessa afirmação se atenua diante da constatação de que a decadência da soberania nacional e a lassidão que caracterizaria o império também levaram consigo as condições que submetiam a insurreição às restrições impostas pelas guerras nacionais e internacionais.

Adiemos por um momento a crítica a essa segunda hipótese, a que anuncia a “emancipação” dos processos insurrecionais das guerras nacionais e internacionais, e vejamos o que significa a insurreição no capitalismo pós-moderno. Se para a sociedade moderna ela era “uma guerra de dominados contra dominadores”, na pós-modernidade a sociedade “tende a ser global ilimitada, a sociedade imperial como totalidade” (H&N, 2002: 165). Sob essas condições, a resistência, a insurreição e o poder constituinte se fundem na noção de contrapoder que, presumivelmente, seria a prefiguração e o núcleo de uma formação social alternativa. Tudo isso é sumamente discutível, todavia, mesmo assim compreensível. Não acontece o mesmo no momento em que nossos autores definem, num êxtase poético, o que denominam

fundamento último do “contrapoder” – sua matéria prima. Tal fundamento não se encontra em nenhuma nova construção social ou política nem em nenhum outro produto da ação coletiva das massas, senão na carne, “a substância viva comum na qual se fundem corpo e alma” (H&N, 2002: 165). Segundo esse argumento, os três elementos do contrapoder “brotam conjuntamente de cada singularidade e de cada um dos movimentos dos corpos que compõem a multidão” (H&N, 2002: 165). É por isso que

“Os atos de resistência, os atos de revolta coletiva e a invenção comum de uma nova constituição social e política atravessam conjuntamente inumeráveis microcircuitos políticos. Dessa forma, se inscreve na carne da população um novo poder, um contrapoder – algo vivo que se levanta contra o Império. Aqui surgem os novos bárbaros, os monstros e os gigantes magníficos que emergem sem parar nos interstícios do poder imperial e contra esse poder.” (H&N, 2002: 165).

Desse modo, a proposição de nossos autores adquire um tom inequivocamente vitalista aproximando-se muito mais das emanções metafísicas de Henry Bergson do que dos ensinamentos de Spinoza, ao passo que os afasta irreversivelmente da tradição do materialismo histórico. Não seria preciso se esforçar muito para descobrir os inquietantes paralelos existentes entre a doutrina do “impetus vital” do filósofo francês e a exaltação da carne feita por H&N. Em todo caso, e para resumir, digamos que uma impostação dessa natureza dissolve por completo o caráter histórico-estrutural dos processos sociais e políticos na singularidade dos corpos que conformam a multidão, com o que se chega a uma conclusão desoladoramente conservadora: nessa formulação se desvanecem as especificidades do capitalismo, enquanto modo de produção, e as relações de exploração que lhes são próprias. Em segundo lugar, se aniquila sem maiores problemas qualquer pretensão de tentar levar a termo um dos projetos inconclusos da modernidade: a “democracia popular e representativa”. Esta, não apenas é considerada inacabada e incompleta, como também, pior ainda, é tida como irrealizável – o que não causaria maiores objeções se H&N sugerissem pelo menos que a frustração do projeto democrático originado na modernidade, e expandido com a experiência da Comuna de Paris e os soviets, deveu-se à intransigente oposição da burguesia e ao bloqueio dominante por ela hegemonizado, que não mediram esforços para sabotar um projeto que em sua expressão mais radical foi incompatível com sua dominação de classe.

A alternativa proposta por nossos autores é a reivindicação de uma democracia de novo tipo, a democracia alternativa da população, uma democracia “nova, absoluta, ilimitada e incomensurável”. Contudo, desafortunadamente, apenas se limitam à enunciação, a uma invocação apaixonada, a favor de uma nova forma política definida em termos tão categóri-

cos, como os que enunciamos anteriormente; porém, sem aventurar-se a identificar quais poderiam ser os sujeitos de semelhante projeto emancipador e, ainda menos quais seriam as formas institucionais que o mesmo poderia assumir. É muito difícil para quem se identifica com a tradição do realismo político que coloca numa linha vermelha, autores como Maquiavel, Marx, Lênin e Gramsci, não expressar seu profundo pessimismo diante de uma eclosão de romanticismo político tão acentuado como o que se reflete nos escritos de H&N. Uma democracia absoluta e ilimitada? Bem... Contudo, seus advogados deveriam saber que toda forma estatal – e a democracia é indubitavelmente uma forma estatal – repousa sobre uma ordem econômica e social dividida em classes. Essa ordem é, o que eles denominam império, o capitalismo. Pode o capitalismo admitir uma proposta democrática como a que dão alento H&N? De nenhum modo, tendo em vista que nem sequer a modesta “democracia burguesa” consegue ser plenamente aceita. Pode uma proposta como essa existir palmo a palmo com um regime universal de exploração? Tampouco. Que grau de credibilidade pode ter então um argumento que enquanto propõe uma novíssima forma de democracia – absoluta, incomensurável, ilimitada – guarda um estrondoso silêncio diante das estruturas de exploração e opressão classista, sexista e racista que constituem a base de sustentação do império? Poderia se argumentar que H&N dão por supostas todas essas considerações. Lamentavelmente, não é isso o que ocorre. Não se trata, sem embargo, de uma premissa silenciosa eficazmente subjacente a um argumento de uma nova democracia, mas sim de uma radical subestimação do que significa o capitalismo – e a sociedade capitalista – em sua fase atual. Parafraseando o que certa vez disse Nicos Poulantzas, quem não está disposto a falar sobre capitalismo deve permanecer em silêncio quando a democracia entrar em discussão. É precisamente essa indiferença diante da especificidade do capitalismo que torna possível prenciar uma proposta democrática como a que estamos vendo – que silencia em relação ao capitalismo e corta na raiz qualquer pretensão de aboli-lo. Como eliminar a suspeita de que levados pela mão de um certo ecletismo teórico e político nossos autores não estejam negando a existência de uma incompatibilidade entre uma democracia absoluta e esse tipo histórico de sociedade que, supostamente, já não seria mais capitalista, mas pós-moderna e, por conseguinte, livre dos condicionamentos estruturalmente antidemocráticos descobertos por Marx? Poderíamos responder dizendo que tudo isso está implícito nas proposições de H&N e que é dado como hipótese. Sem embargo, um tema tão importante como esse não pode permanecer nas sombras, especialmente levando-se em consideração os erros grosseiros de interpretação que caracterizam o argumento central do Império. Em todo caso, continua em pé a instigante pro-

posição, anteriormente colocada – que poderíamos reformular desta forma: “Até que ponto é possível formular um discurso democrático spinoziano – independentemente de nossas dúvidas acerca de que seja a maior herança teórica à qual valer-se para repensar o tema da democracia em nosso tempo – abstendo-se por completo de abordar a problemática da exploração capitalista?”

Numa forma belamente poética, H&N dizem: “Oxalá possamos, misturando a carne com a inteligência da população, gerar através de uma grande obra de amor uma nova juventude para a humanidade.” (H&N, 2002: 166). Talvez se refiram ao que Marx delineou como a necessidade de pôr fim à pré-história bárbara da espécie humana para dar início à verdadeira história da humanidade. Com uma diferença: enquanto que para o filósofo de Tréveris isso só seria possível uma vez consumada a revolução socialista, convertido o proletariado em classe dominante e cumprido o programa de transição em direção à sociedade sem classes – o que teria como resultado o fim de toda exploração –, para H&N essa empresa histórica se resolve no nível macro e no plano dos corpos, apelando para as virtudes da salvadora mistura de carne com inteligência. Contudo, não há nada na história da humanidade que permita avaliar tamanha ilusão. ☹

Atilio A. Boron é secretário Executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e professor de Teoria Política e Social na Universidade de Buenos Aires – Argentina. Tradução de Maria Lucilia Ruy.

Notas

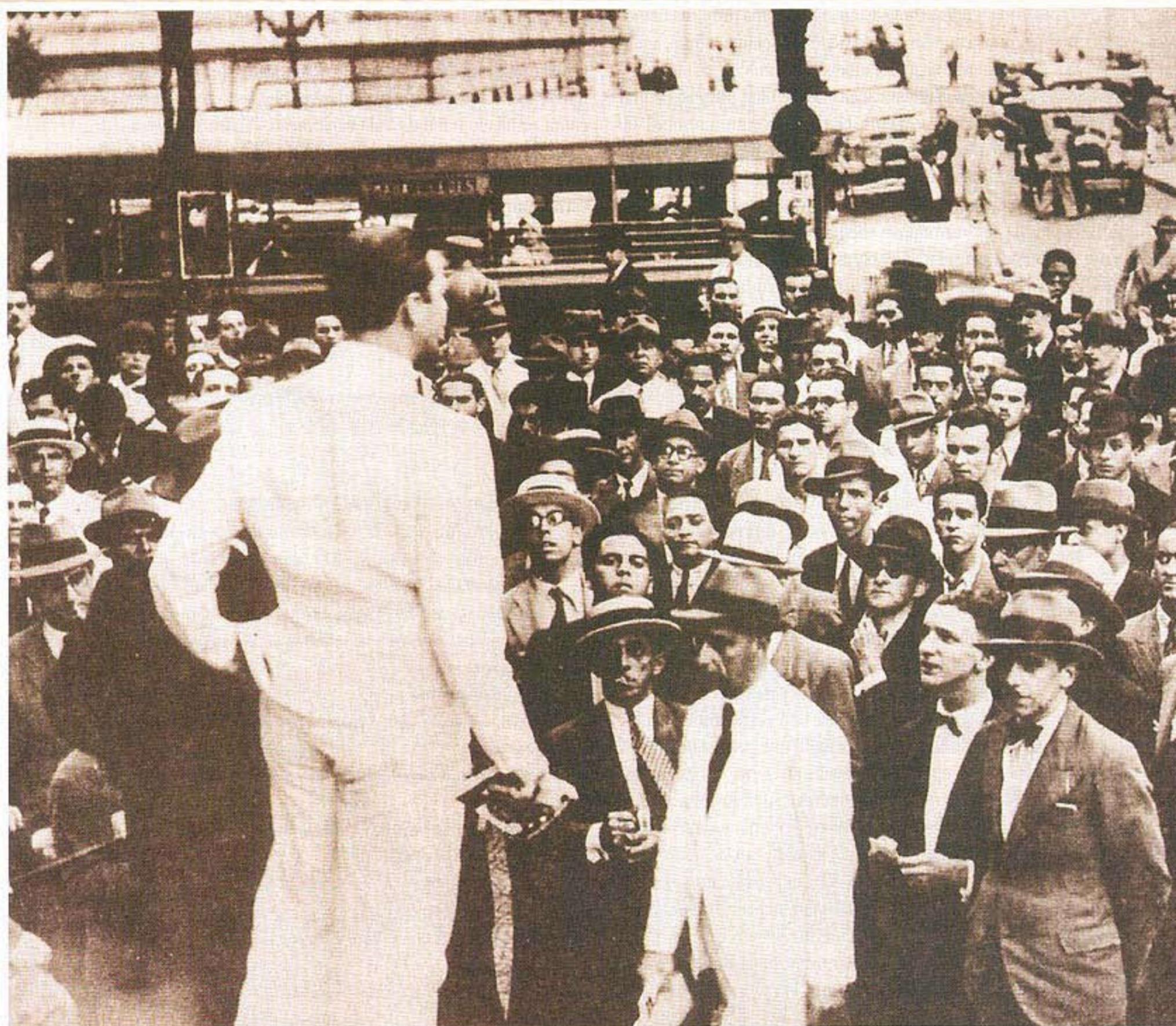
Todas as referências entre parênteses pertencem à edição em espanhol da obra, publicada sob o título *Império* (Buenos Aires: Paidós, 2002)

Bibliografia

- BORON, Atilio (2002). *Império & Imperialismo*. Buenos Aires: Clacso.
- _____. (2002) *Tras el Búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____; GAMBINA, Julio & MINSBURG, Naum (org.) (1999). *Tiempos violentos. Neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso/Eudeba.
- CHOMSKY, Noam (2001). *El terror como política exterior de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.
- _____. (1998). *Noam Chomsky habla de América Latina*. Buenos Aires: Editorial 21.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (1999). *Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado*. Madrid: Ediciones Sequitur.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2002). *La multitud contra el Imperio*. In: OSAL, Buenos Aires, n° 6, junho.
- _____. *Empire*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. Tradução para o espanhol: *Império*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- KAPSTEIN, Ethan (1991/92). *We are us: the myth of the Multinacional*. In: “The National Interest” (Winter).
- MEIKSINS WORD, Ellen 2000. *Trabajo, clase y Estado en el capitalismo global*. In: OSAL, Buenos Aires, n° 1, junho.
- THE ECONOMIST. *The Future of the State*. Setembro, 20/26.

JOÃO CAMARGO e o PCC do

das primeiras lutas à reorganização



AZONAS

Brasil

na Mantiqueira



Atividade pública da ANL

*“O Partido é como a fênix:
quando se pensa que acabou tudo,
ele renasce das próprias cinzas.”
(João Amazonas)*

Por ocasião da passagem de um ano de seu desaparecimento, em 27 de maio de 2003, Princípios publica trechos de depoimento inédito do dirigente comunista João Amazonas, gravados pela Comissão de Redação da História do PC do Brasil em 2001.

“Meu pai era padeiro e minha mãe, doméstica. Tiveram oito filhos. Três mulheres – as primeiras –, e depois cinco homens – sendo eu o primeiro deles. Nasci em 1º de janeiro de 1912. Tivemos uma vida difícil. Meu pai ganhava um salário e, com família tão grande, não poderia ser de outra forma. Estudávamos num grupo escolar. Meu pai morreu, num 15 de novembro. Ele estava numa cidadezinha do interior passando uns dias para ver se melhorava de saúde (tinha tuberculose). Eu e um irmão fomos fazer-lhe uma visita. Quando chegamos lá, ele já estava principiando a morrer – em umas duas horas estava morto. Foi terrível. Uma barra muito grande para todos nós. Chegou a me dizer antes, caminhando, assim, na rua conosco: “Agora você tem de assumir a chefia da casa. Você é o homem

da casa.” E o que eu ia fazer? Após o grupo escolar entrei para uma escola prática de comércio, porque ensinava à noite e de graça. Eu trabalhava até as 19 horas e depois freqüentava essa escola, na qual cheguei a me formar.

As transformações democrático-burguesas começavam a entrar na ordem do dia e se refletiam fundamentalmente nas lutas que ocuparam toda a década de 1920-30. Vivendo no Pará, não fiquei ausente dos problemas e de toda essa movimentação. Começava a me interessar ainda muito jovem pelas questões sociais e políticas. O coronel Barata foi indicado interventor no Pará e fazia uma grande divulgação das propostas do governo Vargas.

Sede da ANL no Rio de Janeiro.



Eu trabalhava numa fábrica que tinha uns 600 operários e operárias, e comecei a tomar algumas iniciativas pessoais – mas, sobre o Partido Comunista do Brasil ainda não sabia nada. Isso mostra que o Partido não tinha uma presença política no Estado se não, eu teria observado de alguma forma. (À época, me parecia que Partido Comunista só existisse na Europa. Lembro-me de ter visto, aos meus sete anos, minha mãe abrir uma revista – nunca me esqueço disso – e numa das páginas tinha um bicho horrível. Perguntei a ela: “O que é isso aí mãe?”. Ela disse: “Esse bicho está devorando a Europa.” Estava escrito lá: “bolchevismo”. Eu nunca me esqueci disso porque me impressionou, como garoto – um bicho daqueles estar devorando a Europa!).

Escrevi então uma carta para o secretário de Trabalho (a Secretaria de Trabalho havia sido criada com a revolução de 30), denunciando os abusos da fábrica e reivindicando jornada de oito horas de trabalho. Ia fazendo ações como essa por conta própria, achando que o movimento de 1930 trazia uma renovação e que a gente tinha de mudar algumas coisas.

Em seguida, descobri o Partido. Apareceu um livro sobre medicina e outro sobre um engenheiro brasileiro na União Soviética. Isso chamou minha atenção para uma situação em que as coisas eram diferentes. Nessa época havia grande efervescência política em nosso país. Comecei a me interessar por esses assuntos maiores. Trabalhava todos os dias, até aos domingo pela manhã, numa fábrica (de chocolates, biscoitos, doces e massas). Cheguei em casa num domingo, em abril de 1935, e como de costume fui me deitar após o almoço, já que era a nossa folga. Levei o jornal, deitei-me na rede e comecei a ler. De repente, vi: “Aliança Nacional Libertadora é comunista” – esse era o título de uma notícia sobre um comício que a ANL tinha feito no Rio de Janeiro sobre o qual havia ocorrido intervenção da polícia. Abaixo uma notinha dizia: “Hoje Comício da ANL no Largo da Pólvora, em Belém”. Desisti de dormir, botei o jornal de lado, vesti-me e fui correndo para o comício. Devia ser umas quatro horas da tarde, e lá havia umas 150 pessoas. Assim que pude, puxei o paletó de um homem que estava falando e perguntei onde ficava a sede daquele movimento. Ele me deu o endereço. No outro dia, saí da fábrica às sete horas da noite e fui imediatamente para lá. Cheguei, entrei e comecei a perguntar o que e como era aquele movimento, etc.

Encontrei o Partido. E ali apareceu acho que o Dalcídio Jurandir, um escritor interessante e um jovem combatente também. Perguntou-me se eu não queria entrar para a juventude comunista. Disse que sim, que estava lá para entrar para o Partido: “Quero ver como é esse negócio

de Partido”. Passei uns quinze dias na juventude, e então eles resolveram que eu deveria entrar para o Partido, pois trabalhava numa fábrica que tinha muitos operários. Já como integrante do Partido convidaram-me para receber uma delegação da ANL que havia chegado ao Pará para fazer agitação (um jornalista e o comandante Roberto Sissom, da Marinha, eram as principais figuras). Porém, não puderam realizar nenhuma atividade,

do Partido na fábrica com uns seis ou sete membros.

Em seguida, avancei para a idéia de criar um sindicato. O Partido dizia que deveria haver organização de massa, etc; e na fábrica não tínhamos um sindicato. “Vamos ver como se organiza um”. Apoiados em nossa célula, fomos trabalhando e acabamos organizando um sindicato da fábrica – uma ação importante.

Ao lembrar hoje de minha juventude, vejo que tinha



Da esquerda para a direita, João Amazonas preso em Belém, Pedro Pomar e Maurício Grabois.

porque quando chegaram já tinham fechado a ANL.

Foi assim que eu entrei para o Partido. A Aliança teve papel na divulgação nacional do Partido, porque a própria imprensa a divulgava como uma organização comunista. E esse “comunista” chamava a atenção dos trabalhadores e das pessoas que tinham interesse numa nova vida. Desde aí passei a atuar no Partido Comunista. Até hoje. Entrei de vez, pra valer. Isso foi em abril de 1935.

No Partido, logo fui indagado sobre a possibilidade de organizar uma célula no meu local de trabalho. Respondi: “Vamos ver. Como é isso?”. Explicaram-me como era e fiquei pensando: “Nunca tinha ouvido falar do Partido e como vou saber agora quem é comunista?”. No outro dia comecei a prestar mais atenção nos operários e nas operárias que trabalhavam comigo. Alguns deles se destacavam; um era da Catalunha, o Vicente Alonso Dias – uma pessoa muito interessante. Fui até ele e perguntei: “Você não conhece um outro comunista?”. Ele respondeu: “Tem um outro companheiro espanhol muito bom”. Conversamos e decidimos ver se encontrávamos outros companheiros. Achamos uma companheira e organizamos uma célula

muito arrojo – em tudo o que fazia. O governo começou a repressão sobre a ANL e anunciou, até mesmo, a pena de morte. Na esquina da fábrica, que ocupava quase um quarteirão inteiro, havia uma Caixa D’Água – um edifício de ferro que era o pico mais alto da cidade. Em seu topo havia um mastro em que se colocava uma bandeira brasileira em dia de festa, que era vista de toda a cidade. Falei para os companheiros: “Vamos botar uma bandeira lá” (o governo tinha anunciado que ia pedir a pena de morte para os comunistas). Mas era complicado porque havia vigias. Organizei um plano. Fui até a casa de uma companheira (que depois foi casada com o Jurandir) e pedi para ela fazer uma bandeira imensa de 12 metros, com a palavra de ordem “Viva a ANL! Abaixo a pena de morte!”. Observei a rotina do porteiro. Era ele que, no dia da festa do Círio do Nazaré, colocava uma bandeira brasileira naquele pico. A gente a podia ver de toda a cidade. Mas eu pensava: “Se botar a bandeira aí eles retiram logo”. Então, seria preciso bolar uma idéia para eles não conseguirem retirá-la. O negócio seria fazer um arranjo nas pontas onde se colocava a bandeira, com uma espécie de argola no próprio fio de arame grosso, e puxar para ficar apenas uma ponta. Fazendo



Passeata contra o Eixo, Rio de Janeiro, em 30/6/1942

chegava o fim daquela escada de ferro – e eu com a bandeira amarrada no peito. Quando conseguimos alcançar o topo, olhamos a movimentação da área, fizemos a operação e botamos a bandeira. O companheiro sapateiro fez a argola para ficar numa ponta só e aí nós a suspendemos. Era noite e ninguém estava vendo. Fizemos tudo certo. Ainda escrevemos com piche na parede, descemos e fomos embora. Voltamos para casa completamente sujos de piche. Naquele tempo, sem nenhuma experiência, na hora de lavar as mãos, custou para sair – seria necessário usar gasolina e nós não sabíamos. Levamos muito tempo para tirar o piche.

De manhã, foi um sucesso enorme: toda a cidade despertou e foi uma agitação daquelas. Em todo lugar e nas esquinas tinha gente olhando a bandeira vermelha na Caixa D'Água. Todo mundo falava naquilo e foi engrossando aquele movimento. A excitação tomou conta da cidade. Mobilizaram bombeiros e mais o que puderam para tirar a bandeira, e não houve jeito (só conseguiram à tarde; tiveram de chamar um moleque acostumado a subir em açazeiro). Esse fato teve uma grande repercussão. Comecei assim, fazendo uma onda que não tem tamanho!

Essas são algumas passagens dos meus primeiros tempos no Partido.

Não é preciso dizer que esse período de 1935 é um período de grandes movimentos revolucionários no mundo. E também com grandes perseguições por toda

isso eu puxaria e a bandeira iria lá para cima. Assim, não haveria como baixá-la. Como a companheira não tinha força suficiente para fazer isso, arranjamos um camarada sapateiro, que mexia com alicates e sabia cortar. Ficamos uma noite lá, pulamos o muro alto, com a ajuda da célula do Partido, e passamos para dentro dessa Caixa D'Água. Aí fomos subindo (devia ser umas 2 horas da madrugada), mas como a Caixa D'Água ficava na área da prostituição, a região era muito movimentada. Fomos subindo, subindo, e nunca

parte. No Brasil a ANL durou apenas três meses. Teve apenas três meses de legalidade. Depois foi fechada. Os comícios eram gigantescos. Comícios enormes, imensos. Exatamente por isso, o Getúlio fechou a ANL. Ela tinha à frente elementos de destaque, como o comandante Sissom, da Marinha, e o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Em seguida cometeu-se o erro – na minha opinião – de descambar para a ação militar, de quartel, mas ainda não se havia enraizado o movimento nas massas cidadinas.

Fugindo da prisão para reorganizar o Partido

Depois de uma grande atuação no movimento sindical, passado algum tempo, fui preso. Fiquei quinze dias na prisão em abril de 1935. Tive a primeira sensação da prisão: de repente você se vê dentro de uma jaula, tudo cercado com grade, tudo fechado, ali, sozinho. Ficava pensando: “Isso não pode existir. É um absurdo uns caras com poder para pegar a gente e botar dentro de um troço desses”. Enfim, o nosso advogado foi até lá e me soltaram. Em seguida, houve uma sucessão de prisões: fui preso, depois tornei a ser preso, condenado, fui para a cadeia e passei lá uma porção de tempo. Quando a União Soviética foi atacada pelos nazistas nós estávamos na cadeia! Fizemos então uma sessão memorável dentro da prisão – éramos uns oito ou dez companheiros – mostrando que o ataque à União Soviética era um ataque aos trabalhadores do mundo inteiro. “E nós, o que vamos fazer? Ficar na cadeia? Não, temos de sair daqui para reorganizar o Partido, para ajudar a reorganizá-lo”. E fizemos um plano de fuga muito bem construído. Numa noite a gente começou a serrar (com uma serrinha muito fina) o assoalho para passar ao porão da prisão. E em todas as noites serrávamos cada vez um pouquinho. E assim fizemos. Chegou a hora combinada. Uns saíram pela frente porque chovia. O nosso plano era sair por trás. Mas havia um cachorro que era preciso eliminar, mas não conseguíamos (colocávamos veneno na comida dele, e nada). No plano estabelecemos que o Pomar e eu iríamos ao Rio de Janeiro. Mas não havia avião. Por navio seríamos presos porque eles se comunicavam com os portos e fatalmente seríamos capturados num deles. Então, fizemos um plano mais complexo. Pomar e eu iríamos ao Rio de Janeiro, um estudante e um operário (da ParaElettric) iriam para Manaus, o Agostinho Oliveira (que depois foi deputado do Partido), para Santarém. E assim distribuimos as fugas. Mas tudo isso precisaria funcionar naquela noite. Havia muitos navios que saíam para o Baixo Amazonas e para a área que tínhamos de ir: por Marabá. Ia ser necessário percorrer trajetos de uma verdadeira epopéia –

caminhos não dantes navegados e não percorridos, como se diz.

Assim, Pomar e eu fomos numa pequena embarcação até Marabá. Chegamos lá quase sem dinheiro — tínhamos uma arma e a vendemos para um médico, nosso amigo. Foi um dinheirinho que nos ajudou um pouco no resto da viagem. Navegando com aquele motorzinho pelo Tocantins, fizemos uma viagem longa. Da cidade de Peixe, a última do rio Tocantins, não havia caminho para lugar algum. Ficamos estudando para ver como iríamos fazer: tínhamos de cruzar pelo meio da mata. Fomos ver se encontrávamos algum guia que conhecesse o caminho para nos ajudar. Descobrimos havia chegado o primeiro caminhão, vindo de Anápolis, e que iria voltar no dia seguinte. Isso resolveria o nosso problema. Fomos até lá. O caminhão levava serras e machados, porque fora fazendo a estrada naquela região de planalto. Onde havia riacho ele cortava uma árvore, fazendo às vezes um “mata-burro”; na volta, ia comprando couro. Viajamos em cima do caminhão. O

volume do couro ia aumentando, e nós ficando cada vez mais altos. Num desses mata-burros, o sujeito nos avisou: “É bom saltarem todos”. E pegava do outro lado. Num deles em que o sujeito disse que não precisaríamos sair, não é que quebrou o mata-burro no meio da passagem (de quase 4 metros de altura)? E a gente lá em cima do couro! Aquilo quebrou e nós fomos entornados. Caí com a cabeça na pedra e fiquei com o pescoço doendo... No final, acabamos chegando em Anápolis. Ao todo demoramos um mês e tanto para chegar. Foi a nossa salvação: lá pegamos um trenzinho danado e fomos adiante.

Um mês e tanto de viagem com cenas incríveis. Nessa viagem pelo Tocantins, teve um lugar, acho que Santo Antonio, um lugar pobre em que tínhamos de esperar um outro motor que fosse adiante. E nesse local, vimos (de dentro de um quartinho que ficava de frente para o rio) os pecadores remando apressados. Havia uma gritaria na cidade, todo mundo chorando... Era um incêndio nas malocas. O Pomar e eu saímos correndo, fomos organizar

Comício do PC do Brasil durante a campanha eleitoral. São Paulo, 1945.



o apagamento do incêndio. Pegávamos as latas que encontrávamos por lá e fizemos uma fileira de gente que ia do rio até onde estava o incêndio. Passávamos o balde d'água de um para outro e ele voltava vazio para o lado de lá. E foi assim que se apagou o incêndio. Foi uma tristeza, queimou todos os pertences daquela gente pobre...

Em outra sanha interessante, numa noite chovia muito e o motor parou numa praia, porque não viajava durante a noite, e o cara disse: "Vamos entrar aqui na picada, dormir na casa de uns caçadores, e amanhã voltamos". Lá fomos... E quando chegou na casa dos caçadores havia muitos couros de onça espalhados. Perguntei: "Tem muita onça por aqui?". E ele disse: "Tem, às vezes elas urram aqui perto mesmo". A casa era de palha e o quarto deles era fechado, mas os visitantes, como nós, cada um montava a sua rede na varanda do lado de fora. Foi um pesadelo...

A certa altura chegamos em Carolina, que já era uma cidade mais avançada, mas era tradicional. Conversamos com certas pessoas que eram progressistas – algumas falavam na Coluna Prestes, que havia passado por lá. Um senhor de Santarém que tinha um piano velho nos disse que ele havia sido tocado pelo João Alberto, um dos comandantes, durante uma noite inteira. Ficamos lá esperando por vários dias até aparecer uma condução que nos levasse a uma cidade chamada Porto Nacional, que, por sua vez, era dominada pela Igreja, a dona de tudo. O lugarzinho onde ficamos pertencia à igreja e tinha de ser pago. E de Porto Nacional para a cidade de Peixe foi preciso contratar dois canoieiros que faziam a viagem numa canoazinha com varas. Quer dizer, eles iam tocando com varas contra a corrente. E lá fomos assim... Até a cidade de Peixe.

Bem, de Anápolis fomos ao Rio de Janeiro em setembro de 1941. A URSS havia sido atacada em junho. Era um momento de movimentação em todo o mundo. Hitler tinha subido ao poder na Alemanha e fazia a guerra. O fascismo tomava feições muito complexas. No Brasil, tivemos páginas terríveis na nossa história. Torturas, prisões... Foi um período difícil. Duro demais. Foi bárbaro esse período. Foram anos de perseguição. Até 1941-42 ocorreu a última revoada da reação contra nós, violenta, em que prenderam toda a direção do Partido. O Prestes já tinha sido preso antes, em 1936 e, em 1939, caiu o restante da direção do Partido. Prenderam todo mundo. Pensava-se: "O que é que se vai fazer agora? O que a gente vai fazer?". Numa situação histórica em que o Partido era mais necessário do que nunca...

Na CNOP e na Conferência da Mantiqueira

A mãe do Pomar estava morando no Rio de Janeiro. Lembro-me que ficamos uns dois dias na casa dela e começamos a nos ligar, com dificuldades, ao Partido – ali

também destruído e sob muita vigilância. Depois propus ao pessoal: "Não seria o caso de eu ir para Minas Gerais e reconstruir o Partido lá (onde o Partido tinha sido destruído e um companheiro dirigente nosso assassinado)?". Então fui enviado para Minas em fins de 1941, início de 1942. Passei um ano e meio em Belo Horizonte. Recebi, lembro-me bem, 200 mil réis na época (uns 200 reais de hoje). Era tudo o que tinha: uma passagem de trem e 200 reais. Se não tem Partido, e o Partido está destruído, é uma coisa terrível...

Cheguei lá, arranjei uma pensão e paguei por 15 dias. Fui procurar e consegui um emprego. Fiquei segurando a situação dessa forma para poder reorganizar o Partido. Reorganizei-o e saí de lá já às vésperas da Conferência da Mantiqueira. Fui para o Rio de Janeiro para ficar na organização nacional.

O Partido havia sofrido uma repressão violentíssima. Fomos sendo, todos nós, presos nos estados. Todo mundo acabou preso. Foi assim no Pará. E o Partido destruído... A reação por toda parte. Filinto Müller tinha feito uma declaração: "Dentro de 10 anos não se ouvirá mais falar de Partido Comunista do Brasil. Está liquidado!". E isso numa hora crucial em que a URSS estava sendo atacada pelo nazismo... Então a nossa tarefa naquele período teve muita importância: a reorganização do Partido.

Quando chegamos ao Rio de Janeiro estabelecemos contato. Era o Grabois e o Amarildo Vasconcelos, que era jornalista. O Grabois tinha saído da prisão tinha pouco tempo – havia sido condenado a dois anos e já tinha cumprido a pena. Havia ainda o Ivan Ramos Ribeiro, que era oficial do Exército (também condenado, cumpriu a pena e saiu). Então, com eles foi sendo organizada o que se chamou Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), buscando contato por toda parte. Depois chegou o Diógenes Arruda, que tinha vindo da Bahia para ajudar (como não podia ficar lá foi para São Paulo). E aí nos pusemos em ação. Porque até então se aglutinavam poucos na CNOP. E nela havia um capitão do Exército, Sérgio Machado, um homem abnegado que fazia trabalho junto às Forças Armadas. Pomar e eu nos agregamos a esse trabalho. Em conjunto, discutimos a necessidade da Conferência da Mantiqueira.

Eu trazia já o Partido reorganizado em Minas Gerais; precariamente, mas reorganizado. Em Minas consegui endereços de comunistas no Paraná. O Partido me mandou então ao Rio Grande do Sul para ver se fazia mais contatos. Fui para a cidade de Alegrete para procurar o pessoal que era ligado ao setor militar (que tinha sido condenado). No Rio Grande do Sul me reuni com antigos dirigentes do Partido (o Jacinto, um intelectual, e vários outros de quem não recordo os nomes, como um compa-

nheiro que esteve na guerra da Espanha – eram dois irmãos...). Tivemos, então, uma reunião no Rio Grande do Sul e tiramos delegados para a Conferência da Mantiqueira.

Passando por Florianópolis, tive uma conversa na rua e perguntei: “Aqui teve um estivador que foi deputado federal não é?” E o cidadão me disse: “É, o Ventura; o Álvaro Ventura”. “E ele ainda existe?”. “Existe, mora ali”. E me deu o endereço. Meti as caras e fui até lá falar com ele. Perguntei-lhe se poderia participar da Conferência da Mantiqueira. Ele me respondeu: “Não posso, não há jeito nenhum de eu poder ir. Mas pode dizer ao pessoal que apóio e dentro de um mês estarei no Rio de Janeiro para ajudar”.

Na minha passagem pelo Paraná procurei um professor de música. Tomei essa iniciativa porque havia conseguido o endereço de um companheiro de Belo Horizonte que morou muito tempo em Curitiba, conhecia o Partido e escreveu uma carta para ele. O camarada paranaense deu algumas indicações e levei dois companheiros do Paraná para a Conferência da Mantiqueira.

Estes foram os meus passos, juntamente com outros companheiros, para fazer a Conferência da Mantiqueira – um marco na história do Partido, sem dúvida nenhuma.

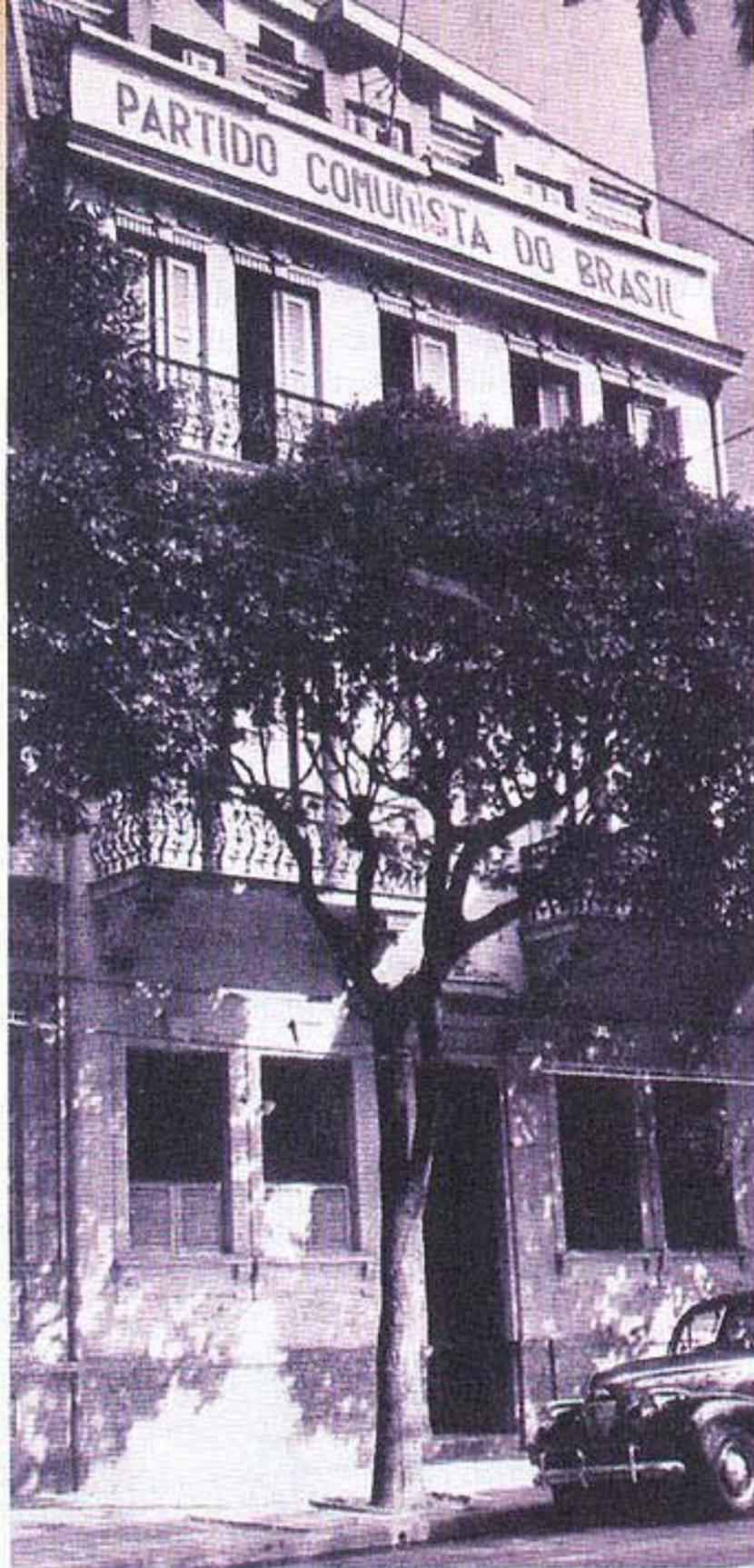
Um marco importante: assinala a reorganização do Partido nacionalmente e elege uma direção.

O Partido é, como se diz, como aquela ave, a fênix, que nasce das próprias cinzas. Quer dizer, quando se pensa que acabou tudo, o Partido renasce das próprias cinzas. Porque é um movimento; uma necessidade histórica. E acaba surgindo de qualquer forma, acaba se reorganizando.

Na Conferência da Mantiqueira, eu tinha 31 anos. A gente ia até Barra do Piraí e lá pegava um carro (daqueles mais antigos do mundo) para chegar a uma cabana (antigo local de produção, que não existe há muitos anos). Ali abrigamos a Conferência. E para fazer o plenário fomos buscar uns tocos de árvore, ou o que a gente encontrasse, para se sentar, porque tinha poucas cadeiras. Acho que reunimos 20 pessoas, ou um pouco mais. Assim de cabeça, posso dizer que havia os organizadores da CNOP: Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, De Marco, Ivan Ribeiro (capitão do Exército), Julio César (que já morreu); depois, vinha o Pomar e eu (que tínhamos ido numa correria para lá). Entrava o Arruda (que tinha aderido), o Armênio Guedes (que tinha ido junto com ele) e o Mario Alves; e, ainda, dois representantes do Rio Grande do Sul (Jacinto e outro) que eu havia levado; um outro do Paraná, levado

O povo comemora a rendição incondicional da Alemanha em São Paulo, 8/5/1945.





Sede do Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro.

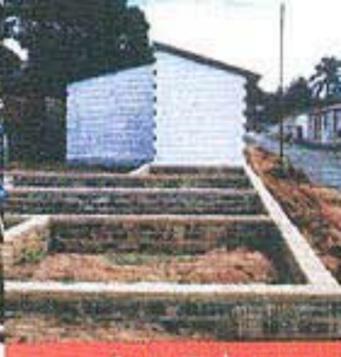
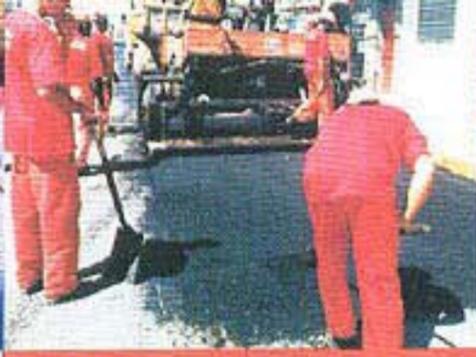
por mim, o Jorge Erlam; e de Minas Gerais havia um de Juiz de Fora, o Leopoldo. O José Medina também estava presente. Mais ou menos, foi essa a sua composição.

A Conferência da Mantiqueira é um marco na história porque mostra a capacidade do Partido de reagir às situações mais difíceis contra a reação. Conseguimos realizar uma conferência pobre do ponto de vista material. "Conferência da Mantiqueira" é um nome pomposo, mas seu local era um barraco sem condições de habitabilidade. Ali nós tivemos de improvisar, com tijolos, pedaços de árvores, etc, o local para poder realizar a Conferência. Mas, reinava aquela alegria dos comunistas, aquela confiança no Partido e no futuro. Foi um acontecimento histórico, ninguém se preocupou com as dificuldades. Todos nós vivíamos aquele momento de intensa alegria pela reorganização do Partido. Demos início, assim, à reorganização do Partido em todo o país. Na Conferência se elegeu o Comitê Central do Partido no qual foi incluído o

companheiro Álvaro Ventura (que não estava na reunião, mas estava de acordo com ela). E também foram incluídos o Prestes, que estava preso, e o Marighela (preso já fazia dez anos). Ali, foram eleitos o Ivan Ribeiro, o Pomar, o Mario Alves e eu, entre outros. Dessa maneira, foi criado um Comitê Central e começado um grande trabalho de organização do Partido.

Até então o Partido se organizava em alguns estados, mas tinha ainda pouca expressão nacional. O Partido resurgiu como organização revolucionária no nosso país, e isso foi conseguido na Conferência da Mantiqueira. Nela, nós elegemos um marítimo para Secretário-Geral do Partido e a segunda pessoa vinha sendo o Arruda, o nosso Secretário de Organização. Depois, Maurício Grabois, esse companheiro Amarildo Vasconcelos e o Sergio Machado, que era capitão do Exército. O Pomar e eu também entramos. O Partido organizado é outra coisa, não é aquela organização isolada, ainda sem uma direção nacional. O papel da direção nacional é fundamental para a existência e para o desenvolvimento da luta de um Partido Comunista.

Estávamos salvos do incêndio. Quer dizer, dava para se reunir e organizar o Partido. Havia uma grande confiança mesmo. Em todo caso, o Partido mostrou que não estava afeito com o combate a pessoas, e sim preocupado com as questões maiores. O Getúlio aparecia como um inimigo monstruoso, digamos assim. Mas nós, com o problema da guerra, com a Alemanha atacando a União Soviética, mobilizamos todos para ver se participávamos dessa grande luta contra o fascismo e o nazismo. Getúlio tinha mudado de posição devido ao Brasil ter sido obrigado a entrar na guerra contra o nazi-fascismo. Com isso, houve uma mudança muito grande, porque os comunistas deixaram de ser o alvo da perseguição. Agimos com muita habilidade, assumimos a Liga de Defesa Nacional, uma instituição histórica que existia ali na Lapa, envolvendo o nosso pessoal e simpatizantes nossos das Forças Armadas. A entidade virou um grande centro de ação política. Foi nessa época que estimulamos a mobilização contra o nazi-fascismo. Depois disso, veio a campanha da anistia e a libertação do Prestes. Houve diversos comícios e conquistamos a redemocratização do país. Fizemos um movimento popular de envergadura. E o Getúlio aparecia então na direção também desse novo quadro político no Brasil. Por isso os setores reacionários das Forças Armadas não tiveram dúvida (havia o general Dutra que jogava um papel importante) e deram o golpe. O golpe retirou Getúlio do governo e colocou um presidente interino. Mesmo sob restrições, o Partido viveu um período de vida legal, com ampla presença diante das massas e obteve significativa vitória eleitoral, participando da Constituinte de 1946.”



Orçamento Participativo: o povo decide

Asfalto e reaparelhamento de ruas

Restauração de Patrimônio Histórico

Construção de casas populares



Resgate do autêntico carnaval de rua

A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.



APONTOS



Limpeza de canais

PSF, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde e

Teoria

LENIN

e o partido de
vanguarda

Augusto C. Buonicore



Uma contribuição para o debate sobre a relação entre partido revolucionário e movimentos sociais



Não existe a priori um modelo único de organização leninista. Nesta nova fase de luta pelo socialismo, no início do século XXI, é preciso que repensemos coletivamente a forma-partido. Nesse sentido, Lênin pode nos oferecer pistas preciosas.

Talvez haja poucos marxistas que estudaram o problema do partido tanto quanto Lênin. No entanto, depois de sua morte, buscou-se reconstituir o seu pensamento, enrijecendo-o, dogmatizando-o. A teoria do partido político revolucionário leninista foi uma das principais vítimas desse processo de dogmatização. Por longas décadas buscou-se vender a idéia de que existiu em Lênin um único modelo organizativo de partido.

Todavia, em sua obra não existe a apologia de um modelo único e universal de organização revolucionária. Pelo contrário, nela existem inúmeros modelos e o desenvolvimento das suas propostas organizativas está intimamente ligado ao desenvolvimento do próprio movimento revolucionário russo.

O primeiro Lênin

A primeira fase de produção teórica de Lênin é pouco conhecida, particularmente sua elaboração sobre o problema do partido e da relação entre consciência e espontaneidade. Em sua obra *Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata*, de 1895, ainda não afirma, como faria posteriormente, que a consciência socialista deveria vir de fora da classe operária, trazida pelos intelectuais revolucionários. Nesse trabalho de sua juventude, a consciência de classe (revolucionária) nasceria diretamente, sem mediações, das próprias lutas operárias. Viria, inclusive, da luta econômica contra os patrões dentro das fábricas. Através da luta econômica os operários necessariamente adquiririam a consciência política de classe socialista. O papel da Social-Democracia seria unir as lutas isoladas a fim de acelerar o processo de formação da consciência revolucionária e socialista dos trabalhadores.

Nessa obra afirma: “A luta dos operários contra os fabricantes por suas necessidades quotidianas, por si só e de maneira inevitável, joga-os de encontro a problemas relativos ao Estado e à política, problemas referentes a como se governa o Estado russo, como se promulgam as leis e os regulamentos e a que interesses servem”. Esta citação parece deixar claro que a consciência nasceria de modo espontâneo e inevitável das lutas nas fábricas, a consciência socialista seria extraída dessa luta. As teses de Lênin dessa fase se aproximam bastante de algumas formulações de Rosa de Luxemburgo – com quem mais tarde travaria uma rica polêmica.

As formulações gerais de Lênin sobre a formação da cons-

ciência socialista e sobre o papel da organização revolucionária são de origem economicista. Sem dúvida, o jovem Lênin estava, por um lado, influenciado pelas grandes greves operárias de 1895-1896 e, por outro, pelo “primitivismo” teórico dominante nos círculos social-democratas russos.

No entanto, mesmo nessa época, o jovem Lênin tinha uma concepção muito mais avançada de luta da social-democracia revolucionária do que os economicistas. Embora afirme que a consciência política socialista poderia nascer da luta econômica isto não concedia à luta econômica a centralidade no processo revolucionário. A centralidade continuava sendo a luta política. A luta econômica culminará na luta política de classes, a sua forma superior.

No mesmo texto, afirma Lênin: “A luta da classe operária russa por sua emancipação é uma luta política (...) Na luta da classe operária russa por sua emancipação, o principal obstáculo é o governo autocrático (...) Por isso, a luta da classe operária russa por sua emancipação impõe necessariamente a luta contra o poder ilimitado do governo autocrático”.

A influência de Kautsky e a crítica ao economicismo

As greves de 1895-1896, ao contrário do que previu Lênin, não produziram automaticamente nem a consciência socialista e nem uma organização partidária sólida. Os economicistas parecem ter sido derrotados pelos fatos.

Como resultado desse processo, Lênin rompe definitivamente com as teses economicistas e passa a estudar com mais atenção o problema da relação entre a luta econômico-corporativa dos operários e o processo de constituição de uma consciência revolucionária e socialista. O problema do partido começa

a ganhar relevo na construção teórica de Lênin. Consolida-se nele a idéia de que somente o partido revolucionário poderia assegurar às lutas econômicas de massa uma saída política adequada.

Em 1899 escreve *Uma tendência Regressiva na Social-Democracia*, no

qual antecipa algumas teses que estão presentes em *Que Fazer?*. Afirma Lênin: “Em todos os países europeus, o socialismo e o movimento operário, em seu início, existiram separadamente. O movimento operário não sendo iluminado pela ciência de vanguarda de sua época continuava reduzido, fracionado, sem adquirir nenhuma importância política. Por isto, em todos os países vimos manifestar-se com força a tendência de fundir-se o socia-

lismo com o movimento operário num único movimento social-democrático; essa função dá origem a uma forma superior do movimento operário e socialista, o Partido Social-Democrata independente”.

A influência de Kautsky nessa obra é indubitável. Todo esse trecho baseia-se num comentário deste ao programa do Partido Social-Democrata Austríaco. Obra que também foi amplamente utilizada por Lênin na redação de *Que Fazer?*. O chefe da social-democracia alemã passa a ser o principal alicerce teórico das críticas leninistas ao economicismo.

Que Fazer?

Lênin começa, então, uma enérgica luta contra o economicismo e o espontaneísmo que solapava o processo de construção de um partido social-democrata revolucionário na Rússia. Em meio ao combate político-teórico ao economicismo escreve a obra *Que Fazer?*.

O livro foi publicado em março de 1902. Lênin sabia que para construir um partido verdadeiramente revolucionário, que pudesse cumprir as tarefas colocadas pela revolução, era preciso derrotar em todos os campos as concepções que negavam o papel da teoria revolucionária; construir uma sólida organização partidária; e colocar no centro da tática e da estratégia socialista a luta política revolucionária contra a autocracia czarista. A vitória do economicismo no interior do partido significaria a derrota da revolução russa.

A obra de Lênin foi um duro golpe na política dos economicistas, predominante no seio da social-democracia russa entre os anos de 1900 e 1902. Ela é um momento importante na elaboração da política de organização leninista e um dos marcos na construção do Partido bolchevique, da separação dos elementos “oportunistas” que se organizariam na corrente menchevique.

Lênin busca analisar a complexa relação entre o fator consciente e o movimento espontâneo das massas. Afirma ele: “A classe operária, pelas suas próprias forças, não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.”

Lênin se posiciona firmemente contra o culto da espontaneidade do movimento operário desenvolvido pelos economicistas. Para ele, “toda diminuição do papel do ‘elemento consciente’, do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários (...) o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta na subordinação à ideologia burguesa”.

Essa tendência à subordinação à ideologia burguesa se deveu ao fato de que “cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, está

Nesta nova fase de luta pelo socialismo é preciso que repensemos coletivamente a forma-partido.

completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores.”

Para Lênin, a social-democracia dirigiria a luta da classe operária “não apenas para obter condições vantajosas na venda de força de trabalho, mas, também, pela abolição da ordem social que obriga os não-possuidores a se venderem aos ricos”. Por isso, os social-democratas não podiam limitar-se à luta econômica, mas deviam, de maneira ativa, empreender a educação política da classe operária. “A ‘luta econômica contra o governo’ constitui exatamente a política sindical, que ainda se encontra muito e muito longe da política social-democrata.”

Devido, justamente, aos limites estruturais da luta econômica que a consciência política de classe não poderia nascer diretamente dela. A verdadeira consciência socialista não poderia nascer da relação direta, e exclusiva, entre operários e patrões dentro das fábricas. A consciência de classe era um reflexo da luta de classes no campo da política.

Afirma Lênin: “Todo aquele que orienta a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusiva ou preponderantemente para ela própria não é social-democrata; pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea”. Somente à burguesia interessaria reduzir a luta de classes apenas aos aspectos econômicos e sindicais. Por isso, para Lênin, “todo rebaixamento da política social-democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer do movimento operário um instrumento da democracia burguesa”.

Portanto, Lênin, em *Que Fazer?*, consolida e aprofunda a sua guinada antieconomicista e força a nota no sentido contrário das afirmações feitas por ele mesmo em 1896. Agora, nada se poderia esperar do movimento espontâneo das massas.

Para o Lênin de *Que Fazer?*, fiel discípulo de Kautsky, a consciência socialista só poderia ser importada de fora da classe operária. A razão disto é muito simples: a consciência socialista só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico que os operários por si só são incapazes de conseguir. Os portadores dessa ciência não poderiam ser os operários, mas os intelectuais revolucionários de origem burguesa e pequeno-burguesa. Mas Lênin, em uma nota, ao contrário de Kautsky, teve o cuidado de matizar a afirmação anterior e reconhecer que os operários poderiam participar da elaboração teórica (ou da construção da consciência socialista), mas não o fariam como operários e sim como teóricos do socialismo; ou seja, como intelectuais.

Levando ao limite algumas formulações presentes em *Que Fazer?* poderíamos chegar à conclusão de que o pro-

letariado não teria capacidade revolucionária autônoma e tenderia espontaneamente a fazer, eternamente, o trade-unionismo, submetendo-se passivamente à dominação política da burguesia.

Lênin parece, em tese, admitir que o proletariado pudesse ser instintivamente revolucionário e que, até mesmo, tenderia para o socialismo. Mas, de fato, para ele,

Lênin defende que todo membro do partido deve necessariamente incorporar-se a uma organização de massa.

esta capacidade permaneceria “em potência” enquanto os intelectuais revolucionários não as trouxeram à tona. Esta concepção, fortemente influenciada por Kautsky, iria conhecer retificações nos anos seguintes, especialmente após a eclosão revolução russa de 1905.

Uma polêmica internacional

O livro de Lênin de início não causa grande polêmica no seio da social-democracia européia. Ele é aceito inclusive pelos que brevemente seriam chamados de mencheviques (minoria). Afinal, existia um esforço comum na luta contra as correntes economicistas dentro do movimento operário russo. As coisas mudam após o II Congresso da POSDR com a cisão em torno dos métodos de organização. Lênin corretamente defende que todo membro do partido não só deve trabalhar sob a direção de uma organização social-democrata, como deve necessariamente incorporar-se a uma delas. Lênin neste ponto é derrotado no congresso, mas suas teses acabam, na prática, sendo vitoriosas e são incorporadas, como método de organização, inclusive pelos seus adversários.

Ao contrário do que afirmavam alguns críticos, nada havia de antidemocrático na proposta apresentada por Lênin. Elas visavam apenas a dar mais unidade e eficiência à ação política da social-democracia russa.

No entanto, havia pelo menos dois outros pontos na proposta de organização leninista, elaborada durante esses anos, que foram alvo de duras críticas por parte de inúmeras personalidades da social-democracia russa e européia. Os dois pontos mais polêmicos são: 1- O modelo de organização que se assentava quase que exclusivamente em um corpo de revolucionários profissionais e na mais rígida centralização que, inclusive, restringia os processos eletivos de base. 2- A afirmação da positividade da disciplina fabril imposta aos operários e que esta poderia

se constituir como base da própria disciplina partidária.

Rosa de Luxemburgo critica seriamente a proposta de Lênin de modelo organizativo, baseado nos revolucionários profissionais, os quais manteriam uma relação de exterioridade com a classe operária. Mas, acredito, que Rosa e Lênin não falassem a mesma língua. E o principal motivo para isto é o fato de que viviam em situações econômicas, política e sociais totalmente distintas. Rosa julgava Lênin, muitas vezes, tendo como ponto de referência a Alemanha e não a Rússia czarista.

A fórmula organizativa de Lênin – partido de quadros ou de revolucionários profissionais, relativização da democracia interna – correspondia plenamente à realidade russa, na qual imperava a mais irrestrita ilegalidade (inclusive para os sindicatos classistas). A realidade russa impunha a necessidade de um partido clandestino, centralizado, e dificultava a realização de um amplo debate interno. A desobediência a qualquer dos pontos das normas organizativas e de segurança poderia significar a queda de parte, ou mesmo de toda, organização partidária. Para Lênin, os métodos de organização e a abrangência da democracia partidária não poderiam ser considerados abstratamente.

Outro fato de que não podemos nos esquecer é a inexistência, pelo menos até 1905, de um amplo movimento das massas operárias na Rússia. E por fim, não me parece que Lênin buscasse transformar esse tipo de organização, indispensável a uma conjuntura de forte repressão, e marcada pela inexistência de um amplo e profundo movimento de massas, como um modelo que deveria ser mantido em outras conjunturas.

Embora na crítica de Rosa pudéssemos constatar, em certas afirmações isoladas, uma compreensão avançada

A revisão leninista

Os acontecimentos revolucionários de 1905 contribuem de maneira decisiva para a alteração das concepções de Lênin sobre a relação entre consciência socialista e espontaneidade operária e, portanto, sobre a própria política de organização da social-democracia russa.

A tarefa da vanguarda passaria a ser, segundo ele, dirigir a “atividade revolucionária espontânea das massas”, ou seja, as massas deixadas à sua própria sorte poderiam produzir algo mais que apenas o trade-unionismo. A história, que é o desenvolvimento da luta de classes, fez Lênin reificar e precisar algumas de suas teses presentes em *Que Fazer?*.

A ação espontânea das massas operárias urbanas, sem direção de uma vanguarda socialista, faz nascer os sovietes, dos quais os bolcheviques, num primeiro momento, se recusam a participar. Lênin, do seu exílio, conclama seus partidários a aderirem aos sovietes, criação das massas insurgentes e o embrião de um novo poder operário.

Lênin escreve: “Não nos isolem do povo revolucionário, mas nos submetamos a seu veredito em cada um de nossos passos e cada uma das nossas decisões; apoiemo-nos por inteiro, e exclusivamente, na livre iniciativa que emana das próprias massas trabalhadoras”. Curiosamente essa carta não foi publicada na Rússia, a fração bolchevique ainda estava impregnada pelo espírito de *Que Fazer?*, e por um certo preconceito em relação à ação espontânea das massas. No entanto, a proposta de Lênin acaba prevalecendo.

Não sem um forte tom de ironia Lênin chega a afirmar: “Nós, dirigentes do proletariado social-democrata, nos comportamos como aquele chefe militar que havia disposto seus regimentos de um modo tão absurdo que a maior parte de nossas tropas não participou ativamente da batalha”.

Entre 1906 e 1907, Lênin reforça essa guinada e enfatiza o caráter revolucionário das organizações soviéticas e a capacidade das massas elevarem-se espontaneamente ao nível da luta política revolucionária. Ainda durante o ano de 1906 fazendo um balanço da experiência dos Sovietes afirma: “Não foi nenhuma

teoria, nenhum apelo, nem a tática ou a doutrina de nenhum partido, mas a força da própria realidade que levou um órgão sem partido, de massas, à necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seu órgão”. Dois meses depois, Lênin repete o mesmo juízo: “Passando por cima das organizações, a luta proletária das massas converteu-se em revolução. Da greve política geral, o movimento elevou-se ao grau superior”.

Enquanto em *Que Fazer?* é a direção que indica as massas, espontaneamente trade-unionista, aqui, o caminho da revolução são as massas – espontaneamente revolucionárias –, que indicam o caminho da

A nova conjuntura impõe também um novo modelo de organização.

sobre a relação dialética entre consciência e espontaneidade, devemos constatar que, no conjunto, ela também não respondeu satisfatoriamente ao problema.

Rosa, no geral, ficou presa a uma análise fatalista do capitalismo. As contradições objetivas do sistema levariam automaticamente o proletariado a tomar consciência da necessidade de derrubá-lo; a consciência nasceria espontaneamente da luta econômica e social e a luta econômica tenderia a se transformar em luta política de classes. Essa concepção tendeu a subestimar o papel da vanguarda, do partido político revolucionário. Um erro que Lênin não cometeu.

revolução aos dirigentes socialistas.

A nova conjuntura impõe também um novo modelo de organização. Lênin passa a defender uma estrutura mais democrática e elástica, reivindica a entrada massiva de operários nas fileiras social-democratas, a fim de transformar “em vida os cinzentos esquemas dos intelectuais”; propõe que houvesse para cada intelectual várias centenas de operários.

A conclusão da guinada se deu com a publicação do texto *Doze Anos*, em 1906, prólogo de uma compilação de textos escritos pelo próprio Lênin entre 1895 e 1906. A primeira parte foi dedicada, quase exclusivamente, a “esclarecer” o papel desempenhado por *Que Fazer?*. Nele, respondendo a seus críticos, afirma: “O erro principal dos que hoje polemizam com *Que Fazer?*, consiste em desligar por completo esta obra de uma situação histórica determinada, de um período histórico concreto do desenvolvimento de nosso partido que passou há muito tempo. *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política iskristas, em matéria de organização durante os anos de 1901 e 1902. Um resumo, nem mais e nem menos.” e continua: “Nem mesmo no II Congresso pensei em erigir as suas formulações em algo programático, em princípios especiais”.

Referindo-se à questão da democracia interna no partido afirma Lênin: “O Partido Social-Democrata aproveitou-se antes de qualquer outro período passageiro de liberdade para introduzir em suas fileiras a estrutura democrática ideal, de uma organização aberta, como um sistema eletivo com uma representação, proporcional ao número de membros organizados, nos congressos. Esse procedimento não foi utilizado pelos social-revolucionários e nem pelos cadetes, os mais organizados dos partidos burgueses, quase legal e que possui recursos financeiros infinitamente maiores e tem a possibilidade de utilizar a imprensa”.

Lênin expressou nesse texto sua opinião de que não se devia atribuir à obra de 1903 um caráter teórico geral, nem mesmo tendo em vista a realidade russa pós-1905. No entanto, defende firmemente a política organizativa adotada em 1903 afirmando ter ela cumprido um papel de garantir a vitória sobre o economicismo, principal obstáculo à construção de um partido centralizado e forte em nível nacional. Afirma ele: “Fiz a distorção da nota distorcida pelos economicistas e precisamente porque corriji energicamente as deformações, a minha nota será sempre mais justa”.

Quando Lênin propugna que o Partido se abrisse para o ingresso de milhares de combatentes operários, houve duras resistências por parte de bolcheviques mais doutrinários, que acreditavam que a abertura do Partido levaria à sua descaracterização como Partido de Vanguarda.

Lênin reage com rigor a tais teses: “No momento pre-

sente, quando o heróico proletariado demonstrou na prática a sua disposição (...) de lutar num espírito puramente social-democrata, seria por demais ridículo duvidar de que os operários que ingressam no nosso partido (...) não sejam social-democratas em 99% dos casos. A classe operária é social-democrata por instinto, de modo espontâneo, e em dez longos anos de trabalho, a social-democracia fez muito, muitíssimo, para converter essa espontaneidade em consciência”.

Continua Lênin: “A clandestinidade desmorona-se. Avante, empunhai com maior audácia as novas armas, entregai-as à gente nova, ampliai as vossas bases de apoio, chamai todos os operários social-democratas, incorporando-os às centenas e aos milhares às fileiras das organizações do partido! (...) Deixemos de lado todo espírito mesquinho na necessária reforma do partido: comecemos sem dilação a nova via”.

No entanto, a revolução de 1905 é derrotada e o movimento operário e socialista entra num período de refluxo. O impacto da derrota da revolução e da repressão que se seguiu podem ser aquilatados pela evolução do número de militantes em Moscou. Dos milhares que existiam no auge da revolução restavam apenas 150 em 1909 e um ano depois, no auge da crise, não passavam de algumas poucas dezenas.

O impacto foi maior entre os intelectuais, a ponto de Lênin não conseguir montar uma nova redação para o órgão central bolchevique por falta de quadros. É um período de crise do movimento socialista e da própria teoria revolucionária. A nova tática aberta após 1905-1906 deveria ser defensiva e o próprio marxismo renovado. Lênin, novamente, seria um dos poucos a compreender que o movimento operário e socialista estava entrando numa nova etapa histórica.

A Contra-revolução e a organização do Partido Bolchevique

Mas a revolução foi derrotada e o movimento operário e socialista entrou em um período de refluxo. Lênin passou a advogar a necessidade de uma unificação de todas as correntes social-democratas no seio de um único partido. Então, em abril de 1906, foi realizado o 4º Congresso do POSDR – que ficou conhecido como o “congresso de unificação”. Nele estavam presentes as duas principais correntes da social-democracia russa: a bolchevique e a menchevique.

No início de 1907 teria início o 5º Congresso do

O partido deveria se adaptar ao processo revolucionário.

PSDOR. Todas as frações estavam novamente presentes e divididas. O grupo de Lênin era minoritário na fração bolchevique, mas teve aprovadas todas as suas propostas graças ao apoio recebido de parte dos mencheviques e dos socialistas poloneses e lituanos – Lênin e os mencheviques se unificaram para derrotar a corrente bolchevique abstencionista, dirigida por Bogdanov, que defendia o boicote às eleições da Duma, e à corrente menchevique liquidacionista. Lênin e Martov voltaram a compor o Comitê Central e participaram juntos da redação do jornal oficial: “O Social-Democrata”.

Esta unidade foi mantida até 1910. Ainda no começo deste ano o Comitê Central, de maioria bolchevique, resolveu conchamar uma unidade maior das correntes social-democratas. Os bolcheviques resolveram dar o exemplo e fecharam o seu órgão de imprensa *O Proletário*. As demais correntes – inclusive os mencheviques –, não seguiram esse exemplo. Mas, poucos meses depois o partido foi atingido por novas cisões. Desta vez foram definitivas, levando o POSDR a uma quase insolvência.

Em 1911 Lênin decidiu reorganizar o partido e, através dos membros do Comitê Central no exterior, convocou uma nova conferência partidária. E em janeiro 1912 realizou-se na cidade de Praga a 6ª Conferência Geral do POSDR. Lênin havia convocado todas as correntes socialistas, mas estas se decidiram pelo boicote. Isto, na prática, levou a conferência, na prática, a se transformar em Congresso de fundação do Partido Bolchevique. A Conferência de Praga antecipou em dois anos a grande cisão do movimento socialista internacional ocorrida em agosto de 1914, com a separação entre social-democratas e comunistas.

Formalmente, a Conferência de Praga não criou um novo partido. A direção eleita foi considerada a verdadeira direção do POSDR e foi retirado de todas as outras correntes o direito de falar em seu nome. Só havia um POSDR e seria o dirigido pelos leninistas. Esta visão foi contestada pelas demais correntes que tentaram se organizar utilizando a mesma legenda. A direção da 2ª Internacional reconheceu a ambas.

A reorganização do partido Social-Democrata, sob hegemonia leninista, coincidiu com a retomada das lutas operárias. Em abril de 1912 em resposta ao massacre de 150 trabalhadores na cidade de Lena, foi realizada uma greve de protesto da qual participaram mais de 400 mil trabalhadores russos. Ao final do ano mais de um milhão de trabalhadores havia participado de greves. No ano seguinte este número subiria para 1,5 milhões. Apenas até a metade de 1914 já havia entrado em greve o mesmo número de operários do ano anterior.

Este assenso da luta grevista foi barrado com a 1ª

guerra mundial em agosto de 1914. O início dessa guerra representou um marco na história do movimento socialista internacional, representou a falência da II Internacional que mergulhou no pântano do oportunismo e do patriotismo burguês.

Conclusão

Lênin compreendia o partido como um instrumento a serviço da revolução socialista e não como um fim em si mesmo. O desenvolvimento das formas organizativas estava intimamente ligado ao desenvolvimento dos processos revolucionários na Rússia. O partido deveria se adaptar ao processo revolucionário e não a revolução adaptar-se ao partido. Portanto, não existiria a priori um modelo único de organização leninista. Havia alguns princípios gerais aos quais poderíamos sinteticamente assim definir: um partido de vanguarda, orientado pelo marxismo, vinculado organicamente à luta do proletariado; um partido comprometido com a ruptura em relação à ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores e que se organiza a partir do princípio do centralismo democrático.

Nesta nova fase de luta pelo socialismo, no início do século XXI, é preciso que repensemos coletivamente a forma-partido e sua relação com os movimentos sociais. Nesse sentido, Lênin pode nos oferecer pistas preciosas, mas não pode responder por nós, pois este é o nosso problema, não o dele. ☹

Augusto César Buonicore, Historiador, doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp, membro do Comitê Estadual de São Paulo, do Comitê Central do PCdoB e do Conselho de Redação das revistas *Debate Sindical* e *Princípios*.

Bibliografia

- CARLO, Antonio, *A concepção de Partido Revolucionário em Lenin*. In: “Estudos Cebrap” (15), São Paulo, 1976.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1982.
- CRUZ, Humberto M. *Lênin e o partido bolchevique*, Seara Nova, Lisboa, 1976.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1989.
- JOHNSTONE, Monty. “Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda”. In: Hobsbawn, *História do Marxismo*. Vol.6. Paz e Terra, 1988.
- LÊNIN, V. I. *Que Fazer?*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.
- _____. *Um Passo à Frente, Dois Passos Atrás*, Edições Avante, Lisboa, 1978.
- _____. *1905 - Jornadas Revolucionárias*. Ed. História. Contagem - MG, 1980.
- LUXEMBURGO, Rosa. E Lênin, V.I. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda*. Ed. Nova Stella, São Paulo, 1985.
- MARX, ENGELS, LÊNIN e TROTSKI. *A Questão do Partido*. Ed. Kairós, São Paulo, 1978.
- VALADARES, Loreta, “Qual Partido?” In: *Princípios* 23, março-abril de 1992.

O PAPEL DOS movimentos NO "ASSALTO AOS CÉUS"

Jô Moraes



Ato na Avenida Paulista contra a invasão dos EUA ao Iraque/Foto: José Antonio

Os partidos revolucionários, até pela sua base teórica marxista, sabem muito bem que não há processo transformador sem a junção da consciência – materializada num projeto político partidário –, com o movimento espontâneo de massas. O desafio está na construção de um projeto estratégico transformador, adequado à atual etapa e à dinâmica de cada país, que consiga ganhar os melhores homens e mulheres que hoje saem pelas ruas do mundo buscando um melhor futuro para a humanidade

A exacerbação do modelo de dominação capitalista atual, de caráter neoliberal, tem provocado conseqüências sociais de grande abrangência. A vida humana alcançou um nível de degradação sem precedentes, materializando o veredicto de Mészáros, segundo o qual, “o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital”. Esta degradação não se expressa apenas na generalizada exclusão da produção, com o desemprego; do consumo, com o rebaixamento dos salários; da qualidade de vida, com as precárias vivências urbanas e ambientais; da perspectiva futura, com a crescente militarização do planeta. Esta degradação é amplificada pelo sentimento, em certa medida generalizado, de que não há alternativa histórica à presente barbárie.

Respondendo às pressões provocadas pelas angústias de seus conflitos cotidianos, a humanidade expressa seu inconformismo com a ordem vigente através do surgimento de um número crescente de manifestações, organizações e movimentos cuja característica central é sua diversidade temática, multiplicidade de sujeitos e seu atual estágio de articulação globalizada.

Esta reação contemporânea à barbárie ainda não foi inteiramente decifrada nas suas particularidades transformadoras. Muitos tentam “enquadrar” o movimento em suas análises e convicções pré-estabelecidas e não buscam compreender seu significado e suas perspectivas.

Há quem considere que o que ocorre no mundo quanto ao surgimento desses movimentos seja algo inteiramente novo. Sem dúvida, a novidade está na temática motivadora e na forma como eles se apresentam – temática e forma estas que refletem o estágio atual de exploração capitalista-imperialista. O seu caráter de movimento “dos de baixo” reproduz os passos da humanidade em outros momentos de sua história.

O espanhol, Manuel Monereo, em artigo divulgado por ocasião do II Fórum Social Mundial, chega a afirmar: “O que é decisivo neste ‘movimento dos movimentos’ é que

propõe, pela primeira vez nesta etapa histórica, um sujeito político dos de baixo, capaz de intervir na contradição global que opõe os globalitários aos povos e às populações”. Um raciocínio que, além de simplificar o alcance do confronto em curso, tenta camuflar a negação de um “sujeito político dos de baixo” já existente – o movimento operário, sufocado, temporariamente, pela ofensiva neoliberal e por sua crise interior.

O surgimento de um movimento de resistência amplo e generalizado frente à exacerbação da exploração e opressão de classe não é um fato novo. A evolução social é toda ela construída de confrontos permanentes entre antagonistas, onde o protagonismo dos explorados é o componente central das mudanças, como apreenderam os teóricos marxistas. Marx, em seu *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, lembra: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Esse movimento de resistência registrado pela história apresenta, em cada etapa, as particularidades de seu tempo. Na Grécia antiga o povo ateniense presenciou as lutas dos escravos das dívidas contra a nobreza. O império romano castigou impiedosamente a mais famosa rebelião de escravos liderada pelo gladiador Espártaco, derrotado após sucessivas vitórias. A rebelião da plebe e as revoltas camponesas contra os senhores feudais marcaram, no início do século quatorze, o fim daquele sistema, hegemônico até então. O histórico ano de 1848 presenciou levantes operários onde barricadas se ergueram nas ruas de Berlim, na Alemanha; de Milão na Itália; e de Paris, na França. As lutas contra a dominação colonial e mais adiante as lutas nacionais povoaram os séculos dezenove e vinte. Homens e mulheres atentos à história jamais esquecerão a força dos movimentos revolucionários que impulsionaram a independência formal no Brasil e a simbólica resistência do

pequeno Vietnã contra o todo poderoso império americano. Ninguém pode negar o extraordinário feito humano da revolução bolchevique de 1917, na União Soviética, quando se ergueu o primeiro poder dos que produzem a riqueza no mundo, que alcançou níveis de desenvolvimento invejáveis.

O grande desafio para aqueles que querem o progresso é apreender as particularidades dos movimentos de resistência da etapa presente, com o objetivo de potencializar suas demandas na perspectiva transformadora e contribuir para que sua ação não seja neutralizada pelos setores dominantes, exatamente aqueles que são responsáveis pelas suas dificuldades.

Características do movimento

A construção desses movimentos de resistência se realiza, hoje, sob o forte impacto das mudanças do mundo moderno. Nesse último meio século, a humanidade vem presenciando um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico, apropriado pelo sistema capitalista-imperialista que o usa para ampliar a exploração e responder aos impasses econômicos que enfrenta. Ao mesmo tempo em que se agiliza e se sofisticava o processo produtivo, descobrem-se profundos segredos da vida humana, generaliza-se o acesso à informação, alarga-se o fosso das desigualdades sociais, ocorre a banalização da violência, a degradação das condições ambientais do planeta, a supressão generalizada da liberdade.

Guerras se sucedem, desencadeadas pelo senhor do império, assumindo cada vez mais características de genocídio e de cínicas “guerras preventivas” contra hipotéticos “inimigos”. A exclusão e a discriminação generalizada atingem cada homem e cada mulher do planeta nas suas dimensões mais íntimas. Sobre os trabalhadores, em especial os fabris, o alargamento da exploração cai na forma mais dramática da superexploração de sua força de trabalho, com o aumento das horas-extras, o crescimento das doenças profissionais, a perda de elementares direitos trabalhistas.

Acompanhando essa ofensiva cresce a consciência humana de suas novas necessidades e brotam inumeráveis movimentos de resistência. “Surgem novas dinâmicas na vida social que aparecem em construções de identidades, formulação de reivindicações, criação de estruturas organizativas e novas formas de manifestação e de luta. Vale registrar a emergência da mulher na sociedade, o surgimento de um movimento cultural de massas, particularmente nos setores marginalizados e a intensificação do debate em torno das questões étnicas, raciais, ambientais, de comportamento, de orientação sexual, entre outras”, como indica o documento do 10º Congresso do PCdoB. Esses diferentes enfoques vêm produzindo uma imensa rede de organizações e articulações cuja abordagem e “descobrimto” constitui um grande

desafio a ser realizado por aqueles que compreendem o alcance transformador das populações em luta. Embora com pautas afins, estes movimentos assumem diversificadas formas a partir das realidades de cada país. Uma entidade de defesa ambiental na Europa apresenta contornos diferenciados de uma organização do Acre, com suas preciosas matas ou de Minas Gerais e seus abundantes mananciais.

Em escala mundial explode um amplo e radical movimento pela paz, particularmente após a ofensiva bélica do governo norte-americano; conduzida por um bárbaro imperador que semeia a morte pelas esquinas humanas.

Esse processo em curso, uma das resultantes da exacerbção da exploração neoliberal, ocorre ao mesmo tempo em que os movimentos de resistência tradicional, sobretudo o movimento operário e sindical, enfrentam profunda crise de múltiplas dimensões. Impulsionada pela desagregação da União Soviética e o fim das experiências socialistas do Leste europeu, “esta crise ganhou novas proporções, no entender do sindicalista Everaldo Augusto, com a predominância do neoliberalismo, da globalização neoliberal e da reestruturação produtiva. Os efeitos destes três fenômenos, agindo de maneira simultânea e combinada, produziram um resultado desastroso para as organizações sindicais e operárias no mundo todo. Os sindicatos ficaram de mãos amarradas diante do desemprego, dos ataques aos direitos trabalhistas, da precarização das relações de trabalho, do rebaixamento salarial, das privatizações”.

Particularmente no Brasil, uma outra dinâmica da resistência social também foi atingida. Embora por outras razões, esta crise chegou às demais organizações do povo, sobretudo as vinculadas ao movimento popular de corte urbano. As dificuldades do movimento organizado destes setores são consequência da falta de um projeto político transformador que potencialize sua ação; de alterações na vida urbana que deslocam o eixo de suas preocupações iniciais; e do surgimento de novas temáticas, como a da violência, que não se incorporavam às suas pautas anteriores. A ampliação dos

No Brasil, uma outra dinâmica da resistência social também foi atingida.

espaços de participação popular em governos democráticos representou importante conquista do processo político brasileiro. No entanto, ela se deu num quadro de crise do Estado que restringiu as respostas às demandas populares e num período em que o movimento se encontrava com enfraquecida autonomia, trazendo como consequência certo grau de paralisia, cooptação e institucionalização.

Num quadro já fragilizado como este, desencadeia-se

uma extraordinária ofensiva ideológica por parte do grande capital para tentar conter e “domesticar” as novas dimensões da resistência contra a exploração capitalista-imperialista.

Para combater o fortalecimento da ação coletiva procura-se exacerbar o individualismo como prática cotidiana, tentando-se desmoralizar a militância como opção da sociedade moderna. O espírito de competição é amplamente estimulado na sociedade. Os recentes programas chamados “reality-shows” são a expressão popular e sofisticada dessa ofensiva. Qualquer cidadão pode ganhar 500 mil reais se vencer seus contendores no período de convivência que são obrigados a realizar.

Aproveita-se a crise que se dá no interior do movimento operário e sindical para desmoralizá-lo e tentar desmontar sua estrutura organizativa unificada com a famosa pluralidade sindical, entre outras medidas que são aprovadas pelos governos.

Evitando-se potencializar a energia transformadora desses movimentos, fragmenta-se a apresentação das demandas de cada setor, retirando-se o enfoque totalizante do ser humano. Cria-se uma organização para tratar da saúde da mulher, outra para cuidar dos problemas da violência de gênero, uma outra mais para cuidar de programas de emprego e renda.

Diante da crise do poder público, fruto da implantação do “estado mínimo”, que se torna incapaz de responder às demandas populares, as novas organizações são usadas como um componente fundamental da nova dinâmica entre sociedade e Estado. Responsabilidades deste são repassadas para aquela. A feminista Sonia Alvarez, em estudo sobre os feminismos latino-americanos registra que “entre a

diversidade de organizações que compõem a sociedade civil, as ONGs (Organizações Não-Governamentais) agora são proclamadas ‘sócias’- chaves do Estado para avançar a mo-

dernização social e econômica”. No mesmo estudo ela cita Hulme para referir-se à larga história que as ONGs têm em realizar serviços aos pobres em países onde os governos carecem de recursos. E alerta: “A diferença é que, agora, elas são o canal preferido para a provisão de serviços, substituindo, a propósito, o Estado”.

Estabeleceu-se uma estratégia eficiente para interferir na temática e nas ações concretas de algumas organizações, através do financiamento realizado por agências internacionais que condicionam o apoio à natureza do projeto. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, realizada em

2001, por meio de uma amostra de 196 associadas, das 300 filiadas, e citada por Everaldo Augusto em seu trabalho apresentado ao 3º Encontro de Sindicalistas Classistas, em Porto Alegre, 78,75% dos recursos dessas organizações são originários de agências internacionais.

Ainda como parte dessa estratégia de “domesticação”, através da ofensiva ideológica do grande capital, procura-se fazer uma artificial separação entre a militância social e a militância política. Proíbem os partidos, enquanto estruturas políticas, de participarem da organização do Fórum Social Mundial. A artificialidade dessa separação pode ser comprovada pela experiência cotidiana. A militância política é o caminho natural dos que atuam nos movimentos, representando o crescimento da consciência com base na prática social. São raras as lideranças que não são integrantes ou simpatizantes de um partido.

Em que pese toda essa ofensiva ideológica atuando no sentido de neutralizar a ação dessa resistência, num quadro tão complexo como esse, não se pode cair em simplificações caracterizando a presença hegemônica de tal ou qual perfil de ONG ou movimento para estabelecer o seu potencial transformador. O atual estágio de desenvolvimento do movimento espontâneo das massas é de grande valia para a luta revolucionária anticapitalista, sobretudo pela sua articulação internacional e como tal deve ser valorizado. As mobilizações mundiais pela paz, ocorridas no dia 15 de fevereiro, do ano em curso, data definida no II Fórum, são a demonstração mais evidente desse potencial.

No último Fórum Social Mundial, só do Brasil participaram 8.503 delegados e 2.368 organizações, com uma diversidade de temas e estruturas a sinalizar possibilidades de um amplo fórum de lutas para momentos decisivos.

O desafio maior está na definição de uma estratégia que contribua para que esses movimentos superem seu horizonte de reivindicações imediatas, rompendo com as cadeias reformistas que as forças hegemônicas no mundo tentam manter sobre eles.

O Assalto “dos de baixo” aos Céus

A pressão da vida e a intensidade dos conflitos vêm conduzindo a articulação antiglobalização a colocar na sua agenda os eixos centrais da pauta política do mundo moderno, isto é, a luta contra o neoliberalismo. A declaração-síntese de Porto Alegre II inicia-se com um claro posicionamento: “Ante o contínuo agravamento das condições de vida dos povos, nós, os movimentos sociais de todo o mundo, dezenas de milhões de pessoas, temos nos reunido no Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Aqui estamos em grande número, apesar dos intentos de romper nossa solidariedade. Temos nos reunido de novo para continuar nossa luta contra o neoliberalismo e a guer-

**No FSM vemos
que outro mundo é
possível.**

ra, ratificando os acordos do Fórum anterior e reafirmando que 'outro mundo é possível'".

Embora o eixo de combate às políticas neoliberais esteja colocado, o caminho que deve ser seguido para alcançar esse objetivo está no centro das polêmicas. A maioria dos integrantes dos movimentos da articulação antiglobalização tem uma clara estratégia reformista de enfrentamento a essas políticas que, para eles, deve se dar nos marcos do sistema capitalista vigente.

Por isso, artificializam uma natural tensão partido X movimento, procurando afastar a possibilidade de que "os de baixo decidam tomar os céus de assalto", incorporando em suas agendas a luta pelo poder político. Estes integrantes concentram contra os partidos revolucionários as suas atitudes mais restritivas exatamente para evitar que eles "contaminem" os movimentos com seu projeto transformador.

Os partidos revolucionários, até pela sua base teórica marxista, sabem muito bem que não há processo transformador sem a junção da "consciência", materializada num projeto político partidário, com o "movimento espontâneo de massas". Gladys Marin, presidente do Partido Comunista do Chile, em artigo para o sítio *Rebelión*, expressa essa compreensão com muita convicção: "Cremos que aqui há lições que perduram. Por um lado, os partidos que propugnam a mudança da sociedade serão incapazes de materializar seus ideais se não contribuírem para o surgimento e impulsionamento das lutas e interatuam com os movimentos sociais que demandam a superação das carências impostas pela sociedade que deve ser mudada. Por outro, os movimentos sociais podem desenvolver lutas potentes e lograr triunfos, porém estes serão efêmeros se não assumirem e lograrem resolver o problema central de toda transformação de fundo que é o problema da modificação do caráter da sociedade em que estes emergem (...)".

Esta tentativa de negar os partidos revolucionários é uma velha polêmica já enfrentada por Marx desde o século XIX. Por sugestão do grande teórico socialista, o Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Haia, setembro de 1872, aprova a seguinte formulação: "A conquista do poder político aparece como a grande tarefa do proletariado, porque os donos das terras e do capital abusam sempre de seus privilégios políticos, para salvaguardar e eternizar os seus monopólios econômicos e para escravizar o trabalho".

As múltiplas organizações que explodiram, particularmente nos últimos anos, são manifestações de como homens e mulheres tomaram consciência do acirramento da degradação de suas vidas e decidiram reagir contra ela.

São novas identidades e novas dimensões da vida humana que se organizam nas suas particularidades e como tal têm que ser compreendidas e respeitadas.

Os partidos políticos surgiram como uma necessidade.

Os partidos políticos surgiram, historicamente, como uma necessidade, nos novos marcos apontados pela Revolução Francesa, dos burgueses organizarem seu domínio e dos operários se oporem a ele. São estruturas políticas para organizar a relação da classe ou classes que representam, com o poder de

Estado. Logo, estruturas políticas para que cada classe ou setor apresente o projeto global que tem para o funcionamento da vida em sociedade e tente conquistar o apoio da maioria.

As condições objetivas estão dadas para que "os de baixo" comecem a compreender a completa inviabilidade da melhoria de suas condições de existência nos marcos do atual sistema capitalista-imperialista de caráter "neoliberal". O desafio está na construção de um projeto estratégico transformador adequado à atual etapa e à dinâmica de cada país que consiga ganhar os melhores homens e mulheres que hoje saem pelas ruas do mundo buscando um melhor futuro para a humanidade. ☺

Jô Moraes é deputada estadual pelo PCdoB/MG e membro do Comitê Central do PCdoB.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia. "Feminismos Latino-americanos". *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, V. 6, n. 2. 1998.
- AUGUSTO, Everaldo. *Movimentos Sociais, Sindicato e Partido*. Texto apresentado no 3º Encontro de Sindicalistas Classistas da América Latina, em Porto Alegre, RS. 2003.
- Elaboração Coletiva. Teses para o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, in jornal "A Classe Operária", junho de 2001. São Paulo.
- ENGELS, F & MARX, K. "Manifesto do Partido Comunista", in *Obras Escolhidas*. T.1. Lisboa, Edições Avante. 1982.
- LOSOVSKY, D. *Marx e os Sindicatos*. Editora Anita Garibaldi. São Paulo. 1989.
- MARX, K. "O 18 Brumário de Louis Bonaparte", in *Obras Escolhidas*. Tomo I, Lisboa, Edições Avante. 1982.
- MARÍN, G. "Diferencias y tensiones entre movimientos sociales, partidos políticos e instituciones políticas: cómo lidiar con ello para alcanzar una democracia participativa?" In: *La Izquierda a Debate*, sitio www.rebelion.org. Janeiro de 2003.
- MÉSZÁROS, István. *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2003.
- MONEREO, M. "O Movimento Antiglobalização e a Esquerda (Rascunho)". In: *La Izquierda a Debate*, sitio www.rebelion.org. 2003.
- NOLASCO, V. *Avaliação do 2º Fórum Social Mundial*. Texto apresentado em reunião da Comissão Política Nacional do PCdoB. Fevereiro de 2003. São Paulo.
- PLEKHANOV. *Reflexões Sobre a História*. Lisboa, Editorial Presença. 1970.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

José Carlos Ruy

Em sua história, o PC do Brasil realizou dez congressos e oito conferências, numa rica experiência de elaboração tática em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores, no rumo do objetivo estratégico: a conquista do socialismo

Deliberar sobre as questões fundamentais em congressos ou conferências é um dos elementos principais da tradição leninista que o Partido Comunista do Brasil defende e à qual se filia. Em 1905, Lênin definiu a tática do Partido, o momento em que ela muda, e o fórum adequado para que essa mudança ocorra: “Por tática de um partido entende-se a sua conduta política ou o caráter, a orientação e os métodos da sua atuação política. O Congresso do Partido adota resoluções táticas para definir de modo preciso a conduta política do Partido no seu conjunto em relação com as novas tarefas ou em vista de uma nova situação política”.

Essa é a tradição do Partido Comunista do Brasil. “A tática responde ao desenvolvimento político em curso, reflete aspectos essenciais da luta de classes num momento dado, tem a ver com os fluxos e refluxos do movimento revolucionário, com os avanços e recuos das forças operárias e populares”, registrou o 6º Congresso do Partido. A tática não é isolada dos objetivos estratégicos do Partido, mas “parte da estratégia que propugna”, cujas metas “estão definidas no Programa do Partido aprovado em 1962”.

Ao longo de sua história, o Partido Comunista do Brasil realizou inúmeras reuniões para examinar alterações na conjuntura política, nas condições da luta de classes no país e, em consequência, na luta revolucionária. E decidir, coletivamente, sua atuação. Foram, no total, dez congressos e oito conferências, algumas delas com a importância de um Congresso. A análise e o debate de alguns tópicos revelam uma continuidade na busca da identificação correta da correlação de forças, da situação da luta de classes e das condições para a atuação do Partido. Entre estes tópicos destacam-se a avaliação do caráter dos governos e do Estado; da amplitude da frente política; da natureza da revolução e, finalmente, da tática do Partido para alcançar seus objetivos estratégicos. Este artigo se propõe a analisar estes aspectos nas conferências mais importantes na vida do Partido.

A 1ª Conferência (1934) e a Conferência da Mantiqueira (1943)

Nas primeiras décadas da vida do Partido, a assimilação do marxismo era limitada e o sectarismo político persistia. Apesar disso, não se pode considerar incorre-

ta a caracterização que a Conferência de 1934 fez do governo de Getúlio Vargas e de sua rápida evolução rumo à ditadura. A Constituição, dizia a Resolução da Conferência, era “feudal-burguesa”, e acobertava “as medidas de força, de fascistização” do governo. Os delegados à Conferência de 1934 constataram, corretamente, que havia uma “crise revolucionária” e defenderam a formação de uma “frente única do proletariado e uma frente única democrática”. O Partido começa então, diz o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neo-colonialista*, de 1966, “a voltar-se mais para as massas”, que o levou à formação, em 1935, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o maior movimento progressista e democrático de massas até então ocorrido no Brasil que, posto na ilegalidade, desembocou no levante armado de novembro de 1935 cuja derrota foi seguida de feroz repressão.

O Partido chegou a ser dado por liquidado por alguns policiais do Estado Novo. Era um engano. Em 1943, o movimento popular pela entrada do Brasil na Guerra contra o eixo nazi-fascista, dirigido pelos comunistas e pela União Nacional dos Estudantes, estava avançado, e os sucessos soviéticos, principalmente depois da batalha de Stalingrado, desenhavam a derrota nazista. Nesse contexto ocorreu a “Conferência da Mantiqueira”, a 2ª Conferência Nacional do Partido, com delegados de oito Estados, que lutaram contra o liquidacionismo e adotaram a política de “união nacional” pelo esforço de guerra contra Hitler e Mussolini; o objetivo principal da luta era então a conquista da democracia e sua consolidação no Brasil.

A Conferência Extraordinária (1962)

A conferência seguinte aqui analisada é a de 1962. Entre 1961 e 1964, a luta de classes cresceu no país. Jânio Quadros renunciou à presidência em agosto de 1961, e a oposição dos ministros militares e as forças reacionárias à posse do vice-presidente João Goulart provocou uma intensa mobilização legalista que derrotou a tentativa de golpe. Naqueles anos, o centro da resistência democrática e popular estava no famoso programa das “reformas de base”, entre elas a reforma agrária.

Naquela conjuntura, o conflito interno entre os comunistas – vindo desde meados da década de 1950 –, opondo a corrente revolucionária, marxista-leninista, de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, aos reformistas de Luís Carlos Prestes, chegou ao clímax. Levou à ruptura e à reorganização do Partido na Conferência Extraordinária de 1962 – even-

to que, pela “ampla participação das organizações partidárias, pelas questões debatidas e decisões tomadas, nas condições de dura clandestinidade”, teve a “envergadura de um Congresso do Partido”, conforme o Informe político ao Congresso do PC do Brasil (6º), de 1983.

O *Manifesto Programa* de 1962 demarcava com o reformismo prestista e exigia uma saída revolucionária para a crise do país. “O Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos”, dizia.

Entretanto, dizia o *Manifesto Programa*, sua superação não era tarefa para uma única força política, ou um único Partido; um governo popular e revolucionário só poderia ser alcançado por uma frente cujo núcleo fundamental fosse formado pelos operários e camponeses, “com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e a outros patriotas”.

A revolução era uma possibilidade posta no horizonte político, e o caminho pacífico dos reformistas era inviabilizado pela resistência e oposição das classes dominantes. Assim, o *Manifesto* recomendava a mobilização de todas as formas de luta, desde ações parciais “para reforçar a organização e a unidade do povo”, até campanhas eleitorais, para “esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares”, levando a “um novo poder político, principal objetivo do povo”. O Brasil precisa de reformas profundas, como a reforma agrária e a liquidação da exploração imperialista, e elas “não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente”, mas exigem “um novo regime, antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista”.

Ao derrotar as aspirações reformistas, o golpe militar de 1964 alterou em profundidade a conjuntura política, impondo novas e urgentes tarefas aos democratas, progressistas e nacionalistas. A orientação tática do Partido refletiu essa mudança, registrada no documento O golpe de 1964 e seus ensinamentos, de agosto daquele ano; defendia a formação de uma frente única democrática e

O Manifesto Programa de 1962 demarcava com o reformismo prestista e exigia uma saída revolucionária para a crise do país.

antiimperialista, e a luta armada como forma mais elevada de atividade revolucionária, cujo cenário principal seria o campo. A resistência contra a ditadura era “essencialmente nacional e democrática”, antiimperialista e antilatifundiária. Exigia a unidade de “todos os que não se conformam com a submissão do país ao estran-

social. Propunha a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita para restabelecer as liberdades públicas e reconstruir as instituições democráticas.

A Conferência reafirmou também o *Manifesto Programa* de 1962, que indicou “o caminho da revolução nacional e democrática, agrária e antiimperialista, mostrou o caráter reacionário e antinacional do atual regime e a impossibilidade de resolver, dentro de seus limites, os problemas fundamentais do País”.

Reafirmou também a necessidade histórica do Partido: as tarefas “que se colocam diante do povo brasileiro” exigem “a existência de uma vanguarda marxista-leninista da classe operária”, força que “só pode ser o Partido do Proletariado”. O Partido deve voltar-se para as massas, ser uma organização numerosa e forte e trazer para suas fileiras “os elementos mais combativos da classe operária e do campesinato”.

O centro do documento, diz Haroldo Lima, foi a tática do Partido, a proposta de uma mobilização geral, com bandeiras amplas, apontando o campo como cenário da revolução, e caracterizando a ditadura como expressão política do imperialismo, do grande capital e do latifúndio.

A 6ª Conferência distinguiu, em sua orientação tática, as duas realidades opostas e contraditórias que o país vivia: nas cidades, a luta voltava-se para a mobilização política das amplas massas, e a luta no campo, que tinha abertamente a forma de luta armada, com objetivos nacionais e democráticos. O cenário principal da luta era o campo, e os camponeses, concluiu a Conferência, eram uma “inesgotável reserva de energias revolucionárias” e a grande força a ser mobilizada na luta revolucionária que, no Brasil, “assumirá a forma de guerra popular”.

Os documentos *O golpe de 1964 e seus ensinamentos* (1964) e *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista* (1966) registram o aprendizado com os acontecimentos e, em consequência, um sentido autocrítico em relação à política do Partido desde 1962, de denúncia do governo João Goulart.

Aquela política fazia sentido naquele momento em que, sob Goulart, o movimento popular estava em crescimento e era preciso demarcar com os reformistas do PCB. Mas deixava de reconhecer que “o povo usufruía de relativa liberdade”, como corrigiu o documento de 1964.

No documento da 6ª Conferência, de 1966, essa auto-crítica está registrada no reconhecimento de que, ates

A frente contra a ditadura deveria ter uma amplitude para envolver diversos setores políticos e sociais.

geiro e com o atraso em que o povo vegeta”. O documento reconhecia também fragilidade do Partido que, embora tivesse “conseguido notável crescimento, tanto numérico quanto na ligação com as massas, o Partido era uma organização pequena para a envergadura das tarefas que tinha a realizar”. Por isso, seu fortalecimento era uma tarefa urgente, ampliando suas fileiras para poder estabelecer “profundas ligações com as massas”.

A frente para a luta contra a ditadura devia ter uma amplitude que impedia qualquer distinção entre os progressistas e democratas, exigindo a participação tanto de “revolucionários quanto reformistas, tanto militantes do PC do Brasil quanto do PC Brasileiro, tanto católicos quanto socialistas. Lado a lado, podem atuar trabalhistas, brizolistas, comunistas, elementos do PTB, PDC, PSD e até da UDN”. Mais uma vez, reafirmava a necessidade de todas as formas de luta, desde as “mais elementares, os meios mais simples de organização até as ações mais enérgicas e tipos de organização mais elevados”.

A 6ª Conferência (1966)

O documento aprovado em 1966, União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista, aprofundou aquela orientação, e foi importante instrumento de difusão do pensamento avançado e de articulação da resistência democrática. Era taxativo e preciso na avaliação da ditadura instaurada em 1964: “O poder passou para as mãos dos elementos mais reacionários e pró-americanos, que introduziram sérias alterações antidemocráticas na superestrutura política e jurídica da nação”, de caráter antinacional e antipopular.

A idéia de revolução amadurecia, dizia, impondo a união de todas as forças patrióticas, populares e correntes democráticas, sem distinção de filiação partidária, tendência filosófica ou religiosa, classe ou camada

do golpe militar, o povo brasileiro havia vivido "uma fase de ricos ensinamentos", recolhendo "valiosas experiências" e alcançando "inúmeras conquistas democráticas". O golpe de 1º de abril foi um "duro revés", que "anulou essas conquistas e instaurou no país uma ditadura militar a serviço dos monopólios estadunidenses". Em 1964, diz o documento, "João Goulart era apeado do governo por ter aprovado dispositivos legais que limitavam privilégios das empresas imperialistas e por se ter mostrado partidário de alterações na estrutura agrária do país".

A 7ª Conferência (1979)

A oposição à ditadura cresceu desde meados dos anos 70, principalmente depois da derrota eleitoral do governo em 1974. O descontentamento atingia agora também os setores médios e parte do empresariado.

Nessa época, diz Haroldo Lima, o Partido fez uma inflexão tática, traduzindo a tática da Conferência de 1966 nas palavras de ordem Constituinte Livremente Eleita, Fim de todos os atos e leis de exceção, e Anistia Geral, reafirmadas no Manifesto aos brasileiros, de 1975.

A 7ª Conferência confirmou esse rumo e caracterizou as mudanças em curso como parte de uma etapa nacional e democrático-popular da revolução, em marcha para o socialismo. A crise do "sistema político arbitrário dos generais", dizia, levava à gestação de uma situação revolucionária no Brasil, exigindo uma ação mais ofensiva do Partido, voltada para a derrota do regime militar e do governo de Figueiredo, mas também contra o imperialismo e o social-imperialismo soviético; pelo apoio à luta dos povos e dos trabalhadores; o combate ao revisionismo, "em todas as suas modalidades"; e o "fortalecimento do movimento marxista-leninista internacional".

A 8ª Conferência (1995), a "Conferência Socialista"

Foi para atender a uma resolução do 8º Congresso – a definição de um Programa Socialista – que o Partido convocou, para 1995, a 8ª Conferência Nacional, conhecida como "Conferência Socialista".

A encruzilhada histórica vivida pelo país só poderia ser superada pelo socialismo. Aprofundando teses dos 7º e 8º Congressos, a Conferência Socialista avançou no sentido teórico e programático. Em primeiro lugar, melhorou a compreensão sobre o caráter da revolução brasileira e suas etapas. O desenvolvimento capitalista do país, mesmo sendo dependente, levou à superação da visão anterior de duas etapas, uma democrática e outra socialista, e a Conferência consolidou a visão de

que o Brasil já tinha, em seu horizonte histórico, a passagem imediata para o socialismo. E traduziu essa exigência histórica em um programa socialista baseado nas condições brasileiras e com as características de nosso povo.

Essa reafirmação socialista fazia parte também da luta ideológica, num período em que o capitalismo parecia finalmente vitorioso e o socialismo derrotado. "O socialismo vive", afirmou o *Programa Socialista*, "e continua sendo a esperança dos explorados e oprimidos, de todos os que almejam a liberdade e o progresso social". Somente "o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria".

A 9ª Conferência – apoiar o governo Lula para construir um novo rumo para o Brasil

O estudo dos documentos dos congressos e das conferências do Partido mostra a sintonia dos comunistas, ao longo da história, com as necessidades da luta política concreta, da articulação das ações táticas com o objetivo estratégico, que é a conquista do socialismo. O Partido evoluiu na compreensão de sua tarefa histórica e dos meios para lutar por ela; no entendimento do caráter da revolução e de suas condições; da distinção entre a vontade e as condições concretas da luta; na compreensão da frente política, e de sua maior ou menor amplitude; aprofundou a avaliação do caráter do governo e do Estado brasileiro.

O tema principal da 9ª Conferência do Partido, convocada para junho de 2003, é a tática do Partido, numa conjuntura nova, depois da vitória da Frente Lula Presidente e da conquista da presidência da República pelas forças patrióticas, democráticas e populares.

Particularmente desde 1962, a tática do Partido tem uma característica acentuada nas últimas décadas, e que é definida pela expressão unidade e luta. Sem abrir-mão da luta dos objetivos de longo prazo, do socialismo, o Partido Comunista do Brasil procurou,

A reafirmação do socialismo fazia parte também da luta ideológica, num período em que o capitalismo parecia finalmente vitorioso e o socialismo derrotado.

em cada conjuntura particular, unir as mais diversificadas forças políticas e sociais, independente de sua filiação filosófica, partidária, religiosa, etc, para alcançar os objetivos próprios de cada momento.

Foi, assim, um dos principais construtores da frente político-eleitoral que construiu, desde 1989, lutou pela eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, com base num programa progressista e afirmativo para o país e seu povo.

O documento para debate na 9ª Conferência, *Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista*, parte da constatação de que, com a eleição de Lula, o Brasil vive um novo ciclo histórico e político. Pela primeira vez, tem a chance de construir um novo rumo, nacional-desenvolvimentista democrático, dirigido por forças populares e avançadas – numa conjuntura mundial onde a crise do capitalismo leva a principal potência imperialista, os EUA, à ação agressiva contra

os povos, e onde ainda se sentem as consequências da derrota estratégica do socialismo na União Soviética e nos países do leste da Europa.

O centro da tática do Partido, nesta conjuntura, diz aquele documento, é lutar “pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças” que aprofundem

a democracia e adote um novo projeto nacional de desenvolvimento. É uma tática propositiva e também crítica, combinando a ação institucional (no governo e no parlamento) e a mobilização política das massas populares. O governo que resultou das eleições de 2002, diz Renato Rabelo, é “um governo democrático, plural, que abarca amplas forças políticas, sob plena hegemonia do PT”. E que, “em consequência da realidade adversa predominante – limites de poder, herança constrangedora, guerra imperialista – e tendo de assumir compromissos de manter os contratos e acordos preexistentes, é levado a dar seqüência à política econômica anterior. Portanto, vive objetivamente uma dualidade: continuar ou mudar o modelo econômico”, uma dualidade que, como um “pecado original”, é explorada por opositores à direita e à “esquerda”, que visam a objetivos próprios.”

A 9ª Conferência vai enfrentar uma problemática que não é nova na vida do Partido, mas é um traço da vida partidária, parte da tradição comunista de definir, coletivamente, o caminho para combinar o enfrentamento de desafios colocados pela conjuntura, compreendendo que

se trata de passos rumo à conquista do objetivo estratégico, o início da transição para o socialismo. ☺

José Carlos Ruy é jornalista e membro do Comitê Central do PCdB.

Bibliografia

AMAZONAS, João. “O Brasil numa encruzilhada histórica”. In: *PCdB. A política revolucionária do PCdB: informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1989.

AMAZONAS, João. “Haveremos de vencer, venceremos!”. Discurso de abertura do IX Congresso do Partido Comunista do Brasil, in: *PCdB. União do povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do 9º Congresso do PCdB*, outubro de 1997. São Paulo, Anita Garibaldi, 1998.

COMITÊ CENTRAL DO PCdB. Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, documento para debate na IX Conferência. In: *A Classe Operária*, março de 2003.

LÊNIN, V. I. Duas táticas da social democracia na revolução democrática (1905). In: V. I. Lênin. *Obras escolhidas em seis tomos, v. I*, Moscou, Edições Progresso. Lisboa, Edições Avante!, 1984.

LIMA, Haroldo. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PCdB) – de 1922 1984*. Salvador, Editora Maria Quitéria, 1985.

PCdB. *Manifesto programa (1962)*. In: *PCdB. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

PCdB. *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*. In: *PCdB. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro, etc.*

PCdB. *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista (junho de 1966)*. In: *Imagens da revolução - documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

PCdB. *Informe político ao Congresso do PC do Brasil (6º) (1983)*. Trecho publicado em *PCdB. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro, etc.*

PCdB. “Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor. Documento aprovado pelo Comitê Central do PCdB em 1º de novembro de 1991 e incorporado, pelo plenário do 8º Congresso como parte da análise da situação nacional”. In: *PCdB. O socialismo vive*. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil. São Paulo, Anita Garibaldi, 1992.

PCdB. “Resolução sobre o informe do Comitê Central”. In: *PCdB. O socialismo vive, etc.*

PCdB. “Programa Socialista”. In: *Construindo o futuro do Brasil – documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdB*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1995.

PCdB. “Enfrentar a escalada neoliberal construindo uma ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular. Resolução política aprovada no IX Congresso do PCdB”. In: *PCdB. União do povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do 9º Congresso do PCdB*, outubro de 1997. São Paulo, Anita Garibaldi, 1998.

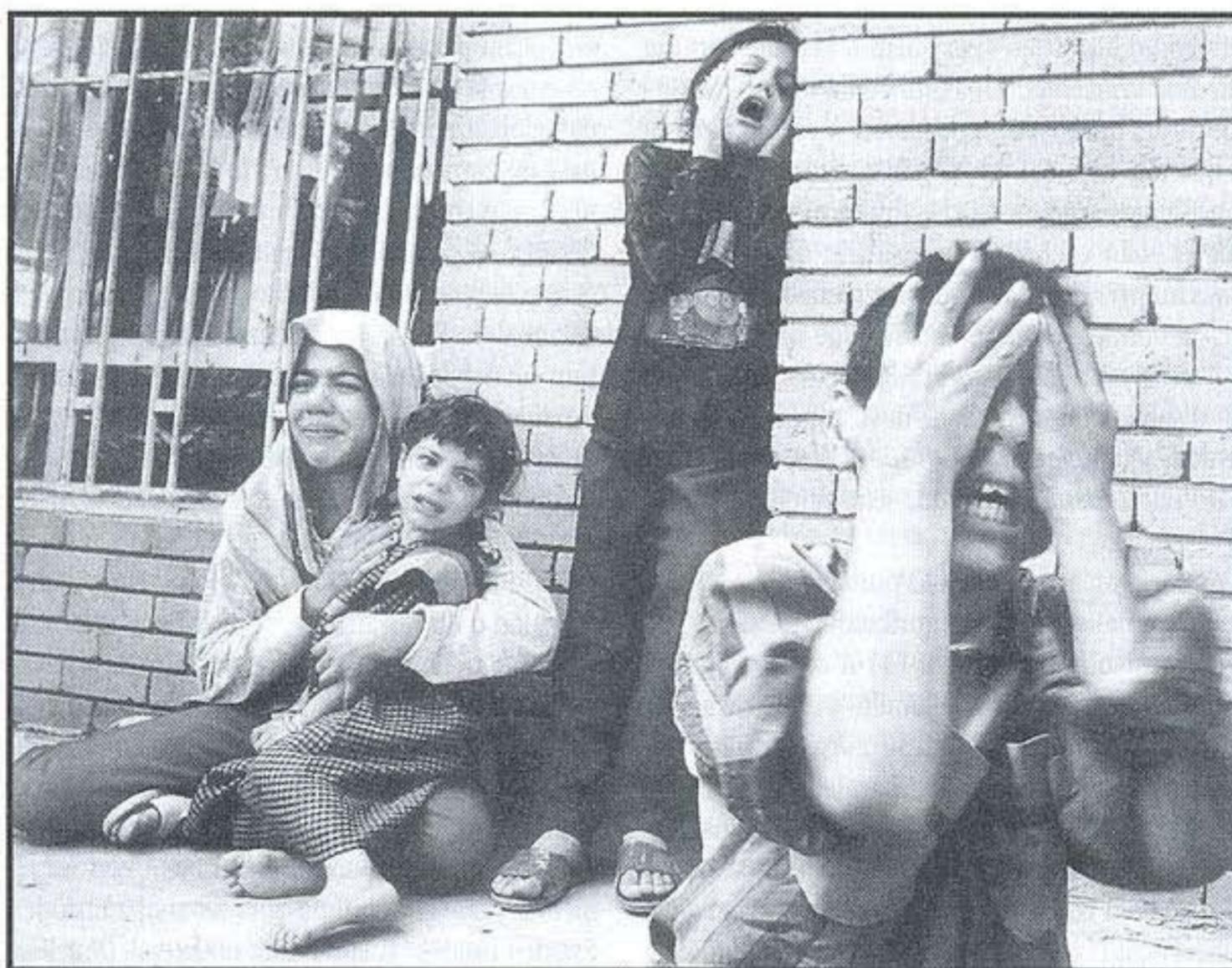
RABELO, Renato. “Informe político do Comitê Central ao 10º Congresso do PCdB”. In: *PCdB. Novo rumo para o Brasil: documentos do X Congresso do Partido Comunista do Brasil (realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro)*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

RABELO, Renato. *A luta por paz, desenvolvimento e trabalho – desafios do PCdB no atual momento. Intervenção na 5ª Reunião do Comitê Central*, 21/3/2003. In: *A Classe Operária*, março/2003.

A tática do Partido é lutar “pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças”.

do A nova FACE IMPERIALISMO

João Quartim de Moraes



Vítimas civis no Iraque.

Embora nos pareça prematura a hipótese de uma ruptura do bloco imperialista da OTAN, o hegemonismo estadunidense sofreu uma derrota política

Foi na primavera de 1916, em plena orgia de sangue e de destruição que afogava a “civilização” européia – empenhada em decidir, em campo de batalha continental, a quais potências pertenceria a parte do leão no mercado mundial e na pilhagem do mundo colo-

nial –, que Lênin escreveu *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. A tese fundamental desta obra decisiva está expressa no próprio título: o capitalismo se tornou imperialismo. Suas cinco principais características constituem transformações do modo capitalista de produção chegado

O hegemonismo dos EUA sofreu uma derrota política de grandes proporções.

à maturidade em escala internacional: (1) concentração do processo produtivo, gerando os monopólios; (2) predomínio do capital bancário sobre o industrial, formando a oligarquia financeira; (3) predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias; (4) divisão econômica do planeta entre os trustes; e (5) conclusão da divisão territorial do planeta entre as grandes potências imperialistas.

O marxista estadunidense James O'Connor ponderou, num estudo publicado em 1970⁽¹⁾, que as objeções dirigidas à teoria do imperialismo, tal como desenvolvida por Lênin, bem como a Hobson (em quem o grande marxista russo se apoiou criticamente), assim como as visões alternativas que foram propostas, "constituem menos uma nova teoria do que um catálogo de fatos históricos não inteiramente consistentes com as teorias anteriores"⁽²⁾. O que, evidentemente, não excluía a necessidade de atualizá-la. Para tanto, cumpria identificar, dentre os fatos históricos posteriores à síntese de Lênin, aqueles que configuravam novas características a serem integradas na teoria do imperialismo – distinguindo-os de fatos novos que afetaram as características enunciadas em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*; contudo, sem modificar-lhes o conteúdo essencial.

Dentre as novidades apresentadas por O'Connor em sua síntese do "imperialismo contemporâneo", três delas nos parecem merecer um comentário: (1) A concentração e centralização do capital teriam levado à integração da "economia capitalista mundial nas estruturas das gigantes corporações multinacionais de base estadunidense", acelerando a inovação tecnológica "sob os auspícios destas corporações"; (2) a consolidação de uma classe dominante internacional constituída na base da propriedade e controle das corporações multinacionais, o concomitante declínio das rivalidades nacionais [...] nos países capitalistas avançados e a internacionalização do mercado mundial de capitais pelo Banco Mundial e outras agências da classe dominante internacional; e (3) a "intensificação de todas estas tendências provocada pela ameaça do sistema socialista mundial sobre o sistema capitalista mundial"⁽³⁾. Vemos que, no essencial, O'Connor registrou o que se tornara evidente desde 1947, com o início da "guerra fria": as potências imperialistas européias, assustadas pela pujança da União Soviética, abrigaram-se sob a tutela estadunidense, adocicada pelos dólares do Plano Marshall. Já a alegada "consolidação de uma classe dominante internacional"

pertence mais à ordem das interpretações do que à das constatações. Seu pressuposto implícito é a atrofia da função de articulação e de condensação da dominação de classe exercida pelos Estados nacionais. Embora não utilize o termo globalização, a idéia está presente.

Lênin dizia ironicamente que os fatos são cabeçudos. Exatamente por isso são muitas vezes irônicos. No momento em que O'Connor publicava sua nova síntese, os Estados Unidos estavam se tornando incapazes de garantir a convertibilidade do dólar, isto é, de trocá-lo por seu equivalente legal em ouro. Desmantelava-se assim o sistema monetário internacional dito do "padrão de troca-ouro" ("gold standard exchange")⁽⁴⁾. Coube a R. Nixon, em 1973, reconhecer esta impossibilidade, "passando o calote" (para retomar a expressão dos neoliberais que, evidentemente, só a aplicam para os países escorchados pelo imperialismo) no restante do mundo. Se fosse preciso desmentir a falácia da "globalização", bastaria considerar que a moeda "global" do capitalismo entrou em colapso naquele ano, que marcou o encerramento de um ciclo longo de mais de três décadas de expansão do capitalismo internacional⁽⁵⁾. Pouco tempo depois, concluía-se a gloriosa guerra de libertação nacional do Vietnã. Os valentões do Pentágono abandonaram em debandada a terra em que tinham cometido abjetos e odiosos crimes de guerra. A hegemonia estadunidense descia a seu ponto mais baixo, no plano econômico como no militar e, conseqüentemente, no político.

Embora tenha amargado ainda, até o último dos anos 1970, um dólar enfraquecido, sofrendo persistente inflação, o "colosso do Norte", como dizem seus admiradores, dispunha, entretanto, de reservas estratégicas mais do que suficientes para reverter a situação. A contra-ofensiva inicial desencadeou-se na frente monetária. Em 1979, quando a taxa de inflação do dólar atingira um ritmo anual de 15%, Paul Volcker, que acabara de assumir o comando do Federal Reserve, onde permaneceria até 1987, elevou a patamares inéditos, que chegaram a 20% ao ano, a taxa de juros nos Estados Unidos. Esta medida unilateral (Volcker, abandonou, batendo a porta, uma reunião do FMI em que não conseguira obter apoio dos sócios "ocidentais" para fortalecer o dólar) desencadeou tremendo efeito recessivo, que se propagou por todo sistema capitalista internacional e, ainda mais duramente, pela periferia, provocando na América Latina, com a chamada "crise da dívida externa", duas décadas de retrocesso econômico⁽⁶⁾. A recessão também atingiu a sede do Império. Mas para lá afluíram os dólares que estavam "flutuando" nas mãos dos especuladores do mundo inteiro. Sob o efeito cumulativo da hiperbólica elevação da taxa de juros estadunidenses e da "desregulamentação" neoliberal do mercado de capitais, massas crescentes de

capital-dinheiro, nas mãos da oligarquia financeira multinacional (cujo surgimento Lênin apontara em 1916), submeteram ao oscilante critério da rentabilidade das aplicações ponderada pela “taxa de risco”, a riqueza – e, sobretudo, a miséria –, da grande maioria da humanidade.

Estavam reunidas as condições para que Reagan, eleito presidente em 1980, cumprisse sua missão de estafeta do complexo industrial-militar, levando adiante o programa ilustrado na filmografia holywoodiana por Rambo, o herói dos enlatados: restabelecer, “no tapa”, a posição hegemônica do colosso convalescente. A revolução tecnológica promovida pela aplicação da informática à microeletrônica fortaleceu ainda mais o restabelecimento do poderio econômico e do prestígio do Império. Para completar, o colapso do bloco soviético, incapaz de resolver suas contradições internas e de acompanhar a nova corrida armamentista lançada pelo ex-caubói canastrão, provocou a ruptura em favor do bloco capitalista, do equilíbrio estratégico EUA/URSS, reforçando a cartelização político-militar do bloco agrupado na OTAN e abrindo a via para um novo surto de agressões coloniais. Sem mesmo esperar que Boris Ieltsin enterrasse no fétido lodaçal do neoliberalismo os restos mortais da grande revolução de outubro 1917, os valentões do Pentágono invadiram o Panamá com mortíferos bombardeios sobre a população civil, para, logo depois, despejarem sobre o Iraque um dilúvio de bombas, numa das mais atroz operações genocidas desde a guerra do Vietnã. Os massacres balísticos da Sérvia em 1999⁽⁷⁾; do Afeganistão em 2001; e novamente do Iraque, em 2003, confirmaram mais e mais que há hoje poucos países da periferia a salvo de um ataque semelhante.

Há, porém, sérios indícios de que a última expedição colonial contra o Iraque tenha marcado um ponto de inflexão na capacidade de o colosso delinqüente fazer prevalecer, pela força bruta das armas de destruição em massa, seus sórdidos interesses de pilhagem e opressão do planeta. É muito significativo que as duas maiores mobilizações de massa da grande jornada internacional de 15 de fevereiro de 2003 pela paz (de que participaram, em centenas de cidades do mundo inteiro, cerca de 12 milhões de manifestantes, considerando-se que em muitos países a mobilização durou três dias, de 14 a 16 de fevereiro), tenham ocorrido em Londres e em Roma, capitais de dois países cujos governos são sócios menores dos gangsteres da Casa Branca⁽⁸⁾.

A China e a Rússia, que dispõem dos meios políticos e militares de uma política externa independente (embora a China certamente os exerça, enquanto Putin ainda não deixou clara a efetiva consistência de seu bonapartismo pós-soviético), observaram, com atenção e paciência (e, no caso russo, humilhação), o rolo compressor da OTAN na Sérvia e no Afeganistão. Tudo indica terem tirado de tais massacres balís-

ticos uma importante lição: a urgência de superar a recíproca hostilidade que, desde o final dos anos 1950, havia dividido o campo socialista e gravemente prejudicado as lutas anti-coloniais e o movimento antiimperialista em seu todo. Sob a luz funesta do Iraque incendiado, a simples perspectiva de consolidação de uma aliança russo-chinesa, combinada à recusa da França e da Alemanha em apoiar a agressão colonial anglo-estadunidense – abrindo clara fissura na aliança belicista que há três anos atrás estava coesa no massacre da Iugoslávia –, esboçam nitidamente, no cenário internacional, uma nova correlação de forças. Embora nos pareça prematura a hipótese de uma ruptura do bloco imperialista da OTAN, o hegemonismo estadunidense sofreu uma derrota política de grandes proporções. Não que a hora seja de regozijo. Apontando agora seus megatrabucos genocidas contra a Síria, a Coréia do Norte e Cuba, o Império do dólar e do militarismo delinqüente dispõe de armas de destruição maciça suficientes para manter o planeta em perigo letal. A hora é das fornalhas. Mas, a exemplo de um dos mais inesquecíveis heróis antiimperialistas do século XX, o comunista Ernesto Che Guevara, persistimos em olhar para a luz. ☺

João Quartim de Moraes é professor-doutor da UNICAMP.

Notas

1) James O'Connor, “The meaning of economic imperialism”, in Robert I. Rhodes (org.) *Imperialism and underdevelopment*, Londres e Nova Iorque, Monthly Review Press, 1970. p. 107.

2) O'Connor, *loc.cit.*, p. 111.

3) *Ib.*, p. 121.

4) Adotado no final da I Grande Guerra e desativado a partir de 1929, pela longa e catastrófica depressão que seguiu o estouro da Bolsa de Nova Iorque, o “gold standard exchange” foi reativado em 1944, na famosa conferência de Bretton Woods. Nesta segunda versão, o dólar, dinheiro do Estado capitalista tornado incontestavelmente hegemônico, foi erigido em moeda mundial, mais exatamente, em moeda-padrão das trocas internacionais, mediante sua equivalência fixa com o ouro. A base do sistema de Bretton Woods, com efeito, era a paridade legal do dólar com o ouro, a saber, 35 dólares = 1 onça troy = 31,1 gramas de ouro fino. O valor de um dólar correspondia, pois, a 0,888 g de ouro fino.

5) O ciclo ascendente do capitalismo estadunidense, após a grande depressão dos anos 30, iniciou-se, com efeito, em 1940-1941: as guerras engendram o pleno emprego e a produção maciça de meios de destruição. (Na lógica da valorização do capital, não faz diferença produzir coca-cola ou bomba atômica).

6) Que atingiu também países ainda ligados ao bloco soviético, como a Polônia.

7) Quanto mais destrutivos se tornavam os bombardeios da OTAN sobre a Sérvia, em aberta violação da Carta da ONU, maior era o empenho dos agressores em imputar ao governo sérvio atrocidades que contrabalançassem as que eles próprios estavam cometendo: misseis mortíferos em escolas, hospitais, embaixadas, pontes, instalações elétricas etc.

8) Em cada uma destas velhas cidades, que já foram metrópole de imensos impérios, pelo menos um milhão de manifestantes expressaram sua repulsa aos abutres da guerra, inimigos do gênero humano, prontos a derramar rios de sangue para se apoderar de um mar de petróleo. Foi o maior protesto coordenado contra a guerra de toda a história.

LAZER & INCLU

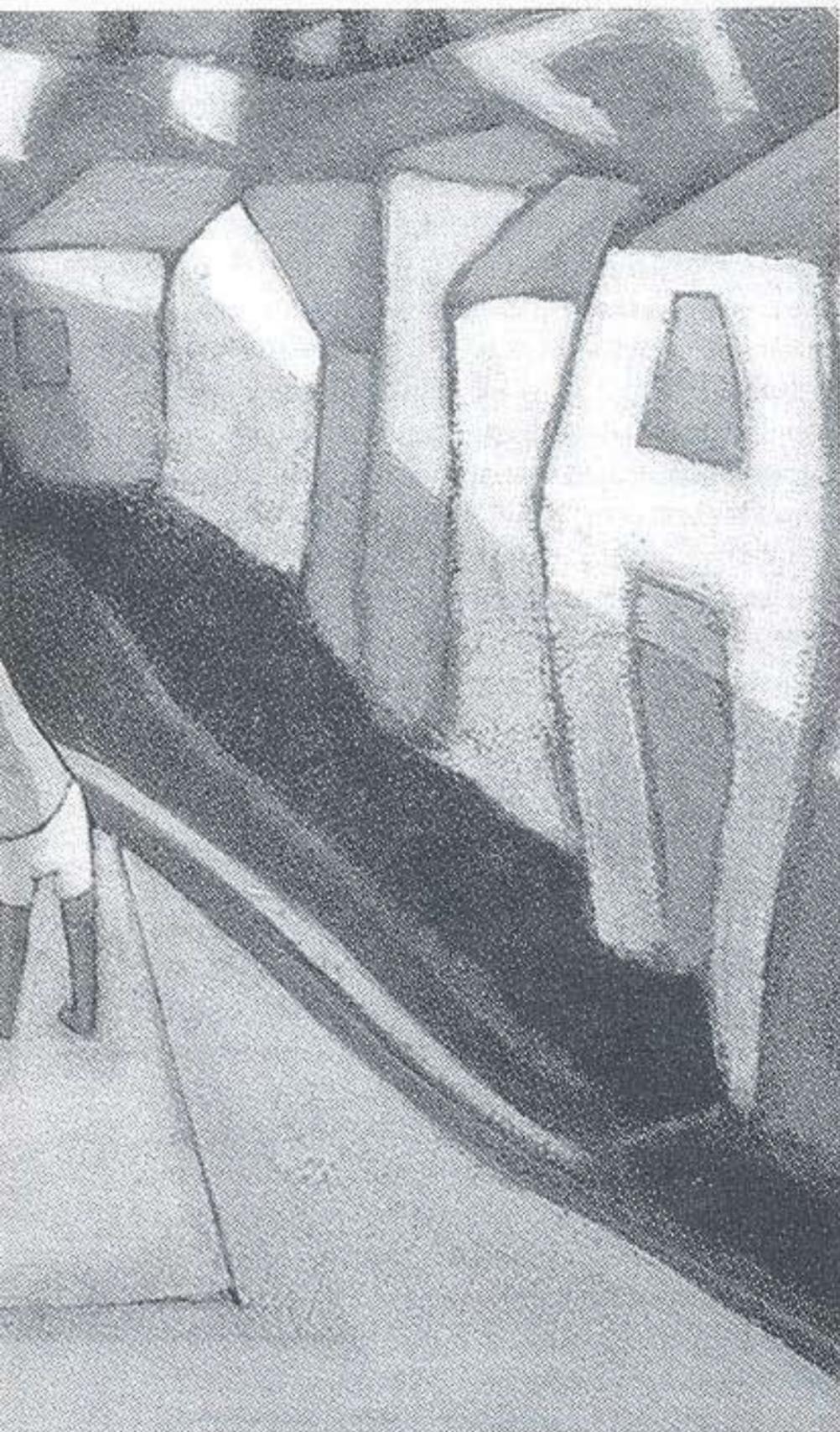
Célio Turino



Waldomiro Sant'Anna

SÃO SOCIAL

O acesso público ao lazer se insere no contexto do desenvolvimento humano e social, envolvendo a redução da jornada de trabalho – com repercussão, dentre outros fatores, na diminuição dos índices de violência



Dando conseqüência ao programa de governo da candidatura da prefeita Marta Suplicy, a prefeitura de São Paulo implantou, a partir de 2001, os programas de renda mínima do município. Diferentemente de ações assistencialistas anteriores, a idéia dos programas sociais é de unir, ao mesmo tempo, distribuição de renda e ações emancipatórias. Ou seja, as pessoas participantes do programa recebem o benefício em dinheiro, via cartão bancário, e em troca precisam oferecer contrapartida que lhes permita sair do círculo vicioso da pobreza. O programa Renda Mínima atende ao maior número de famílias e a contrapartida é manter os filhos na escola. Ao lado dele há o Bolsa Trabalho, destinado a jovens entre 16 e 20 anos, que precisam se manter matriculados na escola. E, ainda, o Começar de Novo, para desempregados de longa duração e com mais de 40 anos. A contrapartida para esses dois últimos programas é a participação em cursos de formação e o desenvolvimento de atividades comunitárias.

Falar em emancipação do indivíduo significa falar em lazer. Lazer em sentido amplo, de liberação do ser, de busca de sentidos, permitindo que cada um encontre o melhor de suas potencialidades, emancipando-se plenamente. Foi com esse espírito que a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação apre-

O capitalismo impõe seus ideais de racionalização e busca o lucro em todos os espaços e tempos da vida humana, sendo que o lazer passa a ser associado diretamente ao consumo.

sentou a sua contribuição aos programas sociais da prefeitura de São Paulo, buscando resgatar o sentido original da idéia do ócio.

O ócio

Os grandes momentos de criação artística e do pensamento filosófico estão diretamente relacionados ao tempo livre. Na Grécia Clássica foi exatamente o uso do tempo livre dedicado ao ócio que definiu os fundamentos da cultura, da ética e da moral ocidental. Nessa época, porém, o pleno gozo do lazer era um direito de poucos. No tempo de Péricles (século V a.C.), a sociedade ateniense era composta por 40.000 homens livres e o tempo que tinham liberado para o ócio e a criação (e o tempo para a guerra, e as coisas de governo, e a acumulação de riquezas...) só era possível graças ao trabalho de 300.000 escravos; ou seja, a moral ocidental, a nossa sociedade, se fundou em um processo extremamente contraditório, entre a liberação do pensamento e a sustentação material dos meios que garantem essa liberação. O trabalho escravo caracterizava esse período pela rejeição da tecnologia, tornando desnecessário o uso de máquinas. Segundo Aristóteles, "tudo o que servia à vida prática já havia sido descoberto", cabendo concentrar esforços na busca dos "sentidos", na qualidade das coisas, enriquecendo-as de significado. O tempo para a busca dos significados e da razão das coisas era exatamente o tempo do ócio.

No Brasil, a luta pela ampliação do tempo livre, com a conseqüente redução da jornada de trabalho, remonta às primeiras greves operárias, tendo por marco o movimento grevista de 1917 em São Paulo.

A ociosidade que permitiu o florescimento da cultura e do pensamento na antiga Grécia, no entanto, ainda não pode ser considerada como lazer. Segundo Joffre Dumazedier, "(...) essa ociosidade não se define em relação ao trabalho. Ela não é nem um complemento nem uma compensação; é um substituto do trabalho". E o lazer "(...) não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe".⁽¹⁾ O significado do ócio e o uso do tempo livre nas sociedades pré-capitalistas é diferente do que conhecemos hoje. Nessas sociedades, trabalho era mesclado com jogo; o tempo, marcado pelos ciclos naturais, as estações do ano, o tempo da sementeira, da colheita. Assim, não havia um

nítido recorte entre trabalho e descanso e os festejos eram associados à produção, marcação dos solstícios e controle do ciclo agrícola. Esse ideal de ociosidade, grego ou aristocrático é, portanto, caracterizado como uma ociosidade de direito natural, ou em si, não como um complemento ou compensação do trabalho, mas como um substituto (a muitos cabe trabalhar, a poucos cabe pensar). Apesar de não caracterizarmos esse ideal de ociosidade como lazer, não há como negar a contribuição que esta forma de liberação do trabalho – mesmo que alicerçada em métodos que atualmente considerariamos "não-civilizados" – trouxe para o refinamento da cultura. Em grego "Scholé" significa, ao mesmo tempo, escola e ociosidade.

Lazer e trabalho

O lazer que conhecemos atualmente surge de forma concomitante com a organização capitalista do trabalho, especialmente a industrial, e depois se espalha por toda a estrutura social. É nesse momento que o trabalho passa a ser artificialmente controlado, subordinando-se a uma lógica e racionalidade próprias. A invenção da energia elétrica e da lâmpada, por exemplo, antes de representar uma conquista para o convívio social, estendendo o lazer noite adentro, possibilitou o trabalho noturno e a jornada diária de 14, 16 horas; os grandes galpões industriais, o trabalho infantil; a produção em série, o homem-máquina, os trabalhos repetitivos tão bem demonstrados em "Tempos Modernos", de Charles Chaplin. Esses são eloqüentes exemplos de que tecnologia e qualidade de vida nem sempre andam juntas, pelo contrário. Mas esse é um assunto que exigiria uma discussão à parte. Para este trabalho, o que nos importa é perceber a relação histórica entre lazer e o pensamento racionalista, a busca da eficiência, da técnica e da funcionalidade. Tempo em que o trabalho deixa de ser controlado pela natureza, do mesmo modo que o tempo livre destinado ao lazer ou ao jogo é nitidamente separado do trabalho, mesmo que subordinado à sua lógica.

O capitalismo se apropria desse processo impondo seus ideais de racionalização e busca o lucro em todos os espaços e tempos da vida humana. Assim, o lazer passa a ser associado diretamente ao consumo. Parte do tempo liberado do trabalho e da recomposição natural do organismo (o sono) é utilizada para os afazeres obrigatórios (necessidades fisiológicas, manutenção da casa, alimentação, cuidado com os filhos...) e outra parte, que seria mais lúdica e livre, depende cada vez mais do poder de compra e aquisição de satisfações, tangíveis ou não. Em uma cidade grande, o simples deslo-

camento para visitar parentes ou a ida a uma cerimônia religiosa gera, no mínimo, despesas com transporte (em São Paulo, uma família com 5 pessoas que dependa de uma única passagem de ônibus para ir e outra para voltar, gasta R\$ 17,00 com deslocamento, ou 8,5 % de um salário mínimo – dados de janeiro de 2003); se esse passeio em família envolver uma caminhada por um Parque Público com direito a pipoca e algodão doce, podemos concluir que mesmo o mais singelo dos lazeres tem um custo e esse custo é inacessível a boa parte do nosso povo. E essa relação entre lazer e (poder de) consumo vai muito além do que a própria aquisição de bens em si. Robert Kurz fala em “quase-economização da alma, da personalidade”.⁽²⁾

A despeito dessas considerações, lazer é um direito fundamental da humanidade, sendo vetor da nossa própria emancipação. Segundo o sociólogo do lazer, Domenico de Masi, “(...) o ócio pode transformar-se em violência, neurose, vício e preguiça, mas pode também elevar-se para a arte, a criatividade e a liberdade. É no tempo livre que passamos a maior parte de nossos dias e é nele que devemos concentrar nossas potencialidades”.⁽³⁾

Na sociedade capitalista, a luta pelo direito ao lazer está diretamente relacionada aos confrontos de classe e aos embates entre trabalhadores e proprietários através da conquista de um maior tempo livre. O evento internacional de maior significado para os trabalhadores é o Primeiro de Maio e está relacionado diretamente à luta pela redução da jornada de trabalho e conseqüente ampliação do tempo de lazer, portanto. A II Internacional Socialista, em 1892, definiu essa data em homenagem aos operários mortos na greve de Chicago, que tinha como principal bandeira: jornada diária de 8 horas de trabalho. O princípio para a fixação em 8 horas era a idéia de que o tempo diário deveria ser igualitariamente repartido (1/3 para as necessidades de reposição física – o sono; 1/3 para o trabalho; 1/3 para as necessidades pessoais, domésticas, familiares e sociais).

Uma luta pelo direito ao lazer

Quanto mais tempo livre, menos Mais-Valia (o tempo de trabalho utilizado além do tempo necessário para a reposição do custo do trabalho e que é apropriado pelo capitalista); com mais tempo livre as pessoas se encontram mais, se organizam, refletem sobre sua vida; encontram-se com sua humanidade.

No Brasil, a luta pela ampliação do tempo livre, com

a conseqüente redução da jornada de trabalho, remonta às primeiras greves operárias, tendo por marco o movimento grevista de 1917 em São Paulo. O governo Getúlio Vargas – com a CLT –, institucionalizou a jornada semanal máxima de 48 horas e a Constituição de

O lazer se insere nos programas sociais, convidando jovens e adultos a se envolverem no desafio de contribuir na transformação da realidade de suas comunidades através da atuação em áreas de lazer e recreação.

1988, como resultado do processo de redemocratização do país, assegurou a jornada máxima de 44 horas. A vitória eleitoral de Lula abre um novo caminho para a conquista da jornada de 40 horas semanais. Dados do Dieese indicam que apenas a reposição de mão-de-obra implicará na criação imediata de 1.700.000 postos de trabalho; mas, como vimos ao analisar o exemplo francês, esse é um processo que ainda envolve muita polêmica e interesses conflitantes.

Os dados e a análise histórica indicam que a diminuição da jornada de trabalho, mesmo reduzindo o lucro de alguns, é positiva para a economia como um todo, cria postos para complementar as horas não trabalhadas, assim como para a ocupação dos novos serviços gerados por uma demanda maior pelo lazer (na França, cada assalariado teve um acréscimo entre 11 e 16 dias de dias livres por ano). Com mais tempo livre, o dinheiro circula mais (o setor de hobbies e outras atividades caseiras teve um crescimento espantoso em seus lucros), a economia cresce, a produtividade geral do trabalho aumenta e a tensão social (os engarrafamentos das sextas-feiras foram substituídos pela lotação dos trens de fins de semana) e a própria violência urbana entram em refluxo, o que também influencia nos resultados macroeconômicos.

Cidadania e violência

A cidade de São Paulo, por exemplo, apresenta um grande desequilíbrio na distribuição de renda e acesso aos equipamentos e serviços públicos. Esse desequilíbrio fica ainda mais acentuado no que diz respeito às opções de lazer, recreação e esportes. É nos bairros centrais que encontramos os equipamentos públicos de lazer (parques, praças arborizadas ou centros esportivos) melhor estruturados. Refletindo a realidade social

da cidade, nessas mesmas regiões se concentra a população de maior poder aquisitivo, reforçando ainda mais o perfil excludente da cidade. A grande maioria dos cidadãos vive apartada, não somente da renda e das oportunidades (escolas de boa qualidade, bons empregos, acesso à informação e ao conhecimento...), como também de serviços de esporte e lazer. Raras são as oportunidades de diversão e de contato com atividades artísticas mais elaboradas ou de uma recreação mais criativa e orientada.

Estudos realizados sobre a questão da violência social urbana dão conta de que os altos índices de violência e depredação, consumo de drogas, agressões físicas, e maus tratos domiciliares, e mesmo homicídios, mantêm estreita relação com a precariedade ou ausência de opções de lazer, esporte e cultura, principalmente entre os jovens. Em 1997, o Brasil alcançou a marca de 40.000 homicídios, dos quais 38,8% concentrados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Deste total de homicídios, a maior parte das vítimas concentra-se entre jovens do sexo masculino e moradores dos bairros mais pobres. Em São Paulo, o cemitério do Jardim São Luis, na zona sul da cidade, poderia ser tombado como um monumento – um registro desse genocídio brasileiro. Uma colina, totalmente desprovida de árvores ou grama, apenas com cruzeiros de madeira, como se compusesse uma imensa floresta de estacas no peito de nossa juventude. Cemitério de velórios silenciosos, de choro contido, medo e impotência. Mais de 50% dos corpos enterrados são de jovens vítimas de mortes violentas e com idade entre 12 e 21 anos. Ao redor do cemitério, infinitas moradias, a perder de vista e no final, mais uma colina, e outra colina, e mais outra. Segundo a Organização Mundial de Saúde, cada pessoa necessita de, no mínimo, 12 m² por habitação, mas a área construída das habitações dos bairros mais pobres de São Paulo é de 40 m² para núcleos familiares com, no mínimo, 5 pessoas. Residências sem quintal, sem espaço interno, umas coladas às outras – várias delas abrigando mais de uma família, filhos mais novos que se casam e continuam sob o teto dos pais –, construções inacabadas, apartamentos de arquitetura única, ruas estreitas, sem recantos, sem árvores, sem quadras esportivas, ou pistas de caminhada, ou parques, ou qualquer canto que convide a um respiro, uma parada de descanso. Poucos são os equipamentos públicos a indicarem a presença da república, da idéia do bem comum, da coisa de todos, da “res” pública.

O esporte, o lazer e a recreação estão diretamente relacionados à qualidade de vida e à redução da violência. Em

1957, Luiz de Anhaia Mello em seu curso de urbanismo na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, já alertava para o assunto: “convém fazer referência especial à estreita correlação entre problemas sociais e esses diversos parques. Em New York constatou-se experimentalmente, quando da abertura de um Playground, que o índice de criminalidade infantil caiu verticalmente. Note-se que, em São Paulo, 40% dos crimes são praticados por menores” (Arquivo da Escola de Arquitetura da USP). Pelo visto os ensinamentos do professor foram pouco ouvidos.

Tão importante como gastar menos tempo com transporte, sentir-se seguro nas ruas, ter acesso à educação e saúde públicas ou viver em locais não poluídos, é também o usufruto do tempo livre de forma saudável, lúdica, prazerosa e construtiva. Com base na fruição do tempo livre, definimos o ato de Recrear, o tempo de parada em que o indivíduo recria suas energias. A diferença entre o tempo de parada e o tempo do trabalho (ou das obrigações de qualquer ordem) é essencialmente de ordem filosófica, mais de motivação do que de forma. Mesmo que subordinado às imposições do mercado e da cultura, é no tempo do recreio, mais que no tempo do trabalho ou das obrigações familiares ou sociais, que se abre a melhor oportunidade para a livre descoberta do indivíduo, para a criação, para o recriar. Tempo livre requer espaço livre, liberdade de olhar, agir e sentir; horizontes (no sentido literal e figurado, de futuro) e paisagens; assim se constrói uma cidade humanizada, mais valorizada e apropriada (no sentido de tomar posse) por seus cidadãos.

Dessa forma, o lazer se insere dentro dos programas sociais, convidando jovens e adultos a se envolverem no desafio de contribuir na transformação da realidade de suas comunidades através da atuação em áreas de lazer e recreação. E esse é um trabalho que não se restringe a espaços pré-determinados ou convencionados para o lazer; pelo contrário, ele é um chamamento para criar; transformar uma rua em quadra de vôlei, uma calçada em boulevard, a sombra de uma árvore em uma escola. ☺

Célio Turino é historiador e Diretor de Promoções Esportivas, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo.

Notas

- (1) DUMAZEDIER, Joffre, *Sociologia Empírica do Lazer*, Ed. Perspectiva.
- (2) *Lazer/Leisure – Anais do V Congresso Internacional da WORLDLEISURE* – São Paulo, Ed. SESC.
- (3) DE MASI, Domenico – *O Ócio Criativo* – Ed. Sextante.

DA A MORTE PROGRAMADA República das Letras

Jacques Maillard

A “reforma” é o declínio nacional de uma evolução mundial. Para se descrever o mecanismo destrutivo realizado por esse ataque necessita-se de uma análise do discurso neoliberal e da filosofia científica que a acompanha. Desmontado esse mecanismo, além da refutação, ponto por ponto, podem-se esboçar novas perspectivas

A “reforma” realizada na pesquisa e no ensino superior público é qualificada por seus autores de “modernização”. Essa reforma introduziu o privado. Diretamente, pelo viés das filiais, da mudança de estatutos, de contratos, de indivíduos e, indiretamente, pela promoção de um modo “empresarial” de gestão de pessoal, de orçamentos, de projetos de pesquisa e ensino. Essa modernização é, de acordo com seus autores, consequência da reestruturação profunda das instituições, do pessoal, dos métodos concernentes e do próprio espírito da pesquisa. Atacam-se ao mesmo tempo os meios de trabalho, os estatutos do pessoal e das instituições e a pertinência do desenvolvimento científico e pedagógico, a dignidade e a liberdade dos pesquisadores.

Trata-se de um ataque contra o que se chamava de “República das Letras”, isto é, o corpus social, sem uma constituição formal, na maior parte das vezes constituído de funcionários (“pensionistas”) do Estado que, desde a Renascença, num espírito de liberdade e de abertura, inicialmente na Europa, depois no mundo todo, difundia, pro-

duzia e transmitia o saber “clássico” (ciências, letras, artes).

Essa “reforma” é o declínio nacional de uma evolução mundial. Para se descrever o mecanismo destrutivo realizado por esse ataque necessita-se de uma análise do discurso neoliberal e da filosofia científica que a acompanha. Desmontado esse mecanismo, além da refutação, ponto por ponto, podem-se esboçar novas perspectivas.

A situação antes da reforma

A situação francesa, fruto da resistência e da libertação, mas também da longa história das instituições estatais e nacionais desde François I, caracterizava-se, em relação aos outros grandes países do mundo ocidental, pela diversidade e importância das instituições públicas, resultantes de diferentes épocas: A alta Idade Média, com as primeiras Universidades; O Renascimento, com o Collège de France; Os séculos XVII e XVIII, com as academias, os arsenais e as manufaturas, os museus; A revolução, com as grandes escolas, os conservatórios, os grandes ministérios; O século XIX, com a instituição e o desenvolvimento do Ensino

Público; A libertação, com o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), o CEA, as grandes empresas nacionais.

A reforma geral, de forma brutal

Para realizar essa reforma geral era preciso, simultaneamente: lançar uma campanha na mídia, para convencer a opinião pública e os representantes da nação; lançar as mudanças textuais (regulamentares e legislativas); assegurar a neutralidade, até mesmo a cumplicidade, dos principais atores da pesquisa e do ensino superior (sociedades científicas, sindicatos, academias, associações, etc).

A campanha na mídia

Como um ataque de artilharia, a campanha na mídia visa preparar o terreno para uma importante mudança. Na verdade, é preciso convencer numerosos atores – internos e externos – da necessidade, da pertinência, da possibilidade, das vantagens dessa mudança. Esse alarde de mídia, editorial, quando examinado através das contradições, mentiras e dissimulações, permite formar-se, simultaneamente, uma idéia a respeito dos objetivos da reforma e de seus motivos teóricos. Descobrem-se os argumentos de ordem filosófica, ideológica, econômica, política, científica e técnica, que, em outras circunstâncias, seriam esquecidos, talvez até dissimulados.

Além da falsificação histórica, o procedimento que consiste em opor e em atizar as profissões, uma contra a outra (confundindo seus papéis e esquecendo suas recíprocas contribuições – uma boa cultura acadêmica em geral foi

mular outras. É a mesma coisa para um acelerador, um foguete, um reator, um computador. Em seguida, a internacionalização era uma das bases dessa “República das Letras” do século das Luzes: Alexandre von Humboldt conta, em sua *Viagem às Américas*, que seu salvo-conduto valia em tempo de guerra. Ele embarcava com seu material em uma corveta inglesa para chegar a um ponto da Costa da Venezuela. Da mesma forma, uma equipe de cientistas franceses, que partiu do Taiti sob o reinado de Luís XVI, voltou a Paris, passando por Londres, em plena guerra anglo-francesa, sob a Convenção (Almirante Julien de la Gravière, “Memórias de um marinheiro de antigamente”), com todo o seu material e suas economias (em ouro!!!).

Obviamente, os argumentos são mais de ordem ideológica que filosófica: é preciso colocar a ciência a serviço dos dirigentes da indústria e da finança, com a elite internacional dirigindo o mundo.

Conseqüências para os pesquisadores, os laboratórios e as pesquisas

Essa política causa inúmeros “estragos colaterais”: muitos laboratórios fechados, equipes dissolvidas, pesquisas abandonadas, instrumentos destruídos, funcionários desmotivados, assustados, ou até mesmo deprimidos. Na verdade, para aqueles que optaram pela pesquisa pública, é a negação de todos os princípios, de todos os valores pelos quais haviam escolhido essa profissão.

As conseqüências para a posição da ciência na sociedade

Uma ciência sob tutela – Por um lado, o autoritarismo, as ameaças, a hierarquização, mataram em grande parte o debate na comunidade “oficial”. Dessa forma, surge um “pensamento único”, e, à sua margem, os “marginais”, não reconhecidos pela comunidade, são freqüentemente reduzidos ao silêncio. O pesquisador “oficial” aparece assim como uma figura neutra. Evidentemente, o estatuto do funcionalismo (estável ou contratado) é responsabilizado por essa situação. Em seu “tratado da pintura”, Leonardo da Vinci apregoa e se orgulha de sua posição de funcionário, artista de Florença. Os reestruturadores-avaliadores de sua época, os bons padres, finalmente levaram Leonardo a fugir para a França, a aliada dos turcos...

Por outro lado, a intromissão maciça dos interesses privados (laboratórios mistos com industriais, contratos, criação de filiais, privatização de serviços, aplicações financeiras cruzadas, prêmios científicos como Philip Morris), tutelou a pesquisa e o ensino superior. Assim, o presidente de Paris VI tenta, em tese, obrigar os estudantes a assinarem um compromisso de exclusi-

Os argumentos são mais de ordem ideológica do que filosófica.

a base da formação dos engenheiros até uma época recente –, suas escolhas e respectivos gostos) é exemplo próprio da barbárie introduzida na esfera intelectual.

De acordo com os “modernos”, somente sobreviverá a “big ciência”, que necessita de aparelhagens colossais, que apenas as organizações multinacionais podem operar, em centros onde um batalhão de cientistas transformados em técnicos especializados só deve ter um espaço muito restrito de autonomia e de conhecimento (pois eles devem se especializar bem depressa). Na verdade, é preciso separar os níveis de concepção, de construção e de utilização desses gigantescos instrumentos. Em geral, e sempre foi assim, impossibilitou-se que os cientistas-exploradores construíssem seu próprio navio (que, no século XVIII representava uma despesa muito grande). Mas eles devem participar da concepção, responder às questões dos construtores e for-

vidade, proibindo publicações e contatos com o exterior sem prévia autorização. Essa tentativa foi abortada graças à ocupação do 22º andar da alta torre de Jussieu.

É preciso ressaltar, nessa história, o papel nefasto da Europa, que só subvenciona a pesquisa por meio de “contratos”, incluindo os salários. O ministério reveza essa política com a substituição dos cargos estatutários por cargos de CDD, baixando a sustentação de base e tornando a pesquisa “contratável”. Ora, nesses “contratos”, os dois parceiros não estão em pé de igualdade: os contratos europeus e ministeriais são uma verdadeira tutela num eixo determinado (os seis eixos atuais correspondem exatamente aos seis eixos do CNRS e das maiores universidades), num método definido, com parceiros, se possível, industriais ou financeiros: laboratórios de física teórica são assim “incitados” a trabalhar sobre um modelo financeiro.

O pesquisador (universidade, CNRS, CEA, INSERM, etc) é a tal ponto “dependente”, que certas fundações privadas (das quais não se conhece o estatuto dos funcionários e nem mesmo os financiamentos...), qualificam-se como “independentes”, em oposição à pesquisa pública. Volta-se à distinção entre ensino público e privado, sendo que este último se proclama “livre”.

Em inúmeros casos, os pesquisadores do setor público foram acusados de serem dependentes dos recursos de financiamento externo. Todas as ciências foram atingidas:

- A Mineralogia, com o caso do amianto;
- a Biologia, com os casos do sangue contaminado, dos OGM, do relatório sobre a água, da telefonia sem fio (celulares), da vaca louca, da clonagem humana;
- a Física, com os pesquisadores acusados de trabalhar em armas de destruição em massa, ou simplesmente de aperfeiçoar a vigilância de toda a população;
- a Meteorologia, acusada de vender a seus melhores clientes as melhores previsões, recebendo subvenções governamentais para a previsão de marés negras ou de efeitos climáticos, como o efeito estufa;
- a Oceanografia, com os problemas de recursos marinhos, o IFREMER acusado de estar sob contrato europeu e de fornecer pareceres enviesados;
- a Antropologia, cujos pesquisadores facilitariam a intromissão de multinacionais sobre os recursos locais (selvas e desertos da Ásia, África e das Américas, do Pólo Norte); e
- a Sociologia, com pesquisadores convidados, via contratos (fundação Rockefeller), a refletirem a respeito de métodos suscetíveis de tornar a população receptiva a decisões que recusava.

Desacreditando a ciência

A prioridade concedida à chamada “demanda societal” torna dependente o trabalho do pesquisador, e exclusivo do comandatário o resultado das pesquisas, cujo efeito é destruir a universalidade, a transparência desse resultado. A ciência torna-se, assim, esotérica. Ela não se refere mais a um “universal”, como os filósofos da Antiguidade, da Renascença e do século das Luzes, mas a um “paradigma”, muito bem descrito por Kuhn, referência local, singular a uma comunidade, em relação aos métodos, à linguagem, aos resultados: uma empresa proíbe a publicação dos resultados de uma pesquisa financiada por ela se for prejudicial aos seus interesses. De acordo com Kuhn, a teoria do paradigma incita a definir o cientista não mais em função da “lógica da pesquisa”, mas em função da “psicologia do pesquisador”, que o leva a uma grande obediência...

Esse descrédito da ciência e dos pesquisadores é acompanhado por uma menor publicação de livros científicos no nosso país, pois eles precisam de um investimento em longo prazo, incompatível com os atuais critérios de avaliação. Isso leva a uma baixa maciça de inscrições nas ciências exatas das universidades: 40% nos últimos anos. As grandes faculdades ainda não foram atingidas, pois seus cursos levam a uma carreira que pode ser administrativa, industrial...

O desmoronamento do sistema científico parece próximo, em particular pela falta de reciclagem dos transmissores do conhecimento, sob o pretexto da evasão estudantil.

O retorno do mágico e do religioso

Uma outra consequência é a retomada de tudo o que é esotérico, mágico, religioso. A razão torna-se inimiga; a reflexão, impossível; o saber prejudicial. A realidade, incompreensível; a verdade, relativa e individual. Os primeiros beneficiados são as seitas, os astrólogos, os publicitários, os vendedores de videogames, de romances (Harry Potter), de filmes e de lazeres “mágicos” (Walt Disney).

Mas os verdadeiros beneficiados são, e serão, as igrejas, únicas habilitadas a recuperar a herança pela morte da pesquisa e do ensino público: toda vez que uma escola torna-se inviável num bairro, perigosa para as crianças, eles se dirigem ao ensino privado. Só os jesuítas, os marianistas e outras congregações cristãs, muçulmanas, judaicas, hinduístas ou budistas, podem construir, introduzir, manter escolas em todos os locais do planeta, rivalizando com as melhores instituições públicas. Assim, na Nicarágua, em plena revolução sandinista, os jesuítas continuavam a ensinar física, com trabalhos práticos, na universidade católica de Manágua. Nos países da América Latina, as universidades e faculdades católicas são muito disputadas (acarretando

grandes despesas para os pais) por todos os estudantes das classes médias, que continuarão seus estudos, e freqüentemente suas carreiras, nos EUA.

Volta ao contexto exterior, francês e mundial

Os textos fundadores da privatização – A privatização pretende ser global em todos os países, pobres e ricos, grandes e pequenos; global em tudo, produção de objetos e de serviços (previdência, saúde, educação, seguro bancário...). É o objetivo dos próximos acordos da OMC, chamada atualmente de AGCS, e antigamente de AMI. As grandes diretrizes desse projeto para o 3º milênio encontram-se particularmente nos textos da Comissão Trilateral, a OCDE, Davos, OTAN, a Comissão Européia, e outros fóruns, nos quais só a casta dominante, a “elite” ocidental tem direito à palavra. Essa política, em relação às nossas instituições científicas, é a tendência do nosso setor e do nosso país a uma política geral, elaborada pelas castas dominantes do planeta. Citemos um exemplo de “elite”: o Sr. David Packard, falecido, foi o co-fundador, em 1996, de um grande fabricante de computadores (HP), professor em uma universidade católica americana (Notre Dame), membro do Council for Foreign Relation e da Comissão Trilateral. As universidades americanas, públicas ou privadas, ganham muito com a destruição das universidades de outros países.

Os grandes princípios são: volta do contrato, redução do espaço legal, de forma a defender os interesses dos grandes proprietários, privatização, desregulamentação e globalização.

De certa forma, é o retorno à sociedade feudal, regida pelo contrato, com as três ordens: a nobreza, isto é, as forças repressoras militares e policiais; as ONGs e as Igrejas, encarregadas da santidade, da educação e da caridade aos pobres; e a burguesia dominando a economia.

Exemplos estrangeiros

É interessante citar alguns exemplos estrangeiros: na Rússia, depois do fim do sistema soviético, a maior parte dos cientistas fugiu. Aqueles que permaneceram sobrevivem graças a contratos estrangeiros.

Na Grã-Bretanha, o processo de privatização geral, e principalmente na pesquisa e no ensino superior, atingiu o paroxismo. Na Europa, esse país é realmente o precursor dessa política, bem descrita no livro *O Estado Prisioneiro*, que logo será lançado na França. Tudo é privatizável. Isso, no âmbito intelectual, leva à perda total de liberdade para os pesquisadores, provocando graves crises sanitárias (notadamente a da vaca louca).

Nos países do Terceiro Mundo, pode-se freqüentemente dizer que não sobrou mais nada. Os raros projetos que

subsistem não têm nenhuma autonomia intelectual e material em relação ao Norte.

Os danos da privatização

Essa política destrói qualquer política local, nacional, de solidariedade, de desenvolvimento, de saúde, de defesa, de transporte, de educação, de divisão territorial. O pesquisador “reconhecido internacionalmente”, na verdade, não passa de um peão, de um instrumento da política das multinacionais, a serviço das quais são colocados a sua experiência, o seu saber e o seu eventual prestígio (prêmio Nobel, etc). Assim, a “República das Letras” foi totalmente corrompida, infiltrada, desviada de seu objeto e de sua essência. Ela não é mais um instrumento para o progresso da humanidade, mas para sujeição da mesma.

Um filósofo grego, citado por *Vitruve em seu Tratado de Arquitetura*, declarou que o maior tesouro que se pode legar aos herdeiros é aquele que, no pior dos naufrágios, dá para salvar: só o saber permite, em qualquer lugar do planeta, reconstruir uma família, uma cidadania, um trabalho, amigos. Ora, a privatização do ensino e da pesquisa priva os povos do planeta desse saber, retirando-lhes sua propriedade (principalmente seu usufruto, pois ele pertence a todos); esse saber do qual só uma ínfima minoria mundial que possuir o instrumento de trabalho poderá ter. Os cidadãos tornam-se totalmente desarmados diante de ações prejudiciais (amianto, ondas de calor, efeito estufa, poluição, guerras...) das multinacionais que, afinal, obtêm o embargo de propriedade sobre a subsistência e a liberdade dos indivíduos (Microsoft, Monsanto...).

Para qualquer indivíduo, coletividade, nação, o uso de um serviço, ou objeto, necessário à sua existência, ou agradável aos sentidos ou à sua inteligência, não passa mais por um trabalho de adaptação, de reapropriação, ou de invenção, de um hábito ou de um saber aberto a todos, mas pela compra por um trabalho picado, que não lhe pertence mais, e do qual ele não possui nem o começo nem o fim, ou pela venda (e perda) de seu patrimônio. Os indivíduos mais pobres (cerca de cinco a seis bilhões) são proibidos de viajar. Somente os objetos e tecnologias patenteados e licenciados são difundidos, à força se necessário, a todo o mundo. E, com essa difusão, é proibido fazer uma cópia, uma adaptação local independente: as idéias, os processos de fabricação, as descobertas são cada vez mais confidenciais. É o contrário do espírito de Diesel, cujo motor, não-patenteado, foi concebido precisamente para poder ser copiado, adaptado e para utilizar a maior quantidade possível de opções de combustível. Uma classe social reduzida, por mais inteligente e formada que seja, não pode regular o mundo por todos

os outros: irá gerar pobreza, catástrofe ecológica, guerras, miséria, fome, epidemias. Ela pretende cuidar desses problemas com a caridade e os agrava: a distribuição do superávit industrial, agrícola, farmacêutico beneficia os traficantes de qualquer espécie, destruindo as últimas atividades criadoras e produtivas que poderiam subsistir.

Fora das zonas cada vez mais reduzidas, onde são concebidos esses produtos que se impõem no planeta, o mundo é progressivamente invadido por objetos, edifícios, tecnologias, veículos iguais. O mundo se uniformiza e se torna feio. Os mais pobres só têm direito de ficar com o superávit e os dejetos dos ricos. Os recursos do planeta são desperdiçados, levando o futuro a uma gestão regida pela força.

Se, ao contrário, houvesse uma política que transferisse o mínimo de objetos e de serviços, mas o máximo de indivíduos e de saber, isso permitiria uma adaptação local mais criativa, mais estética das ciências e tecnologias. Permitiria o intercâmbio de descobertas científicas, de invenções técnicas e artísticas, para o maior benefício de um maior número de pessoas.

Um exemplo

Afora os escândalos mais comuns (experiências biológicas no Terceiro Mundo, falta de cuidados por motivos financeiros, estrangulamento de países inteiros por peritos "econômicos", destruição de paisagens, de conhecimentos por empresas "atuantes"...), há conseqüências mais sutis que eu gostaria de ilustrar com um exemplo. A substituição dos sistemas de transporte coletivo (canais e trens) pelo carro individual é uma ilustração da política mundial. Além da dependência em relação ao petróleo e à força militar americana, além da poluição petrolífera, a destruição desses sistemas coletivos tem três conseqüências, encontradas na quase totalidade nos modernos sistemas de transporte, de comunicação, de saúde, de construção:

1) uma desqualificação geral do trabalho. A construção de uma estrada qualifica muito menos que a de uma estrada de ferro ou de um canal. A gestão de uma rede ferroviária demanda todas as qualificações: controladores, engenheiros, mecânicos e eletricitistas qualificados. Einstein teve a idéia da relatividade ao examinar as patentes registradas para sincronizar os relógios, quando se construía as redes ferroviárias. Ora, quanto mais um grupo assalariado é estruturado e qualificado, mais ele tem a tendência a fazer greve e se mostrar descontente com suas condições de trabalho. Essa desqualificação serve então para justificar a destruição da instrução pública por ser inadequada. Isso provoca uma baixa geral do nível de instrução e, portanto, do nível geral de civilização.

2) Uma desfiguração maior das cidades e das paisagens, uma destruição do meio ambiente, um caos urbano total, uma segregação social e racial. As estações das redes ferroviárias mantêm-se, geralmente, como obras de arte que se inserem perfeitamente na arquitetura local, ao contrário desses gigantescos postos de gasolina e supermercados que enchem as estradas. A importação de tecnologias totalmente opacas necessita impor "normas" de qualidade (ISSO 2000) que devem ser seguidas sem nenhuma discussão, impedindo qualquer adaptação local artística, ambiental ou política, seja na utilização ou na produção. Abandonados os costumes e destruída a formação artística, a construção e a utilização do sistema de transporte não podem mais levar em conta regras estéticas.

3) Uma ineficácia econômica maior: fora dos países que dominam os mercados mundiais (essencialmente os do OCDE, mas, talvez, a China e as monarquias petrolíferas), os países se encontram totalmente dependentes das multinacionais, impondo-lhes uma economia que não corresponde em nada a suas necessidades: eles importam petróleo e veículos a um custo alto, poluindo seu ar, ocupando seu solo, matando suas crianças. Os carros percorrem cidades gigantescas a 10, até mesmo 5 km/hora, realizando um trabalho que poderia ser feito perfeitamente por bicicletas, com calçadas arborizadas, metrô, canais e trens, com total segurança. Um governante angolano contou-me que, com a independência, Angola foi proibida de importar material ferroviário, necessário à sua rede. A primeira coisa a ser privatizada e desmantelada, na política neoliberal, é o sistema ferroviário.

Na fachada de um magnífico edifício do século XIX, em Manhattan, há uma frase em francês, em homenagem a Luís XI, Richelieu, Colbert e todos os franceses que reconstruíram o correio público: é o correio público central. Desde então, de acordo com as diretrizes da Trilateral, o correio francês foi desregulamentado e logo privatizado. De acordo com Gibbon, o autor de *Queda e Declínio do Império Romano*, a existência do correio público é um indício de civilização de um país: o que pode ser da República das Letras sem correspondências longínquas, seguras e rápidas?

Portanto, trata-se do planejamento do caos global, no qual os mais ricos, os mais fortes, impõem seu direito, seu ponto de vista: de certa forma, trata-se da versão moderna do julgamento de Deus, o combate dos dois protagonistas que substituiu na França merovíngia os processos romanos.

O país torna-se cego e só pode seguir as diretrizes internacionais.

Na maior parte dos países, isso leva à eliminação de qualquer instituição de pesquisa e ensino digna desse nome. Instala-se um deserto cultural, científico e artístico. O país torna-se cego, e só pode seguir as diretrizes das instituições internacionais.

As fundações e ONGs são uma solução?

Na pesquisa, inúmeras fundações são freqüentemente citadas como um exemplo a ser seguido, apesar do exemplo da ARC e de outras associações denunciadas pelos sindicatos.

Portanto, é preciso examinar o papel das ONGs: não se trata, também, de uma privatização da ação social, cultural e intelectual? Maquiavel, em seu "Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio", nota que os romanos condenavam, como crime maior, a caridade que vemos como uma boa ação. Os romanos consideravam que a caridade era um meio de o patricio perverter a república, já que convertia seus clientes em seus dependentes, ao passo que os cidadãos livres são dependentes apenas da cidade. Para os romanos, a liberdade da cidade e dos cidadãos não poderia aceitar grandes defasagens de riquezas: a riqueza de alguns cidadãos é um perigo para a República. A chegada do prin-

de intercâmbio local foram destruídas e substituídas pelas "licitações" internacionais, que garantem o predomínio total dos grandes grupos, tanto como licitadores quanto como licitantes. Em outro, esses se excluem do sistema, se auto-organizam e são apenas tolerados, na medida em que se restringem a um sistema do tipo da máfia. Eles não apresentam nenhuma perspectiva de ameaça ao sistema mundial, ao chefe, aos padres, garantindo, por meio de finanças, a neutralidade da tribo e, se preciso, a sua cooperação.

Existe alguma alternativa?

Uma volta ao passado – Quando a Idade das Trevas se instalou, com a queda do Império Romano, as escolas de filosofia foram fechadas (por Justiniano, em 550), as bibliotecas pilhadas, dispersadas, queimadas. Em "A Intolerância Religiosa e a Política", Bouché-Lecler cita um pensador cristão, Felix Minucius, declarando aos pagãos: "Vocês punem os crimes cometidos; entre nós, até o pensamento é um pecado". A Igreja decide o que é verdadeiro e ninguém pode duvidar disso. A Renascença é uma redescoberta dos textos antigos e um ressurgimento do ato crítico. Sem dúvida alguma, a queda do Bizâncio no meio do

Só o retorno aos princípios que inspiraram os membros da "República das Letras" permitirá uma renovação científica.

século XV trouxe engenheiros, documentos e segredos dos palácios de Constantinopla. Os pensadores gregos e latinos foram traduzidos e copiados, às vezes sem nem mesmo serem citados. Mas, nos reinos e repúblicas cristãos, tanto o poder político quanto o religioso não podiam aceitar uma liberdade muito grande dos intelectuais, dos letrados, dos sábios. No entanto, o exemplo da Antiguidade, mostrou que era necessário um mínimo de liberdade para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e artísticos, garantias da manutenção da potência, ou até mesmo da existência do mundo cristão. O compromisso, vindo da Renascença, de criação de prêmios, academias, institutos reais, bolsas e subvenções, por um lado, garante créditos e honras, mas, por outro, garante também o controle da comunidade de sábios, letrados e artistas. Em seguida, foi introduzida uma certa liberdade de organização (no século XVII), chamada de "República das Letras".

portanto, não é mais possível, conforme dizia Gibbon, fugir para um país quando se é perseguido em um outro: o pesquisador que atacar esses monopólios será renegado no mundo todo, por atacar o único fornecedor de um produto essencial.

Finalmente, surgem dois casos extremos: em um, o indivíduo, a empresa, a cidade, se inserem num sistema que não é mais dominado em nada, pois todas as formas

de intercâmbio local foram destruídas e substituídas pelas "licitações" internacionais, que garantem o predomínio total dos grandes grupos, tanto como licitadores quanto como licitantes. Em outro, esses se excluem do sistema, se auto-organizam e são apenas tolerados, na medida em que se restringem a um sistema do tipo da máfia. Eles não apresentam nenhuma perspectiva de ameaça ao sistema mundial, ao chefe, aos padres, garantindo, por meio de finanças, a neutralidade da tribo e, se preciso, a sua cooperação.

No século XIX, essa política chocou-se com um novo problema: a forma colonial surgiu na Renascença, de uma sociedade escravocrata ou neoeslavocrata, garantindo aos privilegiados das metrópoles rendas polpudas, tornando-se sistema de base de toda sociedade ocidental, dominando o mundo. Ora, a "República das Letras" trocava e publicava dados científicos, teorias, técnicas, tornando-se perigosa, pois

uma enorme massa de trabalhadores, nas colônias e nas metrópoles, escravos de direito ou de fato, deve ser afastada desse saber, fonte de liberdade.

Para evitar o perigo, recusaram-se a construir uma universidade, ou mesmo escolas, nas colônias, reduzindo a instrução exclusivamente ao primário. Só uma ínfima minoria de filhos de trabalhadores das metrópoles tinha acesso ao secundário. Em alguns casos, em que havia universidades nas colônias, em geral, eram destinadas a brancos ou a minorias manipuladas pela potência colonial (hindus, nas colônias inglesas). A recusa em instalar indústrias e escolas técnicas ultramarinhas teve um impacto militar, impedindo a França de dispor de bases adequadas no império quando da invasão de 1940.

Nas metrópoles, a onda do nacionalismo e as guerras européias do século XX foram a oportunidade de militarizar a ciência, e de dar as primeiras estocadas nas liberdades científicas: o caso Dreyfus é também o primeiro caso de espionagem técnica. A guerra econômica manteve o papel das guerras mundiais e da Guerra Fria por meio de sujeição da ciência aos poderes financeiros, políticos e religiosos (ideológicos). Pela disciplina imposta, pela taylorização das tarefas e competências, os grandes centros, os grandes projetos científicos servem como pretexto para o controle total do pensamento, com o qual sonha qualquer sistema totalitário. Nesses centros, segundo a teoria do paradigma, é que nascem as “revoluções científicas”. Fora desses centros, desses sistemas, tchau e bênção. A guerra que necessita, para infelicidade das elites, de instrução para o povo, tem também um remédio: a caserna.

Que outra política?

De acordo com Maquiavel, os problemas de Roma (que chamaríamos hoje de “luta de classes” e “revoluções”) não causaram sua fraqueza, como se diz freqüentemente, mas seu poderio, pois, assim, uma dinâmica contraditória levava a soluções, agia, preconizando o interesse geral. Da mesma forma, o grande sucesso do serviço público à francesa ocorre justamente pela manutenção de um equilíbrio entre a liberdade, que implica a existência de sindicatos livres, de diversos partidos, de pequenas empresas, e de um setor estatal poderoso (em torno de 50% do PNB), colocando a única verdadeira potência coletiva nas mãos da coletividade.

Ora, a política atual garante o total predomínio da oligarquia sobre a sociedade, cuja caricatura é a televisão — mediocracia berlusconiana. Os tratados de Maastricht e OMC mudaram a distribuição, permitindo à oligarquia tradicional retomar seu poder sobre a economia e o Estado. Portanto, a sociedade encontra-se sob tutela. Como no final do império romano, a religião totalitária da taxa de lucro,

monoteísta, não aceita nenhuma reconsideração, nenhuma heresia. Ela traz o caos em tudo, em todo lugar... Sem uma renacionalização maciça, de bancos, seguros, arsenais, indústrias e transportes coletivos, indústrias de ponta, redes de comunicação, produção e distribuição de energia, minas... Associada a um estatuto de agentes para preservá-la da precariedade, a liberdade estará perdida. É preciso reconstituir uma autoridade coletiva a serviço de todos (o Estado), para impor uma gestão racional de recursos.

Uma condição para o sucesso da renacionalização é o apoio na razão, na lógica e, portanto, na liberdade, ao preço, se necessário, de fracassos passageiros: “naufragando as colônias, sobrevivem os princípios”. Assim, a Convenção mantém sempre a legalidade e Robespierre, para salvar a própria vida, recusou-se a usar a força do motim. A Revolução francesa, no seu caráter universal, e mantendo seus princípios, atravessa os séculos. Da mesma forma, é preciso reconstituir a “República das Letras”, aberta, independente e exclusivamente a serviço da coletividade, única até para fornecer as soluções racionais necessárias.

Enquanto trabalhador intelectual, funcionário do Estado, um pesquisador científico não pode se envergonhar de sua posição. A liberdade de expressão, a garantia de independência em relação a todos os poderes, não é um privilégio, mas uma condição do exercício de sua profissão e de suas funções, que implica também uma grande responsabilidade. Ele deve descobrir perspectivas nesta época de pensamento único, de resignação, de volta ao mágico, de obscurantismo, de individualismo e de recusa do interesse geral. É como na caverna de Platão, com sua experiência ele deve explicar aos outros condenados os movimentos incompreensíveis das sombras.

Só o retorno aos princípios (primazia da razão, liberdade de expressão e de pensamento, abertura e desejo de progresso intelectual, primazia do interesse coletivo sobre o privado...) que haviam inspirado os membros da “República das Letras” permitirá uma renovação científica. Esses princípios não devem ser confinados a apenas uma minoria de intelectuais, mas devem inspirar a sociedade toda. E esses princípios não são compatíveis com uma sociedade na qual o poder público, que seria também o conjunto do povo, trabalhadores, estudantes, aposentados (por trabalho, doença, velhice), possuíse a potência produtiva principal, deixando a economia local se organizar como quisesse (artesanato, pequena indústria, pequeno comércio). São as únicas garantias da potência da cidade, de sua liberdade e a de seus cidadãos. São também as melhores garantias de uma coexistência pacífica entre os povos do planeta. 🍀

Jacques Maillard é físico do Laboratório de Física Corpuscular do Collège de France. Texto escrito em fevereiro de 2003.

Rogério Lustosa e

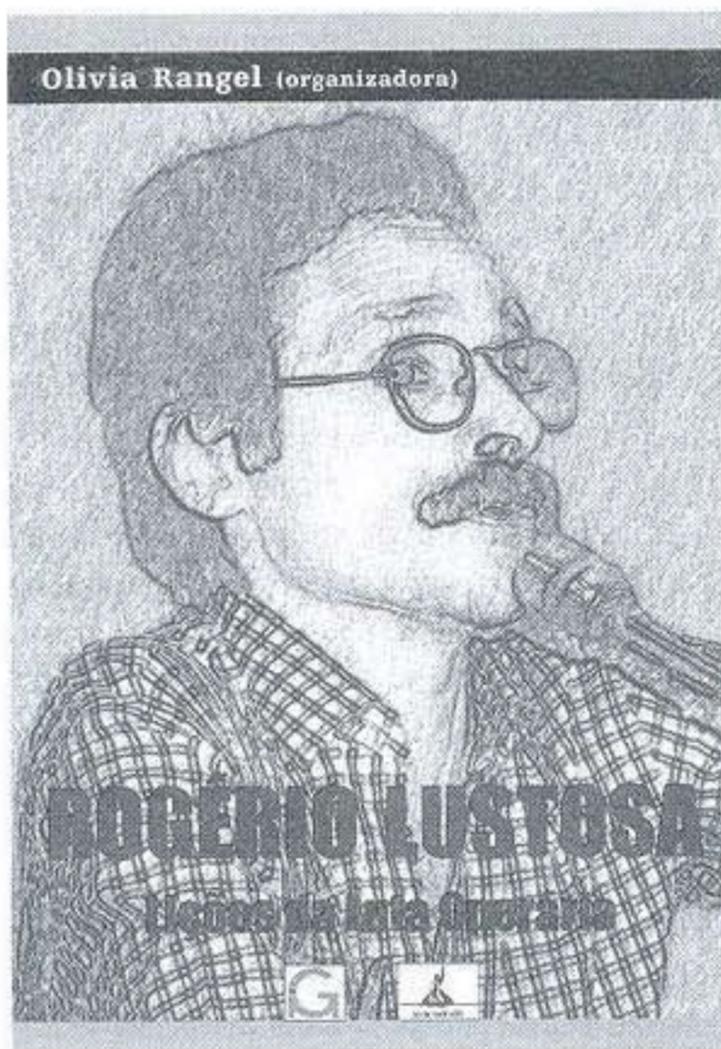
Rogério Lustosa: lições da luta operária, Olívia Rangel (org.), São Paulo, Anita Garibaldi, 2002, 160 pp.

Este livro é uma coletânea de artigos de Rogério Lustosa publicados na imprensa comunista. Nele há uma nota biográfica, publicada pelo jornal A Classe Operária, a seguir reproduzida:

Em 21 de outubro de 1992 Rogério Lustosa faleceu subitamente de enfarte, num dia ensolarado, no parque do Ibirapuera, em São Paulo. Sua morte causou grande consternação no Partido e em todos os lutadores pela causa da liberdade e do socialismo. Rogério tinha apenas 49 anos e foi fulminado por um ataque cardíaco que interrompeu, bruscamente, uma vida integralmente dedicada à revolução. Membro do Comitê Central e do Secretariado, era responsável pela Agitação e Propaganda do Partido.

Fundador e dirigente da *Tribuna da Luta Operária*, que marcou toda uma geração de militantes do PCdoB e do movimento popular, Rogério destacou-se como hábil polemista, bem humorado, contundente e mordaz. Colaborou permanentemente com o órgão central do Partido, a *Classe Operária*. E depois que a *Tribuna* parou de circular, em 1988, dirigiu o relançamento da revista *Princípios*, que passou a desempenhar um papel inédito como instrumento de luta teórica do Partido.

Rogério não era jornalista. Mineiro de Belo Horizonte, ele iniciou sua vida de militante como aluno da Faculdade de Engenharia da PUC, no Rio de Janeiro, na época da ditadura militar. Membro da Ação Popular, corrente política que tinha mais presença entre os estudantes na época, Rogério foi membro da Comissão Estudantil do Rio de Janeiro e após o Congresso da UNE, realizado na clandestinidade em 1966, passou a pertencer à Comissão Nacional Estudantil da AP, que coordenava toda a agitação. Esteve entre os presos do famoso



Congresso de Ibiúna, em 1968.

Magro e anguloso, e dono de um bigode à la Zapata, ficou conhecido como João Bigode. Dedicava-se integralmente à militância, e estava sempre onde a organização precisava. No final dos anos 60 foi enviado a Belo Horizonte para integrar o Comando Regional da AP. Animado com a política de "integração com as massas" da organização, matriculou-se num curso de torneiro mecânico do SENAI. Foi preso ao participar de uma pichação do primeiro de maio de 1969, com documentos falsos. Não identificado pela repressão, foi solto meses depois.

Foi trabalhar então no Vale do Pindaré, no Maranhão, para dirigir o trabalho entre os camponeses contra as grilagens e pela posse das terras. Em fins de 1971, foi novamente preso e desta vez identificado. Levado para Fortaleza, brutalmente torturado, permaneceu na prisão até 1975. O médico Carlos Valadares, que esteve com Rogério na prisão, declara que ele tinha uma visão política extraordinária. Da prisão, acompanhou o processo de luta ideológica da AP, compreendeu a necessidade de um partido revolucionário, marxista-leninista e que este já existia no Brasil: era o PCdoB, ao qual ingressou, ainda preso, em 1972 quando a AP se incorporou ao PCdoB.

Quando saiu da prisão, em 1975, foi para o Rio onde se engajou no Movimento pela Anistia. Logo depois, recebeu a tarefa de fundar e dirigir a *Tribuna da Luta Operária*, onde escreveu inúmeros artigos polêmicos em defesa do marxismo e do Partido, combatendo com pena firme as correntes que propunham a liquidação do Partido e preconizavam o fim do socialismo. No 8º Congresso do Partido coube a ele expor a principal conclusão teórica aprovada: a necessidade de "lutar desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria".

Assim era Rogério Lustosa, que deixou marcas inde-

Carlos Danielli em livro

léveis entre os comunistas e todos os que se dedicam em nosso país a pensar os grandes problemas da luta revolucionária e da emancipação de nosso povo. Como o assum preto, Rogério alçou vôo e não mais voltou. Mas

deixou para todos nós, amantes da liberdade, o desafio de continuar a travar a luta teórica, política e ideológica em defesa de nossa liberdade e soberania, em defesa de um futuro melhor, de um mundo socialista.

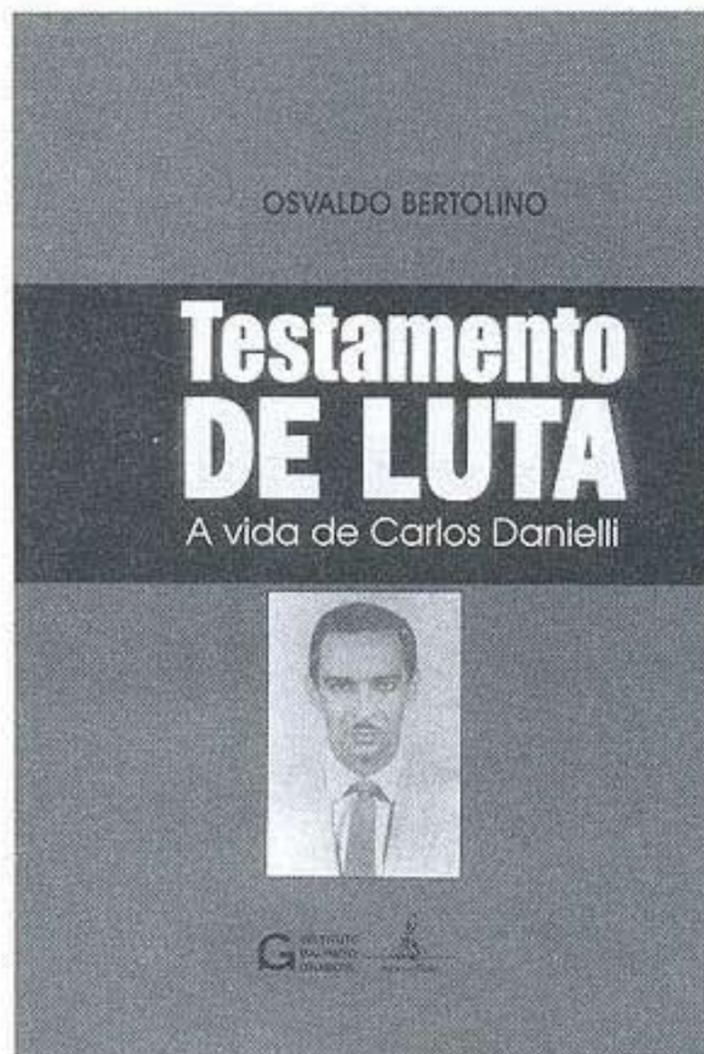
Testamento de luta: a vida de Carlos Danielli, Osvaldo Bertolino, São Paulo, Anita Garibaldi, 2002, 183 pp.

A história do Partido Comunista do Brasil foi feita por inúmeros lutadores que deram a vida pela organização de vanguarda do proletariado. Alguns, no sentido figurado da dedicação incansável e que nunca medem forças para desempenhar as tarefas que lhes cabem. Outros, no sentido literal de derramar seu sangue pela causa do socialismo e do progresso social.

Carlos Nicolau Danielli foi um destes destemidos que lutaram até o fim, um daqueles

cujos heroísmo transformou em uma última trincheira o momento dramático do confronto solitário com os algozes da repressão. História cheia de lições narrada neste livro de Osvaldo Bertolino.

Carlos Danielli teve já no berço suas primeiras lições de luta proletária. Era neto de um imigrante italiano marcado por influências anarquistas que foi para o Rio de Janeiro no começo do século XX. E seu pai, Paschoal Danielli, um sindicalista atuante na antiga capital federal, que se filiou ao Partido Comunista do Brasil ainda na década de 1920. Carlos Danielli logo ligou-se à luta de sua classe e, muito jovem, em meados da década de 1940, também filiou-se ao Partido. Era um caminho natural para um homem, como ele, dotado de aguçado sentido de classe que logo o levou a posições de destaque na direção partidária. Foi, por exemplo, eleito para o Comitê Central no IV Congresso, em 1954, com apenas 25 anos de idade.



Esta foi uma trincheira de luta teórica para Carlos Danielli, presente no debate das teses do IV Congresso, de 1954, e no confronto contra o revisionismo aberto em 1956/1957 e que prosseguiu até o debate do V Congresso, de 1960, e confluuiu para o desenlace de 1962. A luta de idéias – pensava Danielli –, natural entre os comunistas, devia ser uma luta de princípios para gerar e fortalecer uma visão comum e unitária. “O Partido não é e não pode ser um fim em si mesmo, mas o instrumento da revolução”, escreveu então.

No esforço de aprofundar o conhecimento da realidade brasileira, ele compreendeu a necessidade da luta pela hege-

monia no movimento de massas e a importância fundamental da questão nacional em um país dominado como o nosso. Compreendia a necessidade da aliança do proletariado com todos os setores avançados e progressistas, sem nutrir, contudo, ilusões quanto à capacidade da burguesia brasileira levar a luta até o fim. Tinha uma visão claramente dialética e atualíssima desse processo: “Unidade e luta são dois momentos de um só processo dialético que deve ser levado com vistas a fortalecer e ampliar a frente única. Processo inconcebível se não visar dar base de massas à aliança estabelecida”.

Há uma enorme carência de biografias de comunistas brasileiros, e um dos grandes méritos desta, escrita por Osvaldo Bertolino, é – resgatando a trajetória de Carlos Danielli –, ajudar a suprir essa deficiência.

José Carlos Ruy

Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo

Promoção

Faça uma assinatura anual ou especial e ganhe o livro *A Formação Profissional Negociada*

Faça uma assinatura de 8 edições e ganhe o livro *A Formação Profissional Negociada* mais uma camiseta da *Princípios* bordada

Promoção válida até 15/07/2003

Em *A Formação profissional negociada*,

Fernando Fidalgo aborda o tema da Formação Profissional Negociada numa perspectiva política e propõe a discussão dos processos desenvolvidos pelo Estado, pelo patronato e pelos trabalhadores. Enfocando o Brasil e a França, tem em vista a globalização e a reestruturação produtiva, bem como os seus desdobramentos; dos quais, um dos mais sérios é o crescimento do desemprego.



- Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº _____ R\$ 55,00
- Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____ R\$ 30,00
- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ R\$ 45,00

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____
 Cidade _____ Estado _____
 Fone _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____
- Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)
- Cartão Credicard ou Visa n.º _____ cód. de segurança _____
 validade ____/____/____

assinatura do cliente

data ____/____/____

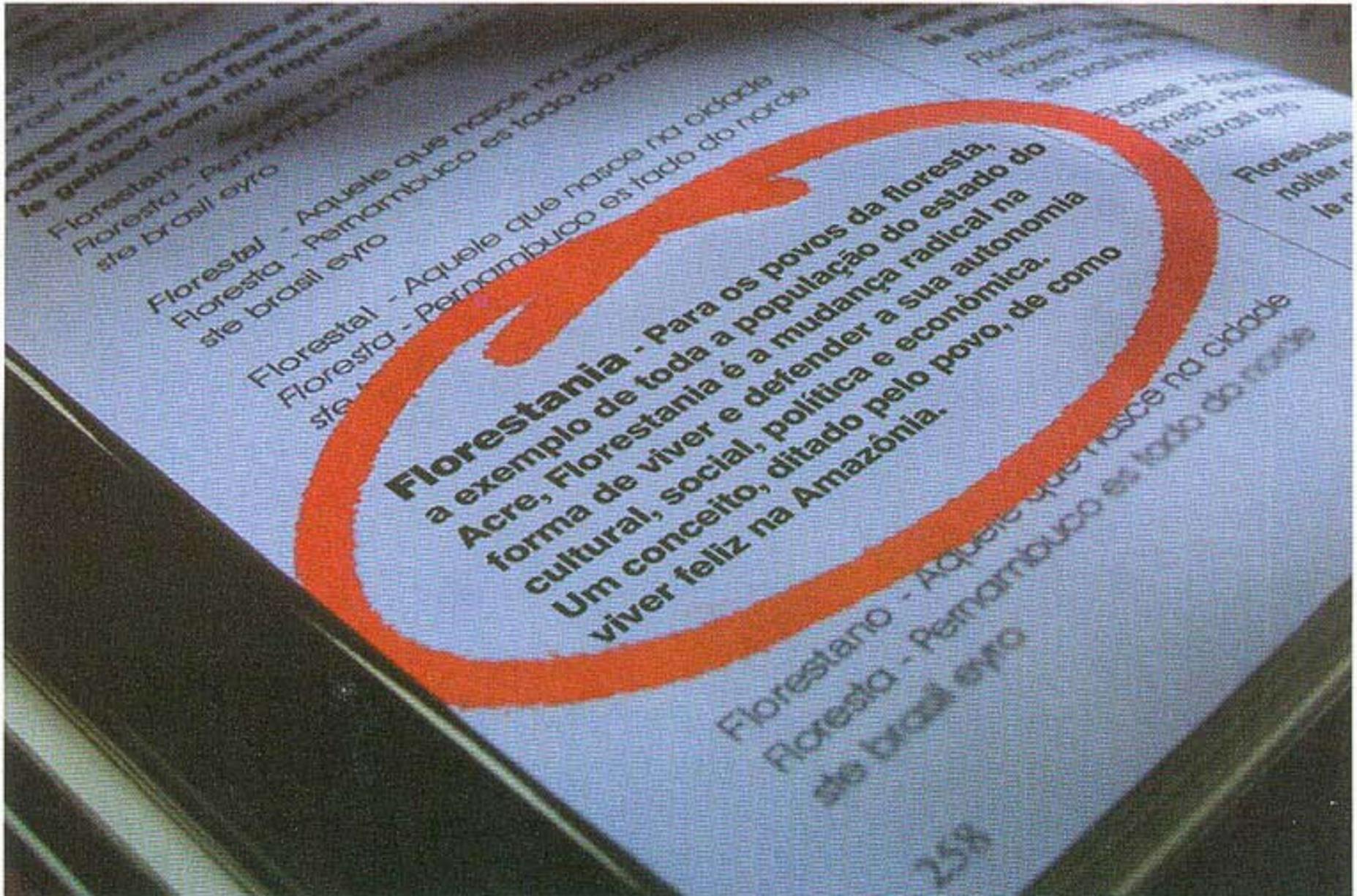
Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira
Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Olival Freire Jr. e Pedro de Oliveira
Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffly, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino
Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto - correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni
Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisotti
Administração: Zandra de Fátima Baptista
Departamento de Circulação: Claudia de Medeiros
Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira
PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estadão:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Sílvio Romero:** Pça. Sílvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **ACRE:** Rua Fio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406; **MACEIÓ:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441; **MANAUS:** Rua Luis Antony, 762 - fone 622-1682; **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone: 241-4450; **BAHIA:** Rua do Saleté, 330 - fone 328-6828; **FOR-TALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217; **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl. F, salas 501/503 - fone: 224-0491; **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162; **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq. c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Goiânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno; **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556; **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766; **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl. D/Ap. 02 - fone 721-1390; **CUIABÁ:** Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833; **BELEM:** Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430; **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325; **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonofax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonofax 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonofax 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366; **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635; **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785; **RIO DE JANEIRO:** Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303; **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Palhinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçada:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário; **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-8545; **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107; **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154; **FLORIANÓPOLIS:** Pça. Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227; **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olímpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escaniz:** Shopping Jardins II, 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS); **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



Florestania: Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.



Candido PORTINARI 100 anos

Cangaceiro, 1951
Óleo sobre tela

Princípios homenageia o centenário de nascimento de Candido Portinari, o grande pintor brasileiro. Ele nasceu em 1903 em Brodósqui (SP), viveu e expressou – como poucos o fizeram nas artes – a paisagem, a vida e a alma do Brasil e seu povo.

PORTINARI 1951



Anita Garibaldi

**"Quanta coisa eu gostaria se pudesse,
e soubesse, ao menos a língua como a cor"**

(Candido Portinari em *O menino e o povoado*)